

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDO JOSÉ FILHO

**O PENSAMENTO “SEXUAL” BRASILEIRO**  
**A SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

GUARULHOS

2019

FERNANDO JOSÉ FILHO

**O PENSAMENTO “SEXUAL” BRASILEIRO  
A SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra El Far

Coorientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Lombardi

GUARULHOS

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

### **Ficha catalográfica elaborada pelo autor**

Filho, Fernando José.

O pensamento “sexual” brasileiro: a sexualidade melancólica na formação social brasileira / Fernando José Filho. 2019.

107 f.

Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Orientadora: Alessandra El Far / Coorientadora: Maria Fernanda Lombardi

The Brazilian "sexual" thinking: a melancholic sexuality in Brazilian social formation.

1. Interpretação do Brasil. 2. Sexualidade. 3. Raça. 4. Miscigenação. 5. Cultura. I. El Far, Alessandra / Lombardi, Maria Fernanda. II. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. O pensamento “sexual” brasileiro: a sexualidade melancólica na formação social brasileira.

**FERNANDO JOSÉ FILHO**

**O PENSAMENTO “SEXUAL” BRASILEIRO  
A SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra El Far

Coorientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Lombardi

**Aprovado em:** \_\_\_\_\_ **de 2019.**

---

Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque  
UNIFESP

---

Prof. Dr. Mariana Miggiolaro Chaguri  
UNICAMP

Aos antepassados negros e indígenas que tentam  
eocar nesta pesquisa por uma outra história.

## AGRADECIMENTOS

Nestes mais de dois anos de dedicação ao mestrado passei por dois momentos bem significativos: o primeiro, de conhecer a fundo o universo acadêmico, que tateamos na graduação, e aí são disciplinas, reencontro das amizades, conhecer novas pessoas, aulas com os mesmos professores... uma mistura de sensações e experiências, entre o caos e o prestígio de estar na organização de semana acadêmica, de revista, de apresentação da pesquisa e seminários nas disciplinas e (pasmem!) até brincadeira de amigo secreto no fim da disciplina sobre Sociedade e Foucault.

Para além de tudo isso, um segundo momento, que também corresponde a fase mais isolada da pesquisa, tempo de ficar sozinho com os livros e as ideias, trocando apenas figurinhas com minha orientadora. Eis, que foi a parte mais árida do processo para mim que adoro estar no meio de gente. Porém, ainda assim, distante do mundo social, algumas pessoas foram essenciais para me ajudarem a percorrer esse processo de pesquisa. Desse momo, gostaria de:

Primeiramente, agradecer a professora Alessandra El Far, que está comigo desde o primeiro ano da graduação quando viu as minhas palavras escritas. Me senti honrado quando ela aceitou me orientar no mestrado, sem conhecer minha pesquisa e o meu jeito de pesquisar. Agradeço pela sua paciência e sabedoria em todos as fases da pós-graduação. De acreditar em mim até mais do que eu.

A alguns amigos que me acompanharam de perto neste processo, desde quando ele ainda era um embrião: à Paula, por ter sido a primeira a quem comentei que gostaria de estudar sexualidade nesta perspectiva. À Raquel, que me colocou praticamente a puxão de orelhas para dentro do Programa – sempre tem aquela pessoa que acha que você é qualificado para cursar mestrado. À Jéssica Melo, que para mim é inspiração como pesquisadora. Ao Wilver, por não ter me deixado desistir na fase de provas do mestrado e pelas conversas distraídas de Kathleen e Michelle, tão importantes para este momento. Ao Brunno Moura, por ter ouvido a primeira página do projeto. À Josiane, que me fez gostar cada vez mais de pensamento social brasileiro. Aos pretos e companheiros de lutas e risadas, Zailson, Henrique e Wesley que me ajudaram a entender, por vezes só ouvindo, sobre todo esse campo racial que essa pesquisa abarca. Ao Frantz Rousseau, colega de mestrado, preto haitiano que num gesto fraterno me presenteou com um livro, com a parceria de organização da Pós-SECS e com as boas conversas inteligentes sobre os teóricos brasileiros e caribenhos.

À minha família, que mesmo não entendendo muito o que faço, soube respeitar meu espaço e meu tempo.

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todo corpo docente da Unifesp e aos funcionários da casa, em especial ao Rafael, por toda a ajuda desde o momento de ingresso no Mestrado até a sua finalização. E aos professores Maria Fernanda Lombardi, Diego Ambrosine e Lindomar Albuquerque que me forneceram as primeiras indicações para esta pesquisa.

À UNIFESP por esses anos de história, vivência acadêmica e à CAPES pela bolsa concedida para os estudos.

“Ultra aequinoxialem non peccari” (HOLLANDA, 2014, p.234). Esta frase deveria estar inscrita na bandeira do Brasil, mas não pelos motivos que ela foi proferida, mas para lembrar que nesta terra de Deus, muita gente, principalmente aqueles que foram denominados de raças inferiores morreram (de tudo que é forma) para colocar em prática as perversidade sexuais daqueles que detinham o poder. E ainda morrem, de tudo que é forma. Como não será possível, talvez a tatue no meu corpo (José Fernando Filho, 2019).



## RESUMO

FILHO, Fernando José. **O pensamento “sexual” brasileiro – a sexualidade melancólica na formação social brasileira.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

Em seu livro *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1928, Paulo Prado procura traçar uma história interpretativa da formação social do povo brasileiro a partir de dois sentimentos ou vícios: a luxúria e a cobiça. Aspectos que confluem para uma disposição melancólica refletida no modo de ser e agir brasileiro. Diante da leitura desta obra, a pesquisa se atentará especificamente ao exame da luxúria, entendida pelo autor como um tipo de sexualidade desenfreada ou sem freios morais, avaliando como ela pode ser um elemento que auxilia numa interpretação do Brasil, no interior da tradição do pensamento social brasileiro. Para o autor, a ideia de sexualidade liga-se a prática de miscigenação, elemento central da constituição do povo brasileiro. Nesse sentido, cabe a esta dissertação também apontar o que Paulo Prado entende por raça, sub-raça e formação racial, bem como, salientar quais as discussões a respeito deste tema se reverberavam no contexto histórico de produção da obra estudada. Para, por fim, evidenciar o quanto a teoria melancólica da sexualidade brasileira nos concede pistas para melhor compreender a visão de Paulo Prado e de toda uma geração de intelectuais e políticos empenhados na construção ideal da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** interpretação do Brasil, sexualidade, raça, miscigenação, cultura.

## ABSTRACT

FILHO, Fernando José. **The Brazilian "sexual" thinking: a melancholic sexuality in Brazilian social formation.** Dissertation (Mester in Social Sciences) - School of Philosophy, Letters and Human Sciences, Federal University of São Paulo, Guarulhos, 2019.

In his book *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, published in 1928, Paulo Prado aimed to build an interpretative history about the social formation of the Brazilian people from two distinctive vices: luxury and greediness. These characteristics ground a melancholic disposition, which are reflected in several choices within the Brazilian society. In front the reading of his work, this research will pay attention specifically to the exam of the lust which it is understood by the author as a kind of uncontrolled sexuality or without moral restraints, as well, the ways in how it can be a helpful element to interpreting Brazil within the Brazilian social thought tradition. In this sense, it is also up to this dissertation to point out what Paulo Prado understands by race, sub-race and racial formation, as well as, what the discussions on this theme reverberated in the historical context of production of the studied. Finally, reveal how much the melancholic theory of Brazilian sexuality can give us hints to comprehend Paulo Prado's, as well the point of view of an entire generation of intellectuals and politicians about an ideal construction of the Brazilian society.

**Keywords:** interpretation of Brazil, sexuality, race, miscegenation, culture.

## QUADROS

Quadro 1: Trilogia do Clima Intertropical.....	38
Quadro 2: Modelo de Capistrano de Abreu.....	62

## Sumário

Prólogo .....	13
1. Introdução.....	14
1.1 A escolha da sexualidade para compreender o pensamento social brasileiro .....	15
1.2 Os autores e suas obras .....	16
1.3 Sobre o texto da pesquisa.....	18
2 O pensamento sexual no século XIX: o desejo e a história .....	20
2.1 Deitando-se sobre o problema .....	20
2.2 Foucault por uma ciência da sexualidade .....	22
2.3 O racismo: o pilar da contra história.....	25
3. Forjando um pensamento sexual no Brasil: uma sexualidade tropical.....	26
3.1 Os projetos de se contar uma história do Brasil.....	29
3.2 Os negros são empurrados para dentro da história .....	35
3.3 O pensamento sexual de Nina Rodrigues .....	37
4. O pensamento melancólico de Paulo Prado .....	44
4.1 Retrato de uma São Paulo, espelho de um Brasil .....	51
4.2 Capistrano, o autêntico brasileiro .....	56
4.3 As curvas isoladas do caminho do mar: o modelo de Capistrano de Abreu.....	61
4.4 História e Interpretação .....	66
4.5 Raça e Cultura .....	69
4.6 Sexualidade e Miscigenação.....	74
4.7 As três raças tristes .....	90
5. O “nosso” Post-Scriptum.....	98
Referências Bibliográficas.....	106

## Prólogo

*“E uma daquelas moças era toda tingida, de cima a baixo, daquela tintura; e certa era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que ela não tinha) era tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, faria vergonha por não terem a sua como a dela”* (CAMINHA, 2014, p.21-22).

*“O chorado arrastava-os a todos, despoticamente, desesperando aos que não sabiam dançar. Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante. E Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados. Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambedidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca”* (AZEVEDO, p.35).

A citação que inaugura este trabalho está transcrita naquilo que chamamos de certidão de nascimento do Brasil: A carta do descobrimento ao Rei Dom Manuel ou mais conhecida como “A carta de Pero Vaz de Caminha”<sup>1</sup>. Ela mostra através dos pincéis do escrivão, o encantamento dos navegadores da frota de Pedro Álvares Cabral diante de um “paraíso celestial”, e a impossibilidade de não se maravilhar com a exuberância das árvores, abundância de águas cristalinas e a diversidade “exótica” de aves coloridas. No meio da natureza espetacular, os olhares dos portugueses encontram uma gente nua e pintada ou com trajes distintos dos seus. Assim começa o primeiro exercício de estranhamento de um encontro de duas culturas a partir da sexualidade: a comparação das genitálias desta “gente de cor” com as das mulheres portuguesas deixadas no outro lado do mar.

Quase quatrocentos anos depois, intelectuais, cronistas e viajantes que visitavam os principais centros urbanos brasileiros se deparavam a uma imagem oposta ao que os marinheiros encontraram, no então denominado Brasil, com suas cidades construídas como se fossem “pela sorte”, numa babilônica decaída infernal, é lançado em 1890, *O Cortiço*. Nesta

---

<sup>1</sup>Escrita em 1500, por Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, a obra tem uma narrativa de diário de bordo com relatos de viagens com o propósito de relatar ao rei, os diversos acontecimentos que se sucediam durante a viagem. É considerada como primeiro registro sobre o Brasil, com caráter de certidão de nascimento, portanto, este manuscrito nos serve para pensar se os olhares de desejo dos colonizadores portugueses aos nativos já estavam carregados de desejos [sexuais], desde então.

obra, Aluísio de Azevedo constrói uma miríade de personagens que têm seus destinos entranhados nas paredes de um cortiço de segunda categoria. No trecho destacado, Jerônimo, o português que sente falta da sua terra natal, ao colocar os olhos em Rita Baiana, mergulha nas coisas do Brasil. Surge deste encontro uma narrativa com um misto de sensualidade e beleza natural. Rita, é a mulata faceira que durante a obra encanta dois homens: o mulato Firmo e Jerônimo, o branco português. Ela opta pelo último, pois nas palavras do escritor “quer reclamar seus direitos de apuração”. A personagem incorpora na sua sensualidade os atributos encantadores da paisagem brasileira e para o português resta somente se deixar levar por tudo isso.

Frutos de sua época, *A Carta de Pero Vaz de Caminha* e *O Cortiço* mostram pistas de um imaginário comum, mesmo não sendo uma síntese do pensamento sexual e social brasileiro como um todo, tendo em vista que outras formas de pensar também confluíam ao mesmo tempo. Estes documentos ajudaram a construir uma história formativa sobre o Brasil em torno de um desejo sexual, racial e cultural acerca da mulher. Também, somente com estes dois exemplos, poderíamos discutir as várias formas que a sensualidade ou a sexualidade apareceram como forma de desejo, contato e dominação no período colonial quanto no Império, mas outros trabalhos fazem isto melhor.

Desta forma, a discussão nessa dissertação será em torno de uma obra que não foi escrita na época dos “descobrimientos”, no período colonial e período imperial, mas que se volta ao nosso passado histórico na tentativa de explicar as peculiaridades do presente. O livro *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado é um texto que para além das especificidades, nos mostra uma nova forma de pensar e representar a formação da sociedade brasileira, colocando a sexualidade como um dos marcadores na sua interpretação.

## **1. Introdução**

Escritas nas décadas de 20 e 30 do século XX, num momento em que o Brasil já tinha grande parte de suas instituições políticas e científicas consolidadas, a obra *Retrato do Brasil* é representativa de um período em que a constituição do regime republicano e o surgimento das primeiras universidades marcam um novo período de reflexão sobre as bases da formação

política e social brasileira e a passagem do gênero ensaísta para o monográfico com predominância de temas específicos (RICUPERO, 2008, p.22).

Ricupero (2008, p.22-23), ao citar Bolívar Lamounier, mostra que as interpretações que surgem nestas primeiras décadas seguem uma estrutura narrativa comum, em que fazem um “grande balanço da história” e terminam propondo um programa político, e aqui incluo, também cultural, para superar os problemas do país. Paulo Prado (1928), em *Retratos do Brasil*, apresenta uma estrutura predominantemente ensaística<sup>2</sup>, na qual o autor faz uma interpretação sobre vários temas: raça, ocupação da terra, processo de colonização, identidade cultural e sexualidade. É sobre este último conceito que se dedicará a dissertação.

### **1.1 A escolha da sexualidade para compreender o pensamento social brasileiro**

A escolha de estudar a sexualidade como recurso interpretativo na obra de Paulo Prado parte de dois movimentos. O primeiro é a recorrência de alguns temas que são privilegiados nos estudos contemporâneos sobre as obras e teóricos do pensamento social brasileiro. Para isso, procurei algumas pistas em alguns artigos que refletiam as pesquisas em torno dos assuntos em relação a esta área.

Nesse sentido, a entrevista Simpósio: cinco questões sobre o pensamento brasileiro (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011b), reflete a dicotomia de avaliações a respeito do tema, entre as quais, de um lado, Gláucia Villa Boas e Rubem Barbosa, cientistas políticos contemporâneos, avaliam que os problemas básicos ou recorrentes são sobre estudos que privilegiam o tema da construção da nação e solidificação do processo democrático brasileiro. Enquanto, Schwarcz e Botelho acreditam que a área passa por uma transformação em que os temas culturais ganham cada vez mais expressão – em que as reflexões apontam as análises culturais “como elementos explicativos fundamentais” (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011a) – e que cresce o interesse por abordagens que dão foco a “novas clivagens como as de gênero, idade, região e raça”<sup>3</sup>. Portanto, seguindo esta tendência, os temas sobre sexualidade tornam-se um campo promissor dentro do pensamento social brasileiro.

---

<sup>2</sup>Assim como *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1942), de Caio Prado Jr, e *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 12.

O segundo movimento parte de uma aproximação sistemática dos estudos e pesquisas voltados para os temas raciais, especialmente, a raça negra no contexto brasileiro, cujas leituras evidenciam o quanto este tema sempre esteve atravessado pelo marcador da *sexualidade* para compreensão ou formação das *três raças brasileiras (branca, indígena e negra)*. Em tese, ao falar de uma formação do povo brasileiro, o contato destas três raças se dá também pelas relações sexuais ou pelo desejo, e estas podem ser construídas de maneiras consentidas ou perversas. Também parto de uma questão de *senso comum* que permeia distintas camadas e grupos sociais, a ideia *de que o Brasil é um país da libertinagem e liberdade sexual*, pela qual perpassa as literaturas clássicas e moderna brasileira, dos programas de televisão ao cinema, e que se manifesta com *mais força* nas festas de carnaval, alimentando a imagem de um *Brasil sexual* para os estrangeiros.

## 1.2 Os autores e suas obras

Mário de Andrade definia Paulo Prado como um homem de caráter aventureiro e tradicional<sup>4</sup>. Paulista da cidade de São Paulo, filho mais velho do Conselheiro Antônio Prado, pertencente a uma família tradicional de cafeicultores, se formou na faculdade de Direito de São Paulo. Atuou predominantemente como empresário nos negócios vinculados ao café e nos anos 30, participou do governo Vargas, saindo logo em seguida por divergências políticas. Fundou a Revista Nova, sendo redator ao lado de figuras como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Alcântara Machado.

Com essa trajetória, aliadas com viagens que faziam constantemente pela Europa, alargando seu pensamento e o espólio cultural, Prado teve incentivo de Capistrano de Abreu e de seu tio Eduardo Prado, ambos historiadores, para escrever páginas que dedicassem a contar uma história sobre São Paulo e o Brasil. De uma herança tradicionalista e com visão modernista em vários pontos, o autor consegue idealizar a Semana de Arte Moderna, na qual é conhecido pelo seu mecenato. Sua atuação teórica e intelectual constituía de artigos que publicava em alguns jornais e revistas, em que predominava análises, críticas e uma historiografia tímida sobre as origens e os aspectos da cidade de São Paulo. Textos que foram compilados na obra *Paulística* e que servem de base referencial para compreendermos os aspectos metodológicos

---

<sup>4</sup> FERRAZ, Geraldo. Paulo Prado e duas reedições, prefácio a 7ª edição de Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.



de *Retrato do Brasil*, entendido como um alargamento do espírito das ideias presentes nos seus ensaios sobre o estado paulista.

Ao escolher *Retrato do Brasil* para retratar a questão da sexualidade, podemos perceber como o empresário historiador retrata o processo de mestiçagem estrutural no Brasil colonial e imperial. Aqui a sexualidade é marcada por um sentimento melancólico carregado de erotismo e ambição sem controle que para os olhos de Prado formaram uma nação fadada ao fracasso político. As três raças são vistas como tristes e com características negativas (a ingenuidade sensual indígena, a passividade infantil africana e a depravação erótica portuguesa) que desembocam num tipo de mestiço triste.

Dividida em quatro capítulos (*A Luxúria, A Cobiça, A Tristeza, O Romantismo*) e um *Post-Scriptum*, *Retrato do Brasil* dá enfoque aos excessos sexuais e a ambição desenfreada que estão presentes nos primeiros séculos da formação social brasileira.

No primeiro capítulo, Prado constrói a tese de que o excesso sexual é incitado pelo clima paradisíaco, a solidão e a liberdade do homem colono e a animalidade sensual da índia e da negra que estimularia a “superexcitação” erótica do português. Neste capítulo, o autor dá uma visão heroica para o movimento das “descobertas marítimas”, que ao mesmo tempo que incutiu o espírito de liberdade nos homens daquela época também alargou as ambições humanas, atraindo para os novos continentes, europeus em busca de riquezas fáceis. Neste ensaio, o autor faz suas interpretações em bases das cartas jesuíticas e diários de viajantes, costurando através da imaginação, os costumes destes primeiros navegantes e habitantes.

Em *A Cobiça*, é mostrado que a ambição desenfreada dos colonos fez com que estes fossem em busca de ouros e pedras preciosas pelo interior do Brasil, construindo laços sociais pautadas na lógica do enriquecimento fácil, subjugação dos corpos e almas dos índios e negros, através da escravidão, estupros e poligâmias. O enriquecimento que seria o clímax da colônia brasileira, seria também o seu declínio. Neste capítulo, fica evidente que Prado, através dos motivos que levariam ao clímax e o declínio do povo paulista, também os aplica numa perspectiva macro brasileira.

Os dois capítulos posteriores, “*A Tristeza*” e “*O Romantismo*” mostram como as práticas da cobiça e luxúria levaram um povo acometido pela melancolia à um lirismo pessimista, de modo que não conseguem desenvolver a precoce nação brasileira. Um esgotamento físico e mental, que gera a incapacidade de construir uma sociedade pautada em valores que não sejam somente “baixas paixões”. Nestes capítulos, o processo de miscigenação e as teses

antropogeográficas se tornam referenciais, na qual, a primeira seria um vício astênico que acentuando o que seria mais de ruim de cada raça geraria uma nação fadada ao declínio, e a segunda, as condições ambientais, especialmente o clima explicaria o temperamento de um povo e a indisponibilidade para o desenvolvimento civilizatório.

Em *Post-Scriptum*, o autor faz uma reflexão sobre o papel do historiador na construção de um programa histórico, e como ele se colocou diante do desafio de construir uma história interpretativa da identidade e política brasileira. Faz um balanço em como o temperamento sem fibra do brasileiro leva aos problemas políticos e sociais que então o Brasil república estava passando. Portanto, esse capítulo faz uma análise do presente momento que o historiador desenvolve a obra. Nesta parte do final do livro, Prado apresenta duas soluções de um teor radical para que o Brasil saia do “atoleiro” em que se encontra: a guerra ou revolução.

A metodologia elaborada e defendida por Prado em *Paulística* são largamente aplicadas na construção de *Retrato do Brasil*: o uso de documentos históricos, aplicação de diversas teorias – muitas conhecidas no século XIX, no reforço da utilização da imaginação do historiador. O autor busca novas visões para as abordagens raciais, políticas e de povoamento do território brasileiro. Constrói, fala e defende uma visão de Brasil, uma nova representação de uma história formativa do povo brasileiro, distinta dos intelectuais do século oitocentista. Mesmo sendo alvo de críticas assertivas, as suas abordagens metodológicas não conseguem preencher lacunas de um Brasil diverso e múltiplo, mas um espelho ampliado da história de São Paulo.

### **1.3 Sobre o texto da pesquisa**

Para esta pesquisa, o texto foi dividido em quatro capítulos, que discorrerei sinteticamente em como os conceitos de raça e sexualidade foram construídos como categorias de pensamento e práticas políticas na história cultural do ocidente; as influências metodológicas e teóricas de Paulo Prado, assim como a sua interpretação sobre as categorias raciais e sexuais para fundamentação de uma teoria sobre a sociedade brasileira.

Os capítulos iniciais, “O pensamento sexual no século XIX: o desejo e a história” e “”, partem de uma preocupação em mostrar como as categorias de raça e sexualidade são construídas no século XIX. Para o primeiro capítulo trago o texto contemporâneo *Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça* (2005) escrito pelo antropólogo e historiador Robert Young, na qual defende os conceitos de raça, cultura e sexo como interligadas em uma

prática deliberada nos processos de colonização imperialista orquestrada pela Europa. Prosseguindo com o debate que Michel Foucault faz em *História da Sexualidade* (1988) e nas aulas em *Defesa da Sociedade* (1999b) para explicar como a sexualidade e raça se tornam categorias explicativas e altamente científicas no século XIX.

Já o segundo capítulo, *Forjando um pensamento sexual no Brasil: uma sexualidade tropical*, é um convite para observarmos como estas mesmas categorias aparecem como formas de explicar o Brasil, destacando a influência do naturalista e etnólogo Karl Von Martius (1956) com o seu programa *Como se escrever uma história do Brasil* – em que argumenta que a história do Brasil deve ser narrada através da cultura racial desenvolvida no território brasileiro –; e do médico antropólogo Nina Rodrigues com uma visão pessimista sobre a mestiçagem brasileira.

No penúltimo capítulo, “O pensamento melancólico de Paulo Prado”, a proposta é fazer um diálogo com as questões que o autor apresenta sobre os processos de formação social e política brasileira especificamente no âmbito da sexualidade. Esta pensada em seus excessos, vinculada ao vício da cobiça. Desta forma, na estrutura temática do capítulo faremos um debate entre *Retrato do Brasil* e alguns artigos de *Paulística*, sua obra anterior, lançada em 1925, que se centralizam nas estruturas de formação, daquilo que Prado chama de “raça paulista”.

Através desta comparação, busca-se identificar discursos e propostas metodológicas entre as produções. Ademais, também discutirá um pouco do arcabouço teórico e pensamento dos autores que influenciaram decisivamente no programa interpretativo de Prado, entre eles Eduardo Prado e Capistrano de Abreu. Para, por fim, traçar, baseado na interpretação e compreensão do autor, em como a sexualidade, a construção racial brasileira e os processos de miscigenação formaram um povo brasileiro melancólico, tecendo uma leitura sistemática de cada capítulo de *Retrato do Brasil*, a fim de identificar suas metodologias, agentes teóricos, visões e propostas.

Em *Nosso Post-Scriptum*, cujo título é uma referência ao epílogo de *Retrato do Brasil*, que leva o mesmo título, concluiremos com um balanço das capilaridades e propostas que a obra de Prado contribui para uma análise da sociedade brasileira e para outros debates teóricos.

## 2 O pensamento sexual no século XIX: o desejo e a história

O interesse em destacar um capítulo sobre o século XIX, parte de um estímulo em não só fazer uma cronologia ou recapitulação didática de fatos e movimentos históricos importantes deste século. O objetivo principal é fazer um exercício de memória e reflexão sobre as principais ideias sobre raça e sexualidade que possa nos ajudar na compreensão das primeiras décadas do século XX.

Antes de partir para a discussão central, vale destacar que a obra *Retrato do Brasil* está em diálogo com o século imperial brasileiro a fim de utilizar as ideias deste período para defender, questionar e construir suas teorias. Paulo Prado parte de arcabouços teóricos predominantes do século XIX para tentar explicar o passado cultural brasileiro na compreensão do presente. O autor acredita que foi um momento de florescimento do caráter romântico do brasileiro, em que este atrofiaria o desenvolvimento de uma consciência política, moral e intelectual brasileira.

O que se pretende neste capítulo é justamente a partir dos modelos teóricos representativos do século XIX, compreender como os conceitos de raça e sexualidade [sexo] se tornaram categorias de explicação na formação e classificação de indivíduos e sociedade. E mais, como não pensar a categoria de raça sem a de sexualidade, sexo e desejo. Levi-Strauss (1993, p.330) diria em *Raça e Cultura* que cultura e raça estão estritamente ligadas se não no direito, mas no espírito. De porte destas informações isso nos ajudará a compreender as escolhas metodológicas utilizadas por Paulo Prado na construção de suas teorias.

### 2.1 Deitando-se sobre o problema

Na obra *Desejo Colonial*, Robert Young (2005, p.111) dedica-se a explicar como se estabelece a relação entre raça e cultura, em que o primeiro seria um produto do segundo. O autor nos convida a desenredar o feixe de significados que atrela os conceitos de “raça” e “cultura” como uma elaboração do século XIX.

Através da experiência inglesa, o antropólogo identifica que as ideias vitorianas sobre raça são discutidas como uma “entidade separada” do desenvolvimento do pensamento científico e das artes do século XIX, como se fosse algo “embaraçoso” na história do

conhecimento ocidental (YOUNG, 2005, p.110) e que esse tipo de esquecimento não é benéfico na compreensão sobre as teorias culturais e raciais deste período. As teorias raciais surgem no final do século XVIII, assumem uma tônica científicista no século XIX, se espalha conjuntamente com as expansões coloniais europeias em todo o globo, que se justifica conectando-se com o discurso da superioridade racial branca.

Desta forma, o autor entende que “qualquer noção de cultura terá que incluir uma configuração história” (YOUNG, 2005, p.110) e complementa com uma metáfora em que a história se manifesta no presente e no trabalho dos mortos que pesam sobre as sociedades dos vivos e retornam de novo para ela. Esse estilismo nos remete ao conceito de história de Walter Benjamin (1994, p.224), em que ao articularmos o passado não é mostrar como ele foi, mas se apropriar de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Fazendo uma reflexão sobre o que foi escrito até agora, esse perigo seria o próprio esquecimento do racialismo nas frestas do edifício chamado “conceito de cultura”, que sinonimiza com o conceito de civilização e ambas definidoras de modernidade e progresso. A sexualidade e o desejo são as forças motriz que movimentam a máquina do progresso e da modernidade.

Young (2005, p.118) chega ao centro da sua tese, citando o historiador inglês Ronald Hyan<sup>5</sup> “o sexo está no coração do próprio racismo”, a fim de identificar uma ligação entre cultura e teoria racial, implicando a sexualidade como um terceiro mediador, em que a própria teoria racial uniria os três. Já, para o historiador estadunidense Sander Gilman<sup>6</sup>(apud, YOUNG, 2005, p.118), as ligações entre raça e sexualidade se dão através de fantasias de estereótipos culturais em que o negro evocava uma sexualidade atrativa e perigosa numa fertilidade aparentemente abundante e limitada, porém ameaçadora. Essa última imagem do “negro sexual atrativo” é predominante na composição racial do escravo negro aqui no Brasil, sendo amplamente explorada nas interpretações de Paulo Prado. A experiência inglesa de desejo e sexualidade pode ser distinta da brasileira em alguns aspectos, mas Young (2005, p.119) é ilustrativo ao falar do medo do homem branco europeu perante as populações férteis da Ásia, reforçando esta ideia ao citar Herbert Spencer<sup>7</sup> com seu pensamento biossociologizante de que

---

<sup>5</sup> HYAN, Ronald. *Empire and Sexuality: the British Experience*. Manchestes; Manchester University Press, 1990.

<sup>6</sup> GILMAN, Sander L. *Difference and Pathology: Stereotyps of Sexuality, Race and Madness*. Ítaca, Cornell University Press, 1985.

<sup>7</sup> SPENCER, Herbert. *The Principles os Biology*, 2 vol, Londres, William & Norgate, 1864-67.

“a medida da diferença racial consiste no excesso de fertilidade das raças primitivas no confronto com as civilizadas”.

Deste modo, chega a conclusão, através dos sonhos de Quincey<sup>8</sup>, de que o oriente asiático é visto pelos europeus como uma fábrica humana com sua fertilidade ilimitada e incontrolável de uniões “antinaturais” (YOUNG, 2005, p.119) e como nada mais que uma emergente imagem negada de um reprimido maquinário proliferante da colonização calcada numa missão de dominação imperial em que o poder, fantasia e desejo é sua constituição. Portanto, para Young (2005) o colonialismo como máquina de guerra, burocrática e administrativa tem a raça e a produção sexual como sua ideologia formadora.

O colonialismo, em suma, era não apenas uma máquina de guerra e administração, mas, também, uma máquina desejante. Esta máquina desejante, com o seu apetite ilimitado por expansão territorial, por “crescimento e auto reprodução infinitos” por fazer conexões e disjunções, continuamente forçava territórios, histórias e povos díspares a se reunir como corpos estrangeiros na noite. Neste sentido, era o instrumento que produzia a sua fantasia mais tenebrosa – a fertilidade ilimitada e incontrolável de uniões “antinaturais” (YOUNG, 2005, p.119).

## 2.2 Foucault por uma ciência da sexualidade

A história da sexualidade – isto é, daquilo que funcionou no século XIX como domínio da verdade específica – deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos (FOUCAULT, 1988, p.67).

Em se tratando de sexualidade não podemos deixar de trazer para discussão as contribuições de Michel Foucault (1988, 1999a, 1999b, 2010, 2014) para este tema, como forma de ajudar na compreensão da construção deste termo no século XIX. Sobre este século, o autor o denomina de o “século das degenerações”<sup>9</sup>, o “século das classificações”<sup>10</sup> ou o século que a sexualidade se encerra cuidadosamente para dentro de casa<sup>11</sup> e também nas instituições

---

<sup>8</sup> Thomas de Quincey foi um jornalista e propagandista sobre os horrores e medos da cultura oriental. Autor de *Confissões de um comedor de ópio e outros escritos*, caracteriza o sul e o leste asiático como a região da terra que mais borbulha vida humana, uma fábrica de fazer pessoas, o homem é neste lugar a própria erva daninha. Se torna personagem central na obra de John Barrel “The Infection of Thomas de Quincey”, que explora este medo e o desejo reprimido do homem europeu como um traço proliferante e psicopatológico relacionado ao domínio colonial.

<sup>9</sup> *Id.* 2014, p.181.

<sup>10</sup> *Id.* 1999a, p.453.

<sup>11</sup> *Id.* 1988, p.9.

tornando-se assim um “fato discursivo” a partir dos saberes e tecnologias de poder que se formam com base em um discurso sobre a sexualidade humana.

Para o autor, o ponto essencial não é saber o que diz sobre o sexo ou sobre suas interdições, permissões, afirmações ou negações de efeitos ou muito menos o que polícia ou não as palavras empregadas. Ele adota uma linha investigativa que deve levar em consideração o fato de se falar sobre sexo, os lugares e os pontos de vista de quem fala, o que em quem armazena e como se difunde, ou seja, colocando o “sexo em discurso” (FOUCAULT, 1988, p.16).

Portanto, tendo como proposta primeira de revelar a “vontade do saber” que serve como suporte e instrumento das produções discursivas da sexualidade e seus efeitos de poder (FOUCAULT, 1988, p.17) e como a partir daí se constituiu uma ciência da sexualidade. Desta forma, o segundo objetivo é buscar nas instâncias de produção discursiva, as formas de poder-saber para que se possa fazer uma história destas instâncias e suas transformações. Este último ponto se torna interessante para o desenvolvimento desta dissertação na medida em que a participação ativa de diversas instituições (psiquiátricas, médico-sanitárias, educacionais, humanas e biológicas, direito e política) na construção de discursos sobre teorias sexuais e raciais, e também na aplicação de técnicas de poder-saber.

Ao chegar nestas conclusões, Foucault temporaliza o momento em que a incitação ao falar sobre sexo nasce: no final do século XVIII. Esta incitação é atravessada por técnicas políticas e econômicas, não com o intuito de formular uma teoria geral da sexualidade, mas através de pesquisas quantitativas e causais submeter a sexualidade em formas de análise, contabilidade, classificação e especificação (FOUCAULT, 1988, p.48). Após esse estágio, a sexualidade instrumentalizada de poder, ramificam-se e multiplicam-se entre si com intuito de penetrar nas condutas e medir os corpos, rotulando sexualidades de acordo com idades, lugar, um gosto e um tipo de prática. E em porte deste controle de conhecimento fabricado pelas instâncias discursivas, Foucault traz a ideia de uma “polícia do sexo”, ou seja, nas suas palavras, que este conhecimento terá necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição (FOUCAULT, 1988, p.28).

Para Foucault (1988, p.28), o policiamento sobre o sexo se dá através do entrelaçamento com um outro discurso que emerge na virada do século XVIII para o século XIX: a ideia de população como problema econômico e político, na qual se coloca em evidência, a capacidade

de trabalho desta população. Desta maneira, Foucault coloca em questão se o surgimento dessa concepção e do controle populacional teria como função a reprodução da força de trabalho e das relações sociais, de modo que fosse necessário proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1988, p.38).

Em síntese, Foucault (1988) quer explicitar que na virada do século, os governos começam a lidar com fenômenos e variáveis específicas de diferentes populações, no mesmo instante que a industrialização e a modernidade se tornam caminhos inexoráveis a serem seguidos, ou seja, o controle populacional recai nas discussões de como deve nascer, morrer, se alimentar, nas formas de reprodução e fecundação, nos tipos de habitação, estado de saúde e doenças.

No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (FOUCAULT, 1988, p.28).

Em resumo, os governos começam a incidir sobre a população, a maneira que devem usar seu sexo e como praticar sua sexualidade, assim, se forma uma polícia do sexo em que a conduta sexual da população é tomada ao mesmo tempo como objeto de análise e alvo de intervenção, cujas formas, tentativas e técnicas de regulação se colocarão de maneira cada vez mais fina e calculista, produzindo nos casais, através de campanhas sistemáticas, um comportamento sexual pautado numa lógica econômica e política (FOUCAULT, 1988, p.29).

Foucault (1988, p.29) observa que estas condutas sexuais se propagam numa linha tênue entre o econômico e biológico. Uma política econômica sobre a população tem o corpo como alvo e desta forma começa a se articular o discurso da “cultura” do corpo ou afirmação do corpo, na qual a medicina terá o papel de pensar uma higiene corporal, métodos para ter filhos saudáveis e uma vida longa e técnicas para aprimorar a descendência humana e afastar tudo aquilo que se coloca dentro de uma degeneração do corpo. Um projeto que visava “uma expansão infinita da força, vigor, saúde e vida” (FOUCAULT, 1988, p.118). Por fim, um projeto que segundo Foucault visava o crescimento e instituição de uma hegemonia burguesa, na qual como classe se afirmaria através da valorização do corpo e diferença do outro “não branco ou não burguês”, e poderia assim “conscientizar” ideologicamente através de dispositivos de poder, as classes operárias em que esta como instrumento da burguesia também necessitaria estar em condições mínimas de gerar capital.



Dentro desta preocupação com o sexo do outro, o instinto sexual vai sendo isolado para dentro do instinto biológico, tornando-se objetos privilegiados de saber, aquilo que Foucault (1988, p.112) vai chamar de “conjunto perversão-hereditariedade-perversão” – o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo, que elegem quatro figuras como seus alvos e pontos de fixação: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso, no qual serão procuradas patologizações, com intuito de corrigir anomalias e se contrapor a um ideal sadio e correto da burguesia viril, assegurando uma potência física e a pureza moral do corpo social, prometendo eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações corrompidas (FOUCAULT, 1988, p.24). Por fim, na metade do século XIX, se instaura uma medicina das perversões com seus programas de eugenia, que através de práticas sociais, justificam o racismo de Estado, que ajudará a contribuir com mais poder a tecnologia do sexo. Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como “verdade” (FOUCAULT, 1988, p.54), de modo que as várias formas de racismo encontraram nestas tecnologias de poder seus pontos de fixação.

### **2.3 O racismo: o pilar da contra história**

Numa série de aulas proferidas em 1976, organizadas na obra *Em Defesa da Sociedade* (2005), Foucault traz um debate na qual raça e história estão interligados numa tecnologia de poder discursiva e narrativa presentes no século XIX. O objetivo destas aulas é justamente compreender as transformações discursivas e formativas do discurso histórico. Para ele, é neste período que o discurso histórico se engendra com um discurso de enfrentamento das raças, ou nas suas palavras, se torna uma contra história, se afastado, portando do papel clássico de uma história com um ritual de fortalecimento da soberania (FOUCAULT, 1999b, p.80) – ou seja, não importa mais uma narrativa histórica que privilegia genealogia e façanhas heroicas dos grandes reis e imperadores.

Como indicado por Foucault em outras obras, o século oitocentista é a estatização do biológico, em que os discursos se centram numa tecnologia de corpo e vida, no qual o político biológico regula o controle da vida e morte nas populações: “a biopolítica lidando com a população” (FOUCAULT, 1999b, p.292). Podemos definir que nesta virada discursiva a história ou contra história encontra uma nova forma narrativa. Foucault vai mais além, indicando que o discurso histórico é da luta de raças, mas não entre elas, e sim entre as nações

e leis (FOUCAULT, 1999b, p.80). Conseqüentemente, o surgimento deste discurso organiza um tempo totalmente diferente na consciência e prática política na Europa (FOUCAULT, 1999b, p.88).

Desta forma, o racismo articulado pelo Estado seria biológico e centralizado e com intuito de proteger a integridade, superioridade e pureza racial tendo a ciência sexual a sua tecnologia potencializadora. Foucault deixa nítido que não é uma luta entre as raças, mas é uma história discursiva em que é considerado como verdadeira e única aquela que detém poder e a norma e que se coloca contra todas as demais raças que estão fora destas normas e mais ainda que podem provocar perigo para o patrimônio biológico das raças “ditas” superiores.

O século XIX, portanto, é conhecido como o período que os discursos históricos-biológicos se vestem de um racismo pautado por teorias de degeneração do corpo e que financiada pelo Estado viu também o surgimento de diversas instituições que tiveram no interior do seu corpo social “o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e finalmente de normalização da sociedade. Enfim, ao trazer esta análise de Foucault sobre discurso histórico e racismo podemos concluir o século XIX é importante como período de formação do sujeito racial e na qual os estados vão pautar este discurso com central nas suas políticas e o Brasil será um deles que utilizará desta maneira construir uma história.

### **3. Forjando um pensamento sexual no Brasil: uma sexualidade tropical**

A ideia de que abaixo da linha do Equador reina o pecado e o vício está presente em diversas narrativas de cronistas, viajantes, missionários e estudiosos pré-iluministas europeus sobre o Brasil na sua época colonial. E também não só. No período posterior à independência, ainda prevalecia, em certos círculos intelectuais, a ideia de que o Brasil vivia na promiscuidade, na libertinagem sexual entre as raças, sem lei e sem regras, mesmo com as várias tentativas de a Igreja moralizar todo o território. O século XIX brasileiro conhece novas teorias científicas e políticas oriundas da Europa, e com isso, a nobreza e a elite intelectual sentem um sopro de esperança de que através destas novas ideias de perspectiva voltadas para o progresso, poderiam acabar com a imoralidade sexual e as trocas raciais, empecilhos para formação de uma sociedade brasileira ilustrada, moralizante e desenvolvida. Não se pretende fazer uma oposição entre o Brasil dos pecados e o Brasil rumo à civilização, tão pouco reforçar hipóteses de que

uma é um degrau evolutivo da outra, pois as duas são formas de se interpretar ou construir um discurso sobre o Brasil, acredito que podemos identificar proximidades ou interligações nestas duas formas de interpretações<sup>12</sup>.

Nas obras de Lilia Schwarcz (1933, 2016), o século XIX brasileiro é conhecido como a “Era dos Nacionalismos” ou o século da “naturalização das diferenças”, em que o discurso racial se torna central na construção de um projeto de nação, dependente da criação uma narrativa histórica que pudesse unificar o território em torno de um sentimento de pertencimento nacional. Ao contar uma história, os intelectuais daquele período precisavam escolher personagens históricos que passariam a se tornar os heróis nacionais, ao mesmo tempo que impoariam uma língua monumental e identificariam lugares, paisagens, costumes e povos originais, no intuito de construir símbolos nacionais e identificando algum discurso que poderiam amarrar com objetivo de se construir uma identidade nacional (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p.283).

Para forjar estes discursos, foi necessário edificar centros de saber para que pudessem legitimar estas ações. A chegada da família real portuguesa e a independência do Brasil são movimentos históricos que impulsionaram a construção destes espaços<sup>13</sup>. Desta forma, o objetivo foi colocar em prática um discurso histórico em que a nação brasileira tivesse orgulho do seu passado e suas origens; construir mecanismos em que o presente deveria se afastar cada vez mais da coroa portuguesa e um futuro em que seriam inevitáveis o progresso e o desenvolvimento social.

No livro *O espetáculo das raças*, Schwarcz (1993) faz um panorama das principais instituições científicas com suas formas de organização, hierarquias, produções, atores principais e suas influências políticas e teóricas. E centralmente mostra como as teorias raciais construídas no cenário do imperialismo europeu são recebidas e readaptadas de acordo com a realidade social local brasileira nestes espaços, ou seja, como estas constroem suas próprias

---

<sup>12</sup> Mesmo que não seja questão central na minha pesquisa, sempre tenho um incômodo em relação as retratações sobre o Brasil colonial, mesmo ainda na contemporaneidade, em que esta é sempre vista como um período em que a promiscuidades, imoralidade e práticas sexuais normativas ou não, eram feitas sem limites e escancarados. Ainda que o período imperial apareça com uma roupagem ordenativa e civilizatória, faz necessário buscar diferentes fontes que apresentem outras narrativas históricas distintas destas.

<sup>13</sup> Schwarcz (1993, p.32) analisa em *O espetáculo das raças* as principais instituições criadas durante o império brasileiro que tiveram influência neste período e na Primeira República. A saber, os museus etnográficos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pará; os institutos históricos e geográficos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; as faculdades de direito de São Paulo e Recife e a de medicina de Rio de Janeiro e Bahia.

visões de raça, sinônimo, naquele momento, de uma desigualdade racial científica,-a partir de modelos estrangeiros.

O objetivo, portanto, não é trazer para esta dissertação uma discussão sobre o papel de cada instituição no cenário nacional, mas de forma sintética descrever as principais teorias raciais numa realidade tupiniquim. Em poucas palavras, mostrar o cenário no qual estas ideias encontraram ao chegarem no Brasil. Esse esforço se torna importante, pois, coloca os autores principais desta pesquisa em diálogo com estas teorias e que ecoa nas suas produções.

Na virada do século XVIII para o século XIX, a América começa a se desprender de uma visão do continente da “inocência” para o lugar da inata maldade dos selvagens. Os naturalistas e geógrafos Antonil, Cornelius de Pauw e Conde de Buffon, que atuaram no período setecentista, citados por SCHWARCZ (1933, p.62), trazem como teorias a colônia purgatório, a degeneração americana e a infantilidade do continente. Nesse aspecto, Antonil, em 1711, ao teorizar sobre uma colônia purgatória dizia que a América seria o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso das mulatas<sup>14</sup>.

Enquanto isso, De Pauw rompe com a visão humanista da igualdade humana promovida pela revolução Francesa, e interpreta o homem americano sob a ordem da degeneração das espécies, pessoas decaídas e imaturas, incapazes de participarem do projeto de civilização. Interpretação que avança no século XIX, moldando uma imagem em que as diferenças entre os povos e raças se justificam através da herança genética, das habilidades intelectuais e inclinações morais (SCHWARCZ, 1933, p.62).

Já o naturalista De Buffon aprofunda suas teses na defesa de “uma imagem negativa da natureza e homens americanos” e a “carência do continente americano” infectado por homens imaturos, proliferado de insetos e pequenos répteis, baixa estatura dos animais e escasso povoamento. O naturalista rompe com esta visão idílica do continente e o mito do “bom selvagem” de Rousseau, delineando-se uma visão etnocêntrica, estabelecendo uma hierarquia

---

<sup>14</sup> Em *O Cortiço* fica marcado esta distinção racial em alguns personagens, haja vista como os portugueses Jerônimo e Piedade se relacionam com o Brasil. No começo da ficção, eles vivem num estado de melancolia e saudades da sua terra, mas isso muda quando o homem se encanta por Rita e vai aos poucos abraçando-se e esquecendo do seu país natal. Já para Piedade, que é abandonada, se intensifica o seu martírio, no qual ela pragueja a mulata e aos poucos vai definhando. Enquanto isso, é um inferno para os negros Firmo e Bertoleza que tem suas vidas tiradas, por conta do abandono dos seus parceiros em razão das suas cores. No entanto, para a mulata Rita Baiana, é através de sua sensualidade, dança e gentileza (atributos inerentes a sua cor) que consegue tudo, inclusive se afastar do Firmo e não tendo nenhum remorso quando ele morre, se envolvendo com Jerônimo e conquistando um degrau na escala social, mesmo este sendo pobre, afinal “sendo branco já ajuda”.

cultural entre povos, na qual os americanos estariam nos últimos degraus da evolução (SCHWARCZ, 1993, p.61).

Com esta imagem pessimista sobre o continente americano, o Brasil também seria lido como um símbolo do atraso e carência (SCHWARCZ, 1993, p.48) e o seu modelo étnico racial de raças miscigenadas seria responsável por essa marcação. Thomas Buckle, também citado por Schwarcz (1993, p.48), com a teoria do determinismo climático contribui ao escrever que a natureza abundante “tomando conta de tudo”, ou seja, não abrindo espaço, não permitiria que o homem brasileiro se desenvolvesse de maneira civilizatória. Desta forma, o clima, a natureza exuberante, as misturas raciais e a ausência de desenvolvimento intelectual e moral levariam o Brasil ao atraso e fracassos eminentes.

Paralelamente às interpretações pessimistas que vão criando forças e tentáculos no seio da sociedade brasileira, não cessavam os esforços em criar uma narrativa histórica que devesse pelo menos afastar projeções negativas, mesmo que permanecesse as hierarquias culturais entre as raças, e que pudesse caso necessário oferecer alternativas para o afastamento de um possível atraso econômico e moral.

### **3.1 Os projetos de se contar uma história do Brasil**

Para solidificar uma história nacional precisava, portanto, de instituições que pudessem concretizar esta missão. Criada em 1839, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) teria como papel principal construir e guardar uma história oficial.

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria (SCHWARCZ, 1993, p.134-135).

No movimento que ocorria a exaltação pelo passado, o presente se fazia para que a nação tivesse um futuro áureo. Para isso, o Estado, representado pela figura do imperador, recentemente coroado, torna-se patrocinador e mecenas da produção histórica científica brasileira, que associado à elite ilustrada, buscava uma maneira de contar esta história. Em 1844, O IHGB promove um concurso intitulado “Como escrever a história do Brasil” em que o projeto premiado deveria apresentar um plano para tal tarefa. Sendo o texto escolhido do

botânico e viajante alemão Karl Philipp Von Martius (1956) com o título *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845, na *Revista IHGB*.

De uma prestigiada família de naturalistas, Von Martius, desde jovem já acumulava uma extensa pesquisa científica nos estudos de Botânica. Começou seus estudos na Universidade de Erlagen na Baviera, sua região natal e aos 20 anos se transfere para a Universidade de Munique, tornando-se inspetor-chefe adjunto do Jardim Botânico desta instituição, tendo contato com ilustres botânicos e a frente do desenvolvimento da disciplina. Diante de sua posição privilegiada, consegue um lugar dentro da comitiva científica de naturalistas e pintores renomados europeus que acompanhariam a arquiduquesa Leopoldina na sua primeira viagem ao Brasil para assumir o lugar de esposa oficial do príncipe regente Pedro de Alcântara.

Vale destacar, o apurado conhecimento de Leopoldina em botânica e seu papel no desenvolvimento inicial das ciências naturais no Brasil, afinal, a comitiva de Viena empenhava-se na pesquisa investigativa das inúmeras espécies de plantas e animais encontrados aqui. O material recolhido por Von Martius, de aproximadamente 6.500 espécies da flora brasileira, lhe garante a publicação de inúmeros artigos científicos nos centros europeus e a consolidação do seu prestígio. Na década de 40, inicia os escritos da enciclopédica *Flora Brasiliensis* que tem a sua última pincelada em 1906 com os botânicos Eichler e Urban. A obra é considerada a mais completa sobre a flora brasileira.

Mas, a sua influência na escrita de “Como se deve escrever uma história do Brasil” veio do contato com os povos indígenas e populações do interior do país. Na medida que o botânico investigava as plantas tupiniquins, sua observação se inclinava para a população nativa de diversas partes do território. Von Martius (1956) rompe com a classificação vigente dos etnólogos brasileiros na qual dividia os povos indígenas em dois: tapuias e tupis – uma visão que só privilegiaria os grupos litorâneos. O naturalista concebe 8 grupos indígenas espalhados no território brasileiro.

O seu projeto de história brasileira se constitui com uma mistura de botânica e etnografia, ambas influenciadas pela metodologia classificatória das ciências do século XIX. O contato com as nobrezas europeias e brasileiras, esta última ávida em construir uma narrativa de unificação nacional, também são influências e motivações para que Von Martius escreva um plano em que o importante não seja organizar fatos históricos em cronologias, mas uma história em que as raças e sua união seja o motor ímpar da construção da nação.

As experiências de Von Martius vêm das observações que obteve nas expedições de botânica pelo território brasileiro que aparecem no livro *Viagem*, publicado entre 1823 e 1831, que copilava estudos biológicos sobre a flora e a fauna brasileira, observados no final da década de 10, e algumas anotações etnográficas, psicológicas e culturais da “gente brasileira” que o autor estabeleceu contato nas suas incursões, tornando-se uma obra de grande contribuição ao estudo psicossocial da gente brasileira.

Em resumo, esta obra e a tese premiada são consideradas fontes históricas de significativa relevância sobre o Brasil na primeira metade do século XIX, mesmo, que seja através do ponto de vista das camadas brancas da sociedade. Nesse sentido, a linha norteadora de Von Martius (1956, p.437) propõe uma “historiografia filosófica do Brasil”, da qual, permite contar a história do Brasil através do contato das três raças e o seu desenvolvimento particular no clima tropical brasileiro. Para ele, o branco português seria o grande propulsor na construção da nação, e as raças indígenas e negras não deveriam ser desprezadas, pois estas ajudariam a primeira no desenvolvimento físico e moral da nação.

Para isto, o historiador deveria estudar as relações destas raças entre si, e cada uma delas, os seus costumes, usos e línguas. Caberia também ao historiador, estudar as legislações portuguesas no período colonial e suas expedições e comércios marítimos dando sua importância dentro de uma história mundial (VON MARTIUS, 1956, p.439). Por fim, para se construir uma história do Brasil, Von Martius propõe estudar por regionalidades, agrupando as províncias em blocos com similaridades climáticas ou culturais, pois fazendo isso, o historiador diminuiria as diferenças regionais e conseguiria centralizar, enfatizando a unidade: “deve agir como um monárquico constitucional em prol da manutenção da unidade territorial e com o fim de aniquilar os preconceitos entre as províncias (VON MARTIUS, 1956, p.457).

Aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito? Natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos. (...) Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omitir, pelo contrário, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas as outras. Assim, por exemplo, converge a história das Províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Para a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia (VON MARTIUS, 1956, p.455).

Para aqueles que fossem escrever a história do Brasil, Von Martius defendia que este deveria conhecer o território brasileiro de uma maneira excursionista, ou seja, conhecer com os

seus próprios olhos as particularidades de cada parte do país para que desta maneira observasse com precisão as populações e sua natureza:

Para um tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explica-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em verdadeiro nexos pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e, por conseguinte outras conjunturas históricas (VON MARTIUS, 1956, p.456).

O receio de Von Martius (1956, p.456) era de que se o historiador não fosse capaz de conhecer as particularidades de cada região e visitar todo o país, com certeza poderia formar “ideias muito errôneas sobre circunstâncias locais”, por fim, como recompensa em cumprir estas etapas, poderia ter a firmeza de dar conselhos úteis à administração pública. Aqui, o botânico propõe uma perspectiva etnográfica ao contar uma história, em alinhamento com o que está se pensando em termos etnográficos nos círculos europeus.

No término do seu programa, a história deveria ocupar uma posição ímpar na construção do patriotismo e civilismo entre os brasileiros “a história é uma mestra não somente do futuro, mas do presente também” (VON MARTIUS, 1956, p.456), afastando pensamentos imaturos de sua jovem nação. Von Martius coroa a história como aquela capaz de ditar os rumos do progresso, desenvolvimento moral e cívico de uma nação, no caso a brasileira que é estar em busca de uma identidade nacional que una a todos. E essa identidade só poderia ter sentido com a união das três raças que aqui ajudaram a “fundar o Brasil”.

Para José Carlos Reis (1999, p.26), “Von Martius lançou os alicerces do *mito da democracia racial brasileira*”, o grande projeto por detrás de “Como deve se escrever uma história do Brasil”. O programa de Von Martius consistia em narrar uma história do país a partir das trocas raciais. Um ponto interessante, pois à primeira vista, o argumento do botânico estaria em descompasso com as teorias raciais europeias hegemônicas que buscavam evocar elementos das raças para justificar uma diferença e inferioridade entre elas. Na tese, isso também aparece, porém, sua justificativa é de teor positivo e exemplifica que as grandes nações do mundo, no caso a inglesa deve sua prosperidade a uma mistura racial entre os povos celtas, saxões, dinamarqueses e normandos na qual se submeteu:

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do Mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo (VON MARTIUS, 1956, p.456).



Se deu certo na Inglaterra, no Brasil também dará certo. Em uma das passagens, Von Martius (1956, p.443) considera o país abençoado por aqui ter acontecido as trocas raciais - “jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla”. De uma maneira religiosa o autor vai elencando os atributos de cada uma das raças, e elege o português como o motor essencial que deu as condições essenciais físicas e morais para o desenvolvimento independente da nação. Às raças indígenas e etíopes ou negra coube contribuir para que os brancos conseguissem desenvolver o país, como afluentes num grande rio – metáfora que o autor utiliza para ilustrar este encontro harmônico. No seu texto, as raças são vistas como elementos naturais de uma grande paisagem brasileira. Mesmo visto de forma inferior, Von Martius (1956, p.443) coloca que somente no Brasil, os negros e indígenas puderam contribuir no desenvolvimento da nação, marcando assim uma particularidade histórica e identitária nacional, garantindo condições para que estas se aperfeiçoassem.

Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivi ficam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influir poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicar aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (VON MARTIUS, 1956, p.443).

Portanto, o lugar das raças ou classes baixas seria a de propulsionar e fortificar a raça branca.

A estrutura narrativa do plano segue uma cronologia histórica de aparecimento das raças na paisagem brasileira: primeiro os indígenas, em seguida os portugueses e por fim, os negros. Esse modelo prevaleceria nas décadas seguintes em várias monografias, ensaios e obras que se dedicaram a contar a história ou formação do povo brasileiro.

Ao estudar os povos indígenas, o historiador deveria ter em mente que estes são raças inferiores em relação aos outros povos indígenas dos países vizinhos americanos. Cabe também ter um estudo aprofundado das línguas indígenas e através destas investigações revelar o passado “obscuro” da América, já que os índios não deixaram “monumentos visíveis”, portanto suscita bastante curiosidade por parte de todos (VON MARTIUS, 1956, p.444). Um dos pontos mais importantes é que Von Martius não considera os indígenas um estágio primitivo do homem branco, mas um estágio atual de “resíduo” de um povo perdido na história. Aqui sobra críticas para a forma que as estruturas filantrópicas e uma estrutura de pensamento filosófico, na qual ele chama de “filosofia enganadora” perpetuou a ideia de povos primitivos que ecoou no direito público, religião e história.

Para estudar a vida e a colonização dos portugueses aqui no Brasil, Von Martius (1956) orienta que o historiador deve se ater como que este grupo transpassou as leis e as práticas morais da metrópole para o Brasil. Identificar como são as relações dos portugueses dentro de suas casas e nas instituições. O historiador deve estar atento sobre o progresso de ensino das artes e ciências e seus métodos em Portugal e como estes influenciaram a vida da sociedade colonial. Também deve investigar a organização militar portuguesa e seu posicionamento perante as outras nações. E pede para que dê destaque as expedições pelo interior do território brasileiro “entradas executadas de forma espontânea num espírito romanesco e aventureiro” (VON MARTIUS, 1956, p.452). O objetivo é que possa construir em torno da presença do branco português uma áurea mítica de fundador consciente do seu projeto civilizador.

Sobre a “raça africana”, Von Martius dedica somente dois parágrafos com uma questão se o Brasil seria diferente se não tivesse tido a presença dos negros no processo de colonização e deixa esta indagação para posteriores historiadores. Para tanto, o historiador deve investigar como foi o processo de colonização portuguesa na África antes da vinda dos negros para o Brasil. Já com os negros em situação de escravidão, o historiador deve indagar sobre seus costumes, condição moral e seus defeitos e virtudes inerentes à sua raça. Portanto, para este plano histórico, o negro é visto como se sua condição de escravo fosse um componente da sua raça, e tudo que é atrelado à sua cultura ou comportamento também seria visto como vício de raça.

*Como deve se contar a história do Brasil* não ficou somente nas gavetas do instituto. Muitos outros seguiram sua “cartilha” colocando em práticas algumas de suas teses, modificando de acordo com a pertinência de cada intelectual. Entre eles, podemos citar, Varnhagen<sup>15</sup>, João Ribeiro, Oliveira Lima e Capistrano de Abreu – este último que influenciou

---

<sup>15</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen considerado o “fundador da história do Brasil” e se preocupou como secretário do IHGB nos anos 50 pela institucionalização da pesquisa histórica neste espaço. Foi protegido de Dom Pedro II e escreveu *História Geral do Brasil (1854-1857)*. Coloca em prática o programa de Von Martius, utilizando as trocas raciais como elemento central. Em resumo, ele segue uma linha do seu tempo, tratando os indígenas como raças exóticas, infantis e selvagens, incapazes de se desenvolver para um projeto de civilização. Ele considera como sorte quando as mulheres indígenas se deitam com os portugueses. Sobre os portugueses, acredita que eles trouxeram o ideal de unificação do território, sendo justificadas as guerras e dominações em relação às demais raças e recursos naturais. Se coloca a favor do projeto monárquico, pois, embora independente, o Brasil seguia a tradição política da coroa portuguesa, avaliada de forma positiva por aproximar o país das nações europeias em cultura e pensamento. Em relação aos negros, dedica poucas páginas, mas responde à pergunta de Von Martius e considera que sem eles o Brasil seria melhor, sem a presença de vício de raças. Considera um erro a escravidão e achava que caso fosse necessário, os negros deveriam ter vindo em condição de trabalhos servos. Por fim, os indígenas que deveriam ter sido escravizados como era o desejo dos bandeirantes, mas evitado pela filantropia dos jesuítas, acusando os religiosos de tê-los mimado e protegido.

Paulo Prado. Prado (2004), em *Paulística*, ao falar da “raça paulista” segue o mesmo modelo investigativo quando se deve falar sobre o branco português, porém, existem algumas diferenças entre os dois autores: para o botânico, está alinhado com uma prática mais etnográfica, de conhecer o presente da região, o passado importa mais no que tange a como as raças ocuparam o solo brasileiro. Enquanto isso, para Paulo Prado, é necessário conhecer o passado de cada estado, elencando os feitos gloriosos das antigas populações de cada uma destas regiões, para que desta forma, ao reconstruir esse passado, se chegue nas inspirações das forças vivas, principalmente aquelas que se perderam e que podem explicar o presente.

Por mais que o programa de Von Martius não apresentasse teses sobre contato sexual entre as raças ou a vida sexual do brasileiro, porém ela abre um caminho em que a história da formação do povo brasileiro se conta através da mistura racial. Não importando de que período e espaço que falam, ou que ideologia ou metodologia pretendem seguir. A questão racial com a problemática da miscigenação se torna central nas perspectivas e obras de diversos historiadores, médicos, juristas, antropólogos e escritores brasileiros, nos séculos XIX e XX.

### **3.2 Os negros são empurrados para dentro da história**

A partir dos últimos 30 anos do século XIX, a pergunta de Von Martius sobre a “raça etíope” começa a ser respondida – será que o Brasil seria diferente sem a presença dos negros no processo de colonização? – A resposta não veio somente pela história, mas através do discurso científico, especificamente da ciência médica.

Trazendo a discussão sobre as instituições médicas, Schwarcz (1993), no capítulo *As faculdades de medicina ou como sanar um país doente*, identifica que esse é o período em que a medicina se consolida com um dos saberes importantes na construção de uma nação. A autora privilegia as duas principais escolas do século XIX nas contribuições do discurso racial: a escola carioca e a escola baiana. Nestes dois sistemas de pensamento, as pesquisas médicas se diferenciaram em torno da mobilização e disputa de hegemonia.

Na escola carioca, as pesquisas centravam-se na investigação de doenças tropicais, focando em programas de caráter higiênico. Tratava-se de eliminar as doenças identificadas pelos médicos como originárias dos convívios entre as diferentes raças, de modo que impediam alcançar a tão sonhada “perfectibilidade” biológica. Ao mesmo tempo que, na medicina baiana,

prevalecia abordagens, via medicina legal, que tomavam o negro como objeto de estudos, uma vez que entendiam que o cruzamento racial era o grande mal do Brasil, pois no corpo desta gente miscigenada guardaria impulsos para criminalidade e a loucura – a degeneração das raças estaria neste processo de mistura racial. Desta forma, o objetivo da medicina seria de curar um país enfermo retirando do seu seio social a população imperfeita causadora de diversas doenças – lançando com isso um projeto em busca da perfectibilidade humana (SCHWARCZ, 1993, p.248-250).

O projeto de um corpo perfeito, é identificado por Foucault como um discurso que surge na Europa no século XIX, sendo um dos principais objetivos da ciência médica. Como mencionado no capítulo anterior, Foucault (1988) nos mostra em *História da Sexualidade* como este discurso foi se tornando hegemônico, bem como, ilustra nos cursos compilados do *Em Defesa da Sociedade* a busca pela raça perfeita, que igualmente é um dos objetivos deste período.

Schwarcz (1993) apoia-se em Foucault para reforçar a tese de que a prática médica se torna o instrumento da nação responsável por cuidar da saúde dos corpos de um país enfermo. Ela traz como pensamento central do autor a ideia de que este século vê na morte, a sua grande busca. A morte é entendida como algo que não deve ser anunciada ou temida, mas que precisa ser desviada ou corrigida. Com isto, pretendia evitar o enfraquecimento das populações. Para alcançar seus objetivos, a medicina se constrói em cima de dois mitos: a de que o médico se torna um instrumento da nação, dotado de poderes e saberes, prontos para intervir nos corpos das populações; e que a doenças e males são resultados de épocas, indivíduos e lugares e, portanto, era necessário desaparecer com estas “enfermidades” e restituir a saúde original – uma sociedade sem distúrbios (SCHWARCZ, 1993, p.250).

Chegando no Brasil, esta medicina positiva europeia através de uma mesclagem própria brasileira, entre clima, raça e natureza (SCHWARCZ, 1993, p.262), valorizadas em outros saberes científicos, identificará em que grau de civilização o Brasil se encontra. Apoiada no discurso racial, coloca a mestiçagem como o grande mal do país – deslocando este problema definitivamente para o campo biológico. Como se fossem classificações botânicas ou zoológicas, as três raças brasileiras de Von Martius (1956), se tornam a partir destes discursos, espécies com formações biológicas distintas, que permitirão classificá-las em degeneradas ou perfeitas de acordo com a proposta da hipótese poligenista<sup>16</sup> (SCHWARCZ, 1993, p.64). Esta

---

<sup>16</sup> A versão poligenista se opõe a visão monogenista, na qual acredita-se que toda humanidade era uma. De acordo com esta teoria, o homem teria se originado de uma fonte comum. A humanidade era pensada de forma gradiente,

hipótese parte da crença que existem vários centros de criação que, por sua vez, correspondem aos vários tipos raciais. Em contrapartida, o poligenismo se ancora nas interpretações biológicas dos comportamentos humanos específicos de cada raça, sendo responsável pelo desenvolvimento da antropometria e das técnicas de craniologia<sup>17</sup>.

Podemos pensar que dentro do contexto brasileiro, o “conjunto perversão-hereditariedade-perversão”, proposto por Foucault (1988, p.33) ganharia mais um elemento: o indivíduo mestiço. Não importando a classe a que pertencia, a sexualidade que praticava ou se tinha ou não alguma patologia psíquica – o mestiço é a própria desordem e o mal da nação brasileira.

### 3.3 O pensamento sexual de Nina Rodrigues

Principal nome da medicina brasileira do final do século XIX, Nina Rodrigues une saberes da medicina legal e etnográfica com objetivo de investigar a relação entre doenças, raça negra e seus cruzamentos. Ele aplica as técnicas de craniologia, desenvolvidas na Europa, no Brasil, a fim de confirmar a tese de que a mestiçagem era um problema para o desenvolvimento da nação. Ao perceber a falta de uniformidade étnica e um intenso cruzamento entre as raças, as práticas de mestiçagem se tornam objetos por excelências de constantes pesquisas, debates e ensaios. A preocupação médica de Nina Rodrigues reside nestas trocas sexuais, pois ao produzirem tipos mestiços distintos, dificultaria prognósticos e análises para as curas de diversas doenças. Neste sentido, ele acreditava que a causa de várias doenças não se centrariam no indivíduo, mas seriam determinadas por contextos sociais específicos.

Em *Os Africanos do Brasil (2010)*, Nina Rodrigues coloca em prática todo seu conhecimento de médico legista etnográfico, assim, como é descrito no sumário da *Introdução*, sua investigação se debruça no problema que é a dificuldade de identificação as origens e impropriedades das doenças ocasionadas pela raça negra. De início, o autor apresenta que não

---

do menos perfeito para o mais perfeito, ou da maior degeneração à perfeição do Éden. Os monogenistas vinham de uma tradição humanista em oposição aos poligenistas de cunho biológico (SCHWARCZ, 1993, p.64-66).

<sup>17</sup>A Antropometria ou frenologia interpretavam a capacidade humana de acordo com o tamanho e proporção do cérebro de diferentes de povos, sendo os europeus nórdicos e germânicos o melhor crânio e os negros os de pior massa craniana. Andrés Ratzius é um dos antropólogos expoentes desta escola de análise. Desta ciência surge a Antropologia criminal de Cesare Lombroso que argumentava que a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário das “raças degeneradas”. Aqui se percebe a ciência antropológica atrelada às ciências físicas e biológicas (SCHWARCZ, 1993, p.65-66).

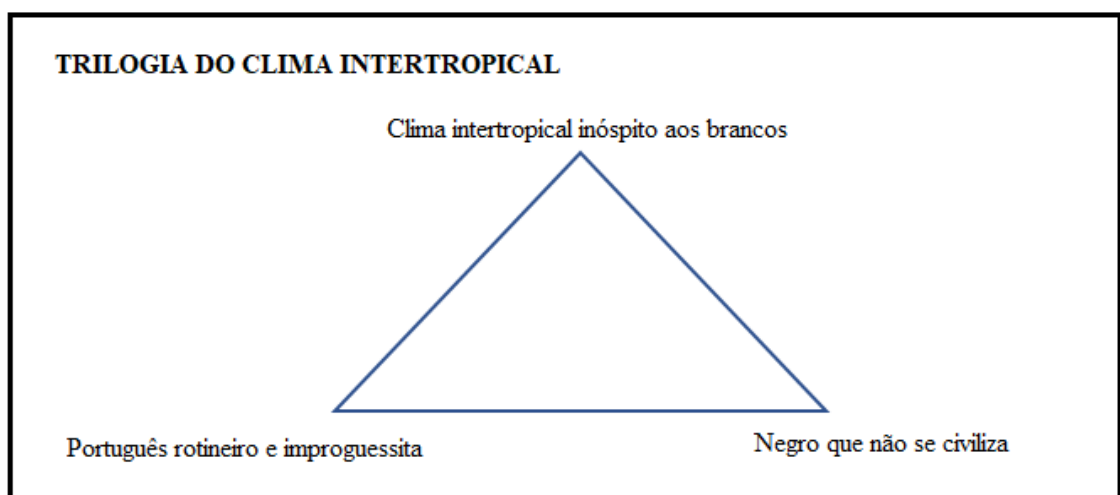
é sobre o negro puro que seus estudos e prognósticos se debruçam, mas sobre o mestiço como categoria social e como através desta raça pode estar corporificado as consequências e fórmulas das doenças ditas de negros

Um destes problemas é de cunho político-social: a decadência da nação brasileira, na qual, Nina Rodrigues identifica os motivos em algumas características físicas e psíquicas das raças branca e negra. Segundo ele, o povoamento brasileiro se deu pelo branco lusitano com sua incapacidade cultural e por degradados e prostitutas de estirpe baixa; e a vinda de grupos negros trouxeram para cá sociedades que estão em outra fase de desenvolvimento inferior intelectual e moral, em relação a raça branca.

Desta forma, o médico se aproxima das hipóteses poligenistas ao compreender que o contato destas duas raças em processos de formação distintas foi prejudicial para formação brasileira, que se transforma numa população etnicamente disforme. O médico não concorda que foi a exploração de negros escravos que marcou o país na sua formação econômica e cultural. Por isso, em seu trabalho discorreu sobre os antagonismos e afinidades das raças e seus cruzamentos sobre uma nacionalidade em processo de formação.

Para concretizar sua visão racial sobre as raças brasileiras, Nina Rodrigues (2010, p.15), com base em teorias antropogeográficas, aplica a ideia de determinismo geográfico na realidade brasileira, denominando de “trilogia do clima intertropical”.

*Quadro 1: Trilogia do Clima Intertropical*



*Fonte: Próprio autor, 2019.*

A imagem ilustra a maneira que a relação clima e raças estão interligadas num tripé. O clima é a ponta do vértice influenciando estas raças na base. Desta forma na visão do autor, o

clima nas regiões entre os trópicos ocasionaria raças que não conseguem se civilizar. No caso do branco português, este ao chegar nessas regiões romperia com o estímulo de civilização e cairia numa rotina que o levaria ao desejo de não progredir, o que se intensificaria através do contato com negros que tem essa mesma predisposição fisiológica ocasionada pelo clima tropical africano. Logo, a mestiçagem ocasionada por essas duas raças, levaria o Brasil a não atingir um estado civilizacional.

Como exemplo, Nina Rodrigues aponta a oposição racial entre os estados do Sul e do Norte, em que os primeiros são mais desenvolvidos por conta do seu clima e predominância de população branca; enquanto que nas regiões do norte do país, em que se encontram mestiços vegetando numa turbulência estéril, num estágio de não desenvolvimento, há climas quentes e tropicais ideais para este tipo de raça, segundo ele.

A respeito disso, Nina Rodrigues (1894) afirma se basear nas teses de Ellis (das quais ele não fornece nenhuma referência, além de apontá-lo como estudioso das raças negras africanas) para concluir que os povos primitivos são menos resistentes aos efeitos da natureza do que os povos europeus, que alcançaram o desenvolvimento intelectual ao dominar a natureza.

Além dos fatores climáticos que podem dificultar ou não o desenvolvimento intelectual das raças, Nina Rodrigues (1894), no capítulo *Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil e dos seus descendentes*, traz duas explicações para a realidade inferior da raça negra. A primeira é justamente a de fundo poligênica, a de que os negros não se civilizariam por causa da sua linha evolutiva em que esta não consta os mesmos estágios evolutivos da civilização ocidental. O estágio atual em que se encontram os negros seria o estágio primeiro dos europeus “a infância europeia”. Portanto, para o médico não se deve tratar por igual as classes inferiores e superiores. Elas sempre estarão em momentos diferentes de evolução e a civilização só é possível na Europa. Para dar uma tônica científica à sua interpretação, ele apresenta uma segunda explicação, inspirada nos estudos de medicina legal lambrosiana: a própria constituição física, explicitamente a estrutura craniana dos negros que os impede de se desenvolver culturalmente.

A constituição orgânica do negro modelada pelo *habitat* físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferente. Tratar-se ia mesmo de uma incapacidade orgânica ou morfológica. Para alguns autores, e Keane esposa esta explicação, seria a ossificação precoce das suturas cranianas que, obstando o desenvolvimento do

cérebro, se tornaria responsável por aquela consequência. E a permanência irreparável deste vício aí se está a atestar na incapacidade revelada pelos negros, em todo o decurso do período histórico, não só para assimilar a civilização dos diversos povos com que estiveram em contato, como ainda para criar cultura própria (RODRIGUES, 2010, p.289).

Desse modo, para Nina Rodrigues (2010, p.294) a civilização nasceu na Europa, sendo impossível para as nações predominantemente negras alcançarem o mesmo status da civilização. Ele parte das teses pessimistas do atraso racial, muito defendidas pelos círculos intelectuais do final do século XIX, que afirmavam, por exemplo, se a raça branca desse uma parada no seu processo de civilização, os negros conseguiriam alcançar, embora isso pudesse levar séculos e ainda assim não terem resultados, pois os negros não teriam características morfológicas e psicológicas favoráveis a civilização. Sendo este um dos maiores argumentos contrários a mestiçagem, haja vista que, se os negros entrassem em contato com os brancos, passariam seus elementos degenerativos aos seus descendentes, ocasionando o atraso da raça branca. Desta forma, o Brasil, como exemplo máximo de mestiçagem, estaria sobre o signo do atraso.

Perspectiva que se evidencia em *As raças humanas e a responsabilidade penal* e reverbera de modo mais substancial, ao afirmar que não deveria haver um código penal para todas as raças, pois cada uma delas possui crimes que lhes são inerentes.

Que a cada phase da evolução social de um povo, e ainda melhor, a cada phase da evolução da humanidade, se comparam raças anthropologicamente distinctas, corresponde uma criminalidade propria, em harmonia e de acordo com o grao do seu desenvolvimento intellectual e moral (RODRIGUES, 1894, p.50).

Aqui o discurso não se orienta para as doenças biológicas, mas para as práticas criminosas, imorais e as desordens, ou seja, no campo social. Um pacto entre medicina e direito se desenvolve com intuito de higienizar o país de todos os males biológicos e desordens sociais provocadas pelas raças inferiores. Nas palavras de Schwarcz (1998, p.249) “o homem de direito” seria um assessor que colocaria sob a forma de lei o que o perito médico já diagnosticaria e com o tempo trataria de sanar”.

Para Nina Rodrigues (1894, p.50) o discurso da “velha doutrina” do direito se pauta nas ideias de bem e mal, justo e injusto, como se fosse domínios presentes e adquiridos de todas as raças e de todos os países. Para ele, o Direito precisa se afastar de uma orientação metafísica e filosófica espiritualista. Desta forma, a responsabilidade penal não deve se pautar numa ideia de igualdade para todos os indivíduos, já que as raças caminham em estágios de



desenvolvimento moral e cultural distintos, então, só pode ser aplicada em grupos sociais homogêneos no mesmo lugar de cultura mental média a qual estão alocados.

Se estas raças se encontram em fases diferentes no processo de evolução, o cruzamento entre elas também se torna um problema a ser observado e discutido. Portanto, a importância deste texto para as nossas análises é pelo seu olhar sobre os processos de classificação racial que o autor faz baseando-se num código de conduta inerente a cada tipo racial na qual a mestiçagem ou o cruzamento entre as raças é o elemento central das investigações. É também motivo de preocupações em diversos círculos da elite imperial e republicana.

Mesmo pertencente do círculo da elite cultural brasileira, Nina Rodrigues se opõe às ideias de alguns intelectuais daquele período, na leitura que estes fazem sobre o papel das raças, entre os quais, afirmavam que com o passar do tempo, a raça branca predominaria no território brasileiro, a mestiça se confundiria com a raça branca e os negros não se extinguiria, mas não se civilizaria. Em oposição a este pensamento, os brancos não predominariam por conta das dificuldades de inadaptabilidade climática, os negros puros desapareceriam ou seriam reduzidos e os mestiços não parariam de crescer se sobrepondo as demais raças.

Na sua metodologia, Nina Rodrigues parte da ideia das três raças puras como as bases da formação social brasileira, e sobre o processo de mestiçagem que a maioria na população brasileira apresenta. Com uma proposta classificatória, o médico faz uma divisão em quatro grupos a partir do cruzamento destas raças puras, denominando-os e apontando suas principais características.

O primeiro grupo é o do encontro entre negros e brancos, os mulatos na qual são colocados em três subgrupos: os mulatos de primeiro sangue, os mulatos claros com retorno a raça branca e os mulatos escuros, que também são denominados de “cabras” – bem próximos a raça negra; o segundo grupo são o dos mamelucos ou caboclos que partem do cruzamento de brancos com índios, muito presentes na região amazônica; os caribocas ou cafuzos, do cruzamento com negros e índios e por fim, na concepção do médico, o que seria o produto brasileiro por excelência, os pardos, que é o cruzamento das três raças ou do mulato com índio ou com os mamelucos caboclos (RODRIGUES, 1894, p.91-92).

Dessa maneira, caberia questionar, diante destas divisões, como Nina Rodrigues entendia que as raças mestiças eram inferiores. Não bastava apenas aceitar a hipótese do desenvolvimento autônomo das raças. Era preciso buscar elementos ou indícios de que estas ao

se cruzarem trariam consequências negativas no processo de mestiçagem e na formação social brasileira. Para tanto, o autor busca elementos de inferioridades das raças negras e indígenas, partindo do olhar etnocêntrico que supervalorizava a raça branca, da qual, segundo ele, era a única capaz de se civilizar. Afinal, as raças negras e indígenas, aqui no Brasil, não seriam capazes desta “proeza”, postas as evidências ao longo de nossa própria história: vide a catequese e a escravidão que não foram capazes de civilizar estas raças (RODRIGUES, 1894, p.114), apesar de todos os esforços que continham nela: vivenciar o cristianismo e trabalhar – ações que poderiam tira-las da infância do desenvolvimento.

Os índios preguiçosos estariam num estado contínuo da natureza. Enquanto, os negros oriundos da África (continente que já estava há quatro séculos em contato com a Europa Moderna), nunca conseguiram acompanhar a marcha da civilização, por causa de suas condições de organização e adaptação aos climas quentes, que não favorecem o desenvolvimento de nenhuma raça, inclusive a branca, adaptada aos climas frios. Além disso, não só as condições climáticas marcariam a indisposição negra para o progresso, mas também sua massa encefálica incompleta e caixa craniana menor, que ajudariam conservar os instintos mais brutais que impedem o desenvolvimento da inteligência:

O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutales do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuaes, muito dado a embriaguez e esse fundo de character imprime o seu cunho na criminalidade colonial actual (RODRIGUES, 1894, p.124).

Com esses comportamentos “hereditários”, o processo de mestiçagem estaria condenado na sua origem. Nina Rodrigues (1894, p.132) reforça com o argumento biológico que o cruzamento de espécies diferentes não dá resultados favoráveis na hierarquia zoológica. Ele traz a influência do naturalista Louis Agassiz (apud RODRIGUES, 1894, p.137), defensor de que a degradação moral e intelectual é atribuída à mestiçagem, de modo que todas as qualidades físicas e psicológicas das raças puras desapareceriam, deixando um povo degenerado sem nenhum resquício de afetividade, inteligência e espírito de nobreza. Do mesmo modo, ampara-se na lógica de Herbert Spencer (apud RODRIGUES, 1894, p.133), na qual teoriza que as raças, ao se cruzarem, produzem tipos mestiços sem nenhum valor mental e não serve nem para o modo de vida das pessoas brancas e nem para as pessoas negras.

No olhar destes intelectuais, faltaria à raça mestiça ação e energia (RODRIGUES, 189

4, p.134), não tendo aspirações, não desejariam confortos e bem materiais mínimos indispensáveis para a civilização. A sua sexualidade é pautada por práticas de concubinação e

devassidão: homens, mulheres, crianças e estrangeiros no mesmo quarto dormindo uns próximos aos outros, numa espécie de prostituição licenciada (RODRIGUES, 1894, p.135-137). Mesmo sendo oriundos de uma mistura de brancos portugueses com índole de cultura adiantada, eles em contato com meio natural e com os índios e o descaso da metrópole em relação a essa população amazônica, os mamelucos e os caboclos se tornam uma raça resistente há um processo de construção cultural, de acordo com a visão eurocêntrica destes “homens ilustrados”.

Na visão de Nina Rodrigues, o componente da sensualidade dos mulatos ganha uma tônica maior. É uma raça considerada parcialmente desequilibrada moralmente, que fica entre a inteligência e a afetividade. O negro contribui com a sexualidade mórbida e pervertida (RODRIGUES, 1894, p.152). A “mulher mulata” tem como característica natural uma excitação anormal que leva o amolecimento física e moral das demais raças. Podemos dizer que aqui neste momento se forja o símbolo da mulata como símbolo da sensualidade e malemolência afetiva brasileira.

Sobre a sexualidade do homem mestiço ele identifica uma forte relação com a criminalidade. Que na fase da puberdade no “desabrochar pujante da bruta sensualidade” se manifesta sentimentos de apatia, profunda abstração e inação intelectual pervertida (RODRIGUES, 1894, p.163) – aqui como ocorre com a raça branca, não há uma passagem de estado de egoísmo para o estado de altruísmo. Nina Rodrigues acrescenta que a fase da puberdade é o momento que os jovens devaneiam na imaginação, tendência ao romantismo e ações melancólicas, porém, se isso, é somado com os caracteres hereditários das raças negras, o mestiço estará predisposto a perturbações psíquicas, excessos sexuais como onanismo, desenvolvimento de histerias e alterações menstruais concluindo num processo de modificação de caráter com alucinações, ânsias e práticas criminosas ou nas palavras do autor, “criminalidade crioula” – que está presente com intensidade nas raças inferiores de mestiços e mestiços entre si (RODRIGUES, 1894, p.156). A responsabilidade penal deve atuar nesta fase da idade, mas nem só ela, os mecanismos de higiene, ordem moral e a medicina tem papel fundamental para identificar e corrigir, se for possível, estas práticas incontroláveis que acometem os mestiços mulatos e pardos.

Mas acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congeneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada ás más condições anthropologicas do mestiçamento no Brazil (RODRIGUES, 1894, p.166).

Por fim, ele faz uma reclassificação dos grupos mestiços em três e para cada uma destas como deveriam ser suas responsabilidades penais ou jurídicas. Para o grupo dos mestiços superiores estes devem ser julgados de acordo com a escola clássica penal por causa de sua organização hereditária mais próxima das raças brancas, portanto, são responsáveis e possuem as faculdades mentais equilibradas. Os mestiços degenerados possuem anomalias na sua organização física, intelectual e moral. Com um caráter totalmente irresponsável e nem devem ser analisados suas perversidades de acordo com o código penal atual. E, por fim, o último grupo pertencente aos mestiços comuns - que são superiores as raças selvagens na qual são originários, mas incapazes de se equiparar as raças superiores por conterem características herdadas das primitivas. Estão numa eminência de cometerem algum crime não podendo ser responsabilizados plenamente. O seu código penal deveria prever responsabilidades atenuadas.

A construção do arcabouço teórico de Nina Rodrigues vai influenciar as primeiras gerações de autores do século XX ao pensar o Brasil. A criminalidade como causa direta da mestiçagem, tendo comportamentos libidinosos amorais e desviantes sai dos círculos da intelectualidade científica e aparecem nos discursos políticos, nas práticas pedagógicas e no senso comum, na boca da população como forma de se vê e representar outro. Esse trabalho não conseguirá mostrar estas repercussões, mas perceberemos em como Prado utiliza destes modelos para reafirmar ou refutar algumas teses e diagnósticos.

A medicina racial de Nina Rodrigues será responsável de certa maneira pelo surgimento das ideias relacionadas à eugenia nos primeiros anos do século XX. Terá grande influência na obra de intelectuais que semelhante a ele viam com descrença a possibilidade do país se civilizar tal qual como a Europa, tendo em vista a marcante presença das massas mestiças na nossa configuração histórica. Paulo Prado, por exemplo, traz esta marca no título *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* – aqui são as três raças e não a negra somente que guarda tristeza, melancolia e aversão a um projeto de civilização. Sem dúvida, talvez fosse a maior contribuição de Nina Rodrigues para as interpretações de Prado.

#### **4. O pensamento melancólico de Paulo Prado**

O caboclo é o sombrio urupê de pau peche a modornar silencioso no recesso das grotas (...) Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele no meio de tanta vida, não vive (LOBATO, 2008, p.177).

Como parte da elite cafeeicultora paulista, o olhar de Paulo Prado para um pensamento sobre a formação da sociedade brasileira encontra-se em consonância com as influências dos grupos a quais pertencia. Na última década do século XIX, Prado se relacionava com os intelectuais pertencentes ao um grupo denominado Geração de 70, também conhecidos como “Vencidos da Vida”. Na sua fase madura, será a influência de Capistrano de Abreu que prevalecerá nas suas obras. O autor cearense é fundamental para compreensão da história do povo brasileiro no universo intelectual paulista.

Na década de 20, o seu círculo de amizades se dá em torno dos intelectuais e artistas construtores da Semana de Arte Moderna de 1922. Carlos Berriel (2013, p.36) considera Paulo Prado, um autor que liga duas gerações: a Geração de 70 e a Modernista da década de 20. Característica esta que será percebida em muitos dos seus escritos e que por sua vez, serão tratados em breves comentários ao longo desta dissertação.

Após o término de estudos no Largo São Francisco, no ano de 1889, Prado fez uma viagem cultural pela Europa, percorrendo quase todo o continente, chegando dois anos depois em Paris, cidade na qual residiu com seu tio Eduardo Prado. Estas experiências e contatos foram fundamentais ao longo da sua vida intelectual (BERRIEL, 2013, p.36-37). É, por exemplo, nesta estadia na capital francesa que acontece sua aproximação com os autores “Vencidos da Vida”.

Faziam parte deste círculo informal e fechado nomes como Eça de Queiroz, José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Oliveira Martins, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e seu tio Eduardo Prado. O grupo partilhava de um sentimento de renúncia das aspirações românticas de suas juventudes, considerando-as utópicas, e por isso, a denominação “Vencidos da Vida” – sinônimo do pessimismo em relação aos rumos políticos que Brasil e Portugal se enveredavam nos anos 1890<sup>18</sup>. São nestas reuniões que se molda a influência melancólica de Paulo Prado, aspectos fundamentais em suas interpretações sobre o Brasil.

Centrada na agitação política e cultural do final do século, as conversas desse grupo alimentavam um ódio crescente ao liberalismo político português implementado na pós-Revolução de 1820, que durante o século XIX era ecoado pelo seu Parlamento que evocava

---

<sup>18</sup> As questões políticas em destaque são a queda do Império brasileiro e promulgação da República portuguesa, bem como, a inabilidade de negociação e a falta de resistência do governo português com a Grã-Bretanha. Neste processo, Portugal perdeu colônias na África por uma exigência do governo Britânico – o Ultimato inglês. Essa intervenção inglesa causou movimentos de protestos e sentimento de descrença na monarquia lusitana.

como ideologia oficial, o progresso e o desenvolvimento material da economia. Os autores descontentes com tal pensamento nomeavam os divulgadores dessas ideias como “Liberais do Porto”, acreditando que esse desejo por evolução material foi o responsável por Portugal ficar na mesmice em nível de consciência e cultura (BERRIEL, 2013, p.53-54).

Pensava-se que estes liberais não tinham promovido nenhum desenvolvimento nas condições de vida do povo português, além disso, assistia-se a um processo de desnacionalização, frente a incapacidade de se manter a integridade do império português, que paulatinamente ia perdendo suas colônias e possessões (BERRIEL, 2013, p.56). O professor de Teoria Literária, Carlos Berriel, no seu livro *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado (2013)*, debruça-se sobre a Geração de 70 com intuito de reconstruir a análise deste grupo aos Liberais do Porto, que para eles mostravam-se incapazes de tratar a realidade portuguesa em sua dimensão mais prática e razoável, o que acabava por solver no espírito dos intelectuais do fim do século um estado de melancolia e descrença.

Esse modelo negativo da vida política e cultural portuguesa “ficará na memória e imaginação de Paulo Prado” (BERRIEL, 2013, p.53), que utilizará deste referencial na análise histórica e crítica sobre os costumes e desenvolvimento econômico e político brasileiro. Como painel de comparação entre modelos de análise histórica entre os dois países, a Geração de 70 considerava a dinastia de Avis, um período áureo para Portugal, que constituiria um reino grande e valoroso pela sua raça e povo.

Porém, em 1580, com o fim desta dinastia e a queda do Reino sobre domínio espanhol, acrescentando o poder dos jesuítas e a corrida por riquezas fáceis em suas colônias, Portugal conheceu uma era infame e decomposta, que através do Ultimato britânico, transformou em uma nação rendida e fraca. A proposta deste grupo seria justamente um retorno a esse período glorioso anterior a 1580, uma volta à sua força, tradição e raízes culturais (BERRIEL, 2013, p.48). Portanto, não indiferente a esta narrativa, Prado, ao escrever sobre a história de São Paulo e do Brasil, ajustou este modelo nas suas interpretações, se utilizando da demarcação ascensão, decadência e regeneração.

Nos artigos presentes em *Paulística*, a ascensão do povo paulista se deu pelo seu isolamento geográfico e social do restante da Colônia, embora posteriormente tenha conhecido a decadência pela cobiça em busca de ouro, ocasionando seu esvaziamento. Contudo, fica

evidente na obra que a regeneração tenha se dado pelo afastamento dos ideais românticos e o retorno para alguns valores tradicionais, ocasionados pela ascensão da elite cafeicultora.

Nesse aspecto, se fizermos uma leitura rápida em *Retrato do Brasil*, perceberemos que a história do Brasil começa, segundo Prado, pelo signo da luxúria e decadência física e moral. A colônia brasileira como um todo, com exceção de São Paulo, não teve um tempo histórico em que experimentou um processo de ascensão: “o declínio do império colonial era acompanhado pela decadência da metrópole” (PRADO, 1981, p.87). O autor pontua que a Colônia era habitada por gente aventureira, degredada, desertora e naufraga (PRADO, 1981, p.44) - solta na sensualidade, libertinagem e na exploração de riquezas, sem necessidade de acúmulo material, preocupada em saciar as mais instintivas paixões e desejos de cobiça, características estas marcantes na degeneração inicial do povo brasileiro.

Segundo ele, esse declínio se acentua em dois momentos históricos: a corrida por ouro e pedras preciosas e os fatos políticos do século XIX, que se repercutiam com o pensamento romântico que chega no Brasil, após sua independência. No capítulo dedicado a compreender o movimento romântico na formação nacional, Prado (2013, p.113) enuncia que o problema do debilitado organismo social brasileiro é estar sobre a influência do mal do século: o romantismo. Colocada como uma doença, ela traz uma visão deturpada para as artes, cultura, filosofia e sistemas políticos e é caracterizada por dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação à sensibilidade. Esse mal tem uma capacidade de deformar o tecido social brasileiro, substituindo a solidez do pensamento e do estudo por um artifício e uma divinização da palavra que afasta da realidade. É esse culto à palavra que na interpretação de Prado tomou vez na prática de governar em “um habilidoso discursar” (PRADO, 2013, p.124-125), que “tomam a aparência dos piores desvarios do romantismo”.

Com esta prática se concretiza no Brasil, um “liberalismo palavroso”, presente desde a Constituição Imperial estendendo-se até o pacto da República. Em consequência, surgem indivíduos atarracados de um lirismo melancólico e passivo, num vício de imitação. Para o intérprete, imitamos tudo que vem de fora, desde a estrutura política até o falseamento da nossa potência criadora (PRADO, 2013, p.146-147). Esta breve visão sobre a formação social e política do Brasil, colocada acima, é fruto de um desejo de mudança sobre os rumos que a nação estava caminhando na década de 20. E que estavam presentes nas discussões do círculo parisiense. Berriel (2013, p.42) elenca alguns temas principais presentes nos debates que agregavam os convidados em torno de interesses brasileiros e portugueses: a atualidade política,

o sentido da história nacional, as virtualidades do futuro do país e a desejada volta da Monarquia.

Esse último tópico aparece como crítica e preocupação em *Retrato*. A questão para Prado é que os governos imperiais brasileiros permitiram um “ímpeto romântico a nossa nacionalidade” e um liberalismo com leis que pareciam mais voltadas para os “mais esclarecidos condados da Inglaterra”, um parlamentarismo cômico à inglesa, recheados de discursos eloquentes, falsos e estéreis. Na sua visão, estes governos não tinham nenhum zelo com os negócios públicos, “desconhecia o que fosse administração pública” (PRADO, 1981, p.148). A monarquia brasileira encontrava sua “decadência no próprio abandono do princípio monárquico e dinástico” e na ausência de respeito religioso ao dinheiro público (PRADO, 1981, p.149). Mesmo apresentando um quadro decadente, a Monarquia deixou de ser benéfica para uma parte da elite nacional, a partir do processo de /abolição e a consolidação da unidade nacional, que precipitou seu fim.

Com a mudança para governo republicano, nada se modificou em relação a forma de administrar as questões públicas, e que mesmo numa “aparência de vitalidade”, nas suas palavras, os quarenta anos de experiência republicana colocou o Brasil num “atoleiro em que hoje chafurdamos” (PRADO, 1981, p.149). Como proposta de ascensão para nação brasileira, Prado encerra a obra propondo uma “Revolução” como melhor solução para o “apagamento de tudo que foi mal feito” (PRADO, 1981, p.151). Sua preocupação, não era com uma revolução feita por soldados, mas que modificasse o aparelho político, financeiro e a essência mental da sociedade brasileira.

Desta geração *fin-de-siècle*, um dos ardorosos críticos ao romantismo literário e político português e brasileiro, e que influenciou o pensamento pradiano é a figura de Oliveira Martins (apud Berriel, 2013). Historiador português, que promulgava em suas teses a ideia de ascensão e queda da nação portuguesa. Sua trajetória profissional e política se assemelha com a de Paulo Prado: trabalhou no comércio em associações e aos poucos foi aderindo a vida pública, como diretor de museus, deputado e ministro da Fazenda. Portanto, estas experiências e sua participação nas reuniões do “Vencidos da Vida” o levaram a um pessimismo sobre o desenvolvimento político de Portugal.

Segundo Berriel (2013, p.55), Oliveira Martins admitia que os males da sociedade portuguesa contemporânea estavam sobre a influência deprimente e desorganizada das teorias



do naturalismo individualista do século XVIII, que se materializou na Revolução Francesa. Por este viés, baseado nos princípios das escolas de Rousseau e Bentham (BERRIEL, 2013, p.52), percebia a sociedade como um aglomerado de indivíduos, cujas eleições no sistema liberal representativo davam luz a políticos que defendiam a sua própria classe. Oliveira Martins acreditava que se a sociedade fosse pensada como um corpo vivo, seria possível uma representação verdadeira e de ordem democrática, no entanto, na ânsia de imitar os movimentos franceses, o Romantismo liberal português construiu uma estrutura republicana inadequada para a realidade do país (BERRIEL, 2013, p.52).

De posse desta leitura, Oliveira Martins, em seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas (1881)*, constata que o progresso brasileiro foi efetivo somente nos séculos XVI e XVII, propondo uma diferenciação regional, na qual a colonização da parte sul apresentava elementos de uma nação futura em contraste com as partes norte que estavam sob administração de uma metrópole corrupta e meticulosa, dependente de um trabalho fundamentado em uma cultura exótica e exogâmica.

Seus estudos privilegiam os paulistas, identificando-os com um temperamento agreste, arredo ou afastado das decisões da Corte, que com sua índole independente os levaram a descobrir minas de ouro e diamantes. Liberdade esta que os colonos do Norte não teriam, por estarem presos à exploração da cana-de-açúcar. É esse espírito aventureiro proporcionado por esses bandeirantes paulistas, que segundo Oliveira Martins, as oligarquias cafeeiras almejavam: a superioridade histórica, racial, cultural e de temperamento sobre as demais regiões do país (BERRIEL, 2013, 74-75). Ideias, que segundo Berriel (2013), se encontram dissolvidas nos dois livros de Paulo Prado<sup>19</sup>.

Como exemplo da relação entre os dois autores, observa-se no capítulo Cobiça, de *Retrato do Brasil*, que Prado (1981), ao analisar o impacto das descobertas de metais e pedras preciosas na decadência moral do colono brasileiro, mostra que estas explorações também transformam a sociedade portuguesa em moralmente decaída e inclinada à ambição. As grandes quantidades de riquezas produzidas no Brasil e que eram destinadas à Metrópole, não conseguiam sanar as finanças públicas e nem aumentar os cofres públicos do Reino. Parte da receita se destinava para pagamentos de pensões e gastos aos cortesões, em construções

---

<sup>19</sup> No prefácio a 2ª edição de *Paulística*, Prado concorda com Oliveira Martins sobre o processo de ocupação do planalto de Piratininga, no qual, beneficiado pelo seu isolamento geográfico, proporcionou o surgimento de grupo étnico distinto em caráter de outras populações presentes no território brasileiro. Portanto, desde sua fundação, São Paulo apresentava rudimentos de uma nação. (PRADO, 2004, p. 47)

desnecessárias, e um considerável volume era escoado para Inglaterra que em troca fornecia os luxos para a Corte através de inúmeros produtos manufaturados e alimentos.

Após a morte de Dom João V, em 1750, Portugal se encontrava num estado de penúria. Mesmo com os parcos esforços de Marques de Pombal em restaurar a prosperidade econômica no Reino, em 1794, quando houve a aliança com Inglaterra contra a França, a imagem foi de um “velho reino se entregando de corpo e alma ao aliado poderoso que lutava contra Napoleão”. Prado (1981, p.76-77) finaliza, afirmando que faltava para Portugal a compreensão de seu verdadeiro compromisso metropolitano na administração colonial de riquezas, não se fartando numa relação de esmola e esbanjamento, pois “quiseram viver sem trabalhar”.

Prado (1981) ainda enumera outras contendas políticas sobre imaginário romântico, como o grupo dos estudantes brasileiros de Coimbra que se reuniram em 1786, com o diplomata Thomaz Jefferson, um dos mentores da independência americana. A reunião tinha como objetivo influir os Estados Unidos numa provável independência brasileira e em consequência: o estabelecimento de um regime republicano; a organização de uma resistência contra a cobrança de impostos sobre ouro, que não acabou ocorrendo; o vício da grandiloquência que o príncipe Pedro I transmutava no momento da independência do Brasil, evocando de forma exagerada, um momento histórico que o mundo vivia; e, o pacto constitucional, que nas suas palavras era um delirante misticismo e romantismo político (PRADO, 1981, p.115-117).

Em linhas gerais, podemos dizer que o desconforto de Paulo Prado em relação ao liberalismo e ao romantismo verboso e sonoro “era de um vocabulário de Jean-Jacques aplicado ao país semi virgem, apenas egresso de um longo colonato” (PRADO, 1981, p.118) – ou seja, assim como Oliveira Martins, que acreditava que Portugal fora invadido por teorias inadapáveis para sua realidade social, o mesmo havia ocorrido com o Brasil: estas ideias liberais-românticas não tinham acento no seu tecido social, e seriam uma das principais responsáveis pela melancolia e falta de sagacidade do brasileiro oitocentista.

Para Berriel (2013, p.63), esses autores acreditavam que seria uma esclerose importar para o Brasil a literatura e ideias europeias: Eles apoiavam-se em dois sentimentos: o desejo de emancipação mental do tipo brasileiro e a vontade de perder o complexo de inferioridade, de modo que defendiam a vida nas fazendas e o padrão de família rural que seriam vistas como uma entidade cultural autônoma do Brasil.

Essa imagem idílica e idealizada da vida rural, pode ser lida como fonte das virtudes naturais das oligarquias do café. Berriel (2013, p.59) é assertivo, ao dizer que esta interpretação sobre o Brasil é “a apologia da família patriarcal, rural, virtuosa”, ou seja, o reflexo da própria família Prado. Portanto, pensar a sexualidade brasileira dentro da obra *Retrato do Brasil*, e todos os recortes possíveis que atravessam este tema: raça, miscigenação, patriarcado, papéis de gênero, é olhar através de um grupo que aos poucos se vê perdendo espaço na hegemonia do poder. Um grupo que também não se identifica com o romantismo como programa de representação nacional e nem mesmo com o tipo de liberalismo proposto pelo republicano (apesar que muitas destas famílias tenham se beneficiado das leis liberais econômicas em seus negócios).

A disputa por uma narrativa convincente de identidade nacional feita por estas famílias têm que ser dar no plano das ideias e na construção de teorias que minimamente estejam em oposição “daquelas que vem de fora”, e portanto, a tradição e a busca por histórias que remetem as dificuldades de ocupação, podem ser reivindicada como discurso oficial.

#### **4.1 Retrato de uma São Paulo, espelho de um Brasil**

Na compreensão metodológica de *Retrato do Brasil* é necessário fazer uma passagem pela obra *Paulística* – coletânea de ensaios publicados em vários periódicos nacionais, na qual Prado compõe uma série de interpretações sobre as origens e o caráter cultural do paulista. Nestes escritos, o autor solidifica os tipos que constroem sua visão de “raça paulista”: o mameluco, o bandeirante e o aventureiro.

A mesma estrutura narrativa desta coletânea servirá de base para *Retrato*, ou seja, o autor constrói uma história social de São Paulo que é a matriz espelhar da história da formação do povo brasileiro. Desta forma, concordo com a proposta de Berriel (2013) de que não se pode fazer análise das duas obras em separado, pois as ideias e problemas apontados em *Paulística* são incorporadas numa escala nacional em *Retrato*. Prado tenta apontar o a história do Brasil depende da história do estado paulista, sob a ótica de que “o nacional depende de uma expressão regional (BERRIEL, 2013, p.162), partindo da ideia de que existem duas realidades históricas distintas, mas que estão imbricadas: a formação do estado de São Paulo e a formação brasileira. Com esta última subordinada a primeira.

No tópico anterior, elucidamos algumas influências teóricas e metodológicas que o historiador paulista recebe para escrever suas obras. O próximo passo é entendermos um pouco sobre os caminhos teóricos dos historiadores Capistrano de Abreu e Eduardo Prado, aclamados por Paulo Prado em algumas de suas iniciativas editoriais com o lema “Para melhor se conhecer o Brasil” (PRADO, 2004, p.356) – mostrando a importância destes autores nas interpretações sobre o Brasil, e mais ainda, na maneira pelo qual o empresário construía sua visão acerca do povo brasileiro.

Eduardo Prado foi principal anfitrião das reuniões de intelectuais e políticos no grupo “Vencidos da Vida”. Formado em Direito pela faculdade do Largo São Francisco, teve influências de Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu e Oliveira Martins no seu ofício de historiador. O seu apartamento em Paris, na *Rue de Rivoli, 119*, ficou conhecido por abrigar Paulo Prado em suas viagens pela França e pelos encontros do grupo da “Geração de 70” – além de ser um espaço que materializava todo o conforto que a modernidade tecnológica europeia poderia alcançar: elevador, fonógrafo, máquina de escrever, telefone. O frequentador Eça de Queirós se inspira em Eduardo e a sua vida de conforto em Paris para caracterizar Jacinto, o personagem melancólico de *As cidades e as Serras (1901)*.

Eduardo Prado se colocava como monarquista, católico, nacionalista e antirrepublicano (PRADO, 2004, p. 357), contrário, portanto, à instalação da República no Brasil na qual chamava de “golpe” ou “ditadura”. Para ele, o novo regime representava um retrocesso na emancipação de ideias e cultura, levando a sociedade a uma catastrófica subordinação, diferente da Monarquia que já era uma instituição enraizada profundamente no país (PRADO, 2004, p. 67). O seu pensamento político, presente nas obras *Fastos da ditadura militar no Brasil (1890)* e *Ilusão Americana (1893)*, critica o vício nacional de imitação, alertando para os perigos das ideias que vem de fora que se assentam sem base numa realidade cultural brasileira distinta. Além de defender um tipo brasileiro autêntico: o caboclo mestiço (PRADO, 2004, p. 357).

Berriel (2013, p.66) sintetiza em dois tópicos, o que ele chama de “matriz conservadora do pensamento brasileiro” de Eduardo Prado: “a importação das ideias europeias na vida ideológica nacional e a tese da superioridade do paulista com relação aos demais brasileiros”, que se traduzem num vício de cópia presente na sociedade brasileira e a insubmissão do paulista à Portugal e aos jesuítas, incluindo sua facilidade de se misturar racialmente. Sobre o primeiro tópico, cunha o termo “espírito desfibrado do brasileiro” (BERRIEL, 2013, p.67), ou seja, um tipo sem fibra, incapaz de reagir aos modismos e costumes que vem de fora. Em *Retrato do*

*Brasil*, um tipo sem fibra aparece em seus sinônimos, como fadigoso, esgotado, triste e melancólico.

A crítica de Eduardo Prado se coloca na medida que se instaura a prática de imitação, na qual, no Brasil ocorre um impedimento para o surgimento de uma originalidade que partiria de algum ou qualquer perfil cultural que servisse como expressão máxima de nacionalidade ou que pudesse estabelecer próprios parâmetros e padrões de representação mental e consequente organização social (BERRIEL, 2013, p. 67). Por detrás desta repulsa, Eduardo Prado se filia teoricamente aos autores da Geração de 70, em que o liberalismo e o romantismo são males que não encontram sustentação na realidade brasileira, segundo sua percepção. Se revela, portanto, em Eduardo Prado, um desejo e em consequência a construção de um projeto ideológico representativo de uma nova oligarquia rural paulista, na qual ele pertence.

A tese da superioridade paulista construída por Eduardo Prado é o tópico importante para percorremos a compreensão de sexualidade proposta por Paulo Prado em *Retrato*. Ele parte do processo de miscigenação que se deu por aqui, diferenciando a colonização portuguesa da inglesa (BERRIEL, 2013, p.69). Esta distinção se dá pelo fato de que os portugueses conseguiram com facilidade se aliar com as diferentes raças por causa de sua plasticidade social e vitalidade que se manifestam em climas tropicais<sup>20</sup>. Ao abandonar a Europa “civilizada”, estes primeiros colonos traziam um espírito de aventura, ambição e uma facilidade de adaptação, conseguindo resistir aos perigos e hostilidade da natureza. Com os povos indígenas nativos aprendia técnicas de plantio e como buscar alimentos pelas matas. Diante da ausência de mulheres brancas e a tendência a aceitar a moralidade e mentalidade dos índios, estes homens europeus não resistiriam ao mancebil com as mulheres da terra (PRADO, 1981, p.44).

Eduardo Prado elege o caboclo mameluco, como o verdadeiro habitante do Brasil real, diferente das demais gentes que para ele viviam num cosmopolitismo artificial. Para o historiador, seria o “filho do português e do índio que descobriu este grande país” (apud BERRIEL, 2013, p.69). Esse tipo mestiço poderia ser encontrado em várias partes do Brasil,

---

<sup>20</sup> Berriel indica que este tema também aparecerá em Caio Prado Jr, seu sobrinho. Em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, no capítulo “Raças”, enfatiza a plasticidade do português com as demais raças (p. 108) e a facilidade de cruzamento com as “raças de posição social inferior” (p. 109). Prado Jr., defende que se não houvesse o cruzamento entre brancos e indígenas em larga escala, este último estaria condenado a extinção total (p. 106). Também concorda que a mestiçagem é o nosso maior patrimônio étnico que “a Humanidade jamais conheceu” – três raças que juntas e mesclando-se sem limites numa orgia de sexualismo desenfreado” (*ibid.*). Diante disso, é propositivo os estudos de Caio Prado Jr sobre sexualidade e processos de miscigenação nas interpretações do Brasil. No processo de escrita do projeto avantei a possibilidade deste autor como recorte de pesquisa.

mas juntamente em terras paulistas esse cruzamento foi mais próspero. E a explicação não se dá somente por uma questão biológica sanguínea ou harmônica destas duas raças, mas pelo sucesso da missão catequética e do aldeamento praticado pelos jesuítas, cuja maior conquista foi a fundação da cidade de São Paulo, que se instalava distante do litoral, numa política de afastamento do centro português – “o contato imediato com gente do mar, forasteiros e aventureiros, era corruptor e fatal” (PRADO apud BERRIEL, 2013, p.70).

Esse mestiço superior é o resultado do cruzamento de um branco aventureiro e indisciplinado, dotado de um cérebro desenvolvido com um índio de sensibilidade aguda e agilidade muscular – características que se percebem na construção do mito bandeirante, em que o primeiro empreendeu uma engenharia de desbravamento do interior e o segundo lhe acompanhando, mostrava os caminhos e sentidos deste projeto de povoamento. Eduardo Prado, com esta visão, pretende dizer que a raça paulista seria a maior responsável pela construção da unidade territorial e de que “o Brasil foi obra dos paulistas” (BERRIEL, 2013, p.71), sendo sua família herdeira desta tradição heroica racial.

Como é perceptível, as teses de Eduardo Prado estão em diálogo com as correntes antiliberais e antirromânticas do período, bem como, com figuras que disputam, na cena intelectual brasileira e portuguesa, um outro projeto de se contar a história nacional, priorizando valores tradicionais heroicos, ideais monárquicos e aristocráticos, evocando o pioneirismo na fundação ou ampliação das terras. De modo que, é possível evocar os pressupostos teóricos de Von Martius e Nina Rodrigues, no que tange ao pensamento de um projeto de história baseado na miscigenação, para indicar as pontes de ligações e rupturas entre as teorias.

Nesse sentido, a ligação entre as ideias de Eduardo Prado e Von Martius é mais próxima. Ambos apresentam sua visão de história a partir do contato das três raças, produzindo outros tipos raciais, e sua evolução no território brasileiro. O branco português aparece nas duas teorias como elemento inteligente e unificador no desenvolvimento territorial, e a raça indígena como auxiliar do português nas suas incursões e feitos. Na cartilha de Von Martius, o projeto de miscigenação recebe uma tônica positiva e orienta o historiador a investigar os elementos psicossociais, culturais e raciais de cada parte do povo brasileiro.

Eduardo Prado e Paulo Prado seguem a orientação de Von Martius em seus livros, que são perceptíveis numa tentativa de identificar a psicologia do brasileiro e suas disposições na conquista do espaço, destacando elementos da sua subjetividade como fatores determinantes

em vez de decisões oficiais que poderão se tornar datas históricas. Os temas da administração de Portugal e suas leis sobre as colônias, bem como, a vida metropolitana são recorrentes nos autores paulistas, aparecendo como itens indispensáveis para Von Martius, pois, somente desta um bom historiador seria capaz de aconselhar e mostrar caminhos úteis na construção do país. Assim, para os três autores, a história deve servir para imbuir no brasileiro o espírito patriótico, afastando pensamentos imaturos, ou que vem de fora no ideário nacional. Nota-se, então, a ligação monárquica que aproxima estes dois historiadores.

Em contraposição, podemos retomar aqui as ideias de Nina Rodrigues sobre a decadência da nação brasileira ocasionada pelo processo de miscigenação com raças ditas inferiores. O pensamento antropogeográfico físico do médico baiano se estrutura no mesmo período que o de Eduardo Prado, porém, não faz parte da Geração de 70 e não se aproxima integralmente do pensamento deste grupo. A sua explicação sobre a decadência brasileira não foi ocasionada pela nefasta administração portuguesa ou introdução do liberalismo e romantismo no seio brasileiro, mas o contato de raças inferiores com raças superiores. A crítica ao cruzamento racial extrapola qualquer regime de governo, ou seja, não importa se é colônia, império ou república, a miscigenação originou sub-raças que são atrasadas na sua própria constituição física, psicológica e cultural.

Diferente dos autores acima, o português seria aquele branco mais degenerado dentro das raças superiores, que já sendo fruto de inúmeros processos de miscigenação, ao entrar em contato com a índia ou índio preguiçoso e sensual, dava origem ao tipo mameluco incapaz de civilizar este país, uma vez, que as três raças apresentariam processos de evolução econômica e cultural distintas. Por esta perspectiva, o progresso e a civilização são elementos que só poderiam estar na “composição” da raça branca, porém, esta não conseguiria trazer as demais raças para este projeto, pois nas suas linhas evolutivas não constam estes elementos.

Além das características morfológicas e da índole imoral dos indígenas e negros apontarem para um primitivismo imóvel, as condições climáticas e geográficas que eles vivem também serviriam como indicadores do não desenvolvimento civilizatório – climas tropicais e frios são interpretados como sinônimos de atraso e superioridade, respectivamente, pela presença hegemônica de determinadas raças em cada um destes ambientes físicos. Os Prados não fogem deste modelo de explicação.

Por consequência, há um pessimismo em relação ao desenvolvimento social brasileiro presente em Nina Rodrigues e nos Prados. Para o médico, as diferenças evolutivas se devem pelos contatos raciais, enquanto para os historiadores paulistas, a política portuguesa e o desejo de cópia de ideias e costumes estrangeiros no interior da cultura brasileira são responsáveis pelo atraso do país. Nina Rodrigues teoriza uma sociedade embranquecida ou eugênica para que o Brasil pudesse se desenvolver. Eduardo Prado, por sua vez, almejava o retorno do modelo monárquico e a idealização de um tipo brasileiro na sua origem, o mestiço mameluco. Já Paulo Prado procura nas origens deste cansaço e estagnação político-econômica, a forma que o brasileiro enfrentou o processo de ocupação do solo no início da colonização, a busca de riquezas e as misturas raciais.

#### 4.2 Capistrano, o autêntico brasileiro

O historiador Capistrano de Abreu teve uma influência marcante nos escritos de Paulo Prado. A relação dos dois era marcada por uma constante troca de cartas, em que o autor veterano fazia as vezes de orientador dos parágrafos de *Paulística e Retrato do Brasil*, algo decisivo na composição metodológica e teórica do autor paulista. Amizade que se constrói a partir da mediação de Eduardo Prado e que perdurará até a morte de Capistrano em 1927. No artigo *A selva escura da história do Brasil*, a antropóloga Thaís Chang Waldman (2015, p.185) identifica que a troca de correspondência entre estes dois autores se intensifica no momento de construção destas duas obras, revelando assim, portanto, a atuação de Capistrano na base teórica de Paulo Prado. No prefácio de *Paulística*, o historiador paulista manifesta seu carinho pelo mestre e nos permite visualizar um pouco da sua personalidade:

Tudo deve à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu – até o título que os enfeixa. Pela sua mão segura e amiga penetrei a selva escura da história do Brasil, de que é parte tão importante a história do nosso torrão paulista. A ele devo a receita para suavizar a descida da melancólica colina: o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade de Norte a Sul, constante preocupação de uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante (PRADO, 2004, p.55)

Na carta dedicatória *Capistrano*, um dos artigos de *Paulística*, escrita em decorrência do falecimento do seu mestre, Prado (2004) tece uma série de elogios, ressaltando sua importância à historiografia brasileira, como um homem que encarnava uma brasilidade nos seus escritos, com devoção e amor ao Brasil e suas pequenas coisas. Prado reconhecia em Capistrano o autor que soube aliar fatos concretos com leis históricas e biológicas, num estudo completo sobre os dramas complexos do homem no decorrer dos tempos, na compreensão de “ritmos mundiais” em suas aglomerações sociais e nas práticas mais quotidianas. Prado



considera a obra *Capítulos de história colonial (1500/1800)*, escrita por Capistrano, o “livro dos livros”, na qual inicia uma nova escola de história, com toda sua sinteticidade, simplicidade de escrita, trabalhada numa larga visão de historiador (PRADO, 2004, p.215).

Prado também o nomeia como encarnação da “nossa brasilidade”. A visão que ele tem de Capistrano se alinha com este desejo interno de encontrar uma raiz ou personificações que representariam o verdadeiro Brasil. O historiador cearense era descrito por vários biógrafos como um “autêntico sertanejo, um caboclo matuto”, alguém sem vaidades, silencioso e sisudo, um quase matuto. Diziam ter uma imagem de desleixado, mas causava impressão em todos que assistiam suas aulas e conversas despreziosas (REIS, 1999, p.86). Nos olhos de Paulo Prado, um homem que amava sua terra, as coisas pequenas e interesse pelas grandes questões nacionais e dos países estrangeiros.

Como a rede, a pimenta, os banhos de cachoeira, o andar de descalço, os mexericos – até a preocupação filosófica da política, dos homens públicos, e todas as manifestações da nossa esporádica e incerta vida intelectual. Brasileiro do Brasil, interessavam-no tanto a Ilha de Marajó, no extremo Norte, como as caatingas do seu calcinado Nordeste, as velhas cidades mineiras, e os vestígios das reduções jesuíticas, nos pampas da banda oriental (PRADO, 2004, p.215)

Estes “atributos” seriam para Prado, a síntese do real brasileiro e de um pensador que não se perdia em ênfases, hipérboles e narcisismos próprios da elite intelectual *a la* europeia:

“Tinha horror ao estilo derramado, mal orgânico, defeito de raiz de produção intelectual brasileira. Nos seus últimos escritos a frase de Capistrano chegara à perfeição de extrema brevidade e singeleza, contraída numa sintaxe sem artigos, sem verbos auxiliares, despojada de adjetivos redundantes” (PRADO, 2004, p.216).

Precursor de uma corrente de pensamento histórico-social que busca o redescobrimento do Brasil, para o historiador José Carlos Reis (1999, p.95), Capistrano “foi pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro”, cabendo nesta tarefa a “valorização do povo e suas lutas, dos costumes, da miscigenação, do clima tropical e da natureza brasileira”. Prado encontra neste mestre o estímulo concreto para se escrever uma história do Brasil, registrando o olhar e a vivência dos diversos ocupantes do território brasileiro.

Sobre o referencial teórico é importante destacar, a comparação e distanciamento que Reis (1999, p.24-25) propõe em *As Identidades do Brasil*, entre Varnhagen e Capistrano de Abreu. Enquanto Francisco Adolfo Varnhagen, em *História Geral do Brasil* (1854), apresenta como proposta centrar uma sistematização metódica em legar ao passado brasileiro uma história de sucessos, arquitetada pela colonização portuguesa, Capistrano de Abreu pretende se afastar desse tipo de leitura, tornando-se um leitor crítico e atento as produções de seu opositor.

Segundo Reis (1999), a divergência entre os dois autores pode ser explicada por duas maneiras: a primeira, ligada à origem social dos historiadores, que contrastava o berço modesto e sertanejo do cearense Capistrano contra os círculos da elite política monárquica e intelectual do IHGB dos quais Varnhagen estava imerso. A segunda, relacionada ao momento político que o regime monárquico estava atravessando e como este influenciava os ambientes intelectuais.

Varnhagen escreve no momento da consolidação da Monarquia nos anos 50, num momento de otimismo em relação às instituições que pretendiam consolidar uma interpretação do Brasil através de um passado glorioso, que privilegiava as ações do Estado. Enquanto a geração de Capistrano vem do pessimismo político ocasionado pelo fim da Guerra do Paraguai, a descrença na escravidão, e os rumos políticos do Império. Este grupo de pensadores, após anos 70, pretendia narrar uma história que privilegiava a constituição étnica brasileira através de bases científicas. É a entrada de novos modelos teóricos europeus, baseados no objetivismo científico, no positivismo, no determinismo biológico e climático, no darwinismo e nas teorias raciais, entre outras, que começam a se sobrepor num pensamento calcado nas verdades trazidas pela tradição, pela religião e pela filosofia (REIS, 1999, p.88-89). Portanto, a sociedade é analisada como se fosse um mecanismo que se autorregula através de leis gerais que podem ser interpretadas através de conhecimentos objetivos.

Porém, não podemos aferir que Capistrano de Abreu se filiaria a estas correntes teóricas, pois o mestre teve sua formação na Escola de Recife, de caráter historicista, que resistia ao cientificismo sociológico das Escolas da região Sudeste, onde posteriormente o autor viria a atuar intelectualmente (REIS, 1999, p.90). Todavia, seus estudiosos são unânimes em dizer que ele tinha a particularidade de buscar para suas teorias referências de várias escolas de pensamento, ou seja, sem propor “uma explicação unilateral da história, mas uma interdependência das diversas instâncias sociais” (REIS, 1999, p.91).

Capistrano acreditava numa perspectiva sociológica que pudesse encontrar leis para a história do Brasil, ao mesmo tempo, se filiava ao realismo histórico alemão, inspirada nas ideias de Leopold van Ranke, que tinha uma preocupação rigorosa e indispensável pelo documento como fonte de autenticidade dos fatos que aconteceram. Para ele, os documentos deveriam ser analisados de forma objetiva, sem buscar leis, mas a compreensão. Aos poucos, suas posições teóricas lhe permitem se distanciar do mecanicismo positivista, recusando os determinismos geográficos, climáticos e raciais, para então fazer uma história não construída apenas de fatos,

leis ou regras gerais, mas de uma perspectiva cultural em que se valoriza as emoções, sentimentos, festas, individualidades, significados e as formas de se pensar, captando a interioridade dos testemunhos (REIS, 1999, p.93).

Nesse aspecto, Reis (1999, p.93) aponta, a partir das concepções do historiador Arno Wehling<sup>21</sup>, que é possível dividir a obra de Capistrano em duas frentes teóricas: sugere a divisão a primeira de base franco-inglesa científicista, e a segunda científica de base alemã e *rankiana*, onde se encontra suas principais obras.

Sobre a construção de um tempo histórico especificamente brasileiro, Reis (1999, p.94) conclui que Capistrano de Abreu valoriza um tempo singular, a historicidade de cada povo. Isso é importante pois, ao fazer isso, Capistrano dá as bases para construir uma história da identidade brasileira distinta daquela em que o sujeito principal é o Estado Imperial, ou uma história que não seja anexa da história portuguesa. Para isso, ele se volta para a sociedade colonial para identificar um povo “diferente” das elites luso-brasileiras, que esteja “ativo na ocupação do território” (REIS, 1999, p.114).

No seu livro *Capítulos de História Colonial*, Capistrano (apud REIS, 1999) valoriza uma narrativa dos caminhos que levam ao sertão brasileiro adentro, que encontra o sertanejo e suas histórias, não mais o habitante litorâneo. Este sertanejo mameluco, com poucos contatos com as sociedades litorâneas, que convivia com os indígenas no meio de uma natureza imensa e conquistava uma diversidade de territórios seria a base formativa do povo brasileiro.

Percebe-se, portanto, que as teses do isolamento geográfico como forma de construir uma identidade separada de Portugal, valorizando a miscigenação entre os índios e brancos portugueses, privilegiaria grupos sociais como os paulistas. No capítulo *Tristeza*, Paulo Prado propõe que somente grupos etnicamente segregados, apurados por uma mestiçagem apropriadas e distanciados além-mar, teriam escapados da degeneração propagada pela metrópole, mais marcadas nos núcleos do litoral (PRADO, 1981, p.89).

Importante é como Capistrano destaca as três raças na sua visão de história e sociedade colonial se distanciando das interpretações produzidas por Varnhagen e Von Martius. Estes últimos faziam uma construção histórica a partir do ponto de vista do português, enquanto para

---

<sup>21</sup> WEHLING, A. Capistrano de Abreu: a fase científicista. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 331, p. 43-91, 1976.

Capistrano a narrativa histórica é feita colocando o índio olhando a chegada das outras raças estranhas ao seu território. Portanto, o autor cearense dá uma virada na maneira que estas raças estavam sendo interpretadas, no lugar em que estas se situam, desta maneira, os indígenas são pertencentes à terra brasileira e os europeus e negros são elementos exóticos que vieram para o território. Reis (1999) ainda faz uma distinção entre Capistrano e Varnhagen, sistematizando essa reflexão sobre o lugar das raças no momento do “descobrimento” ou conquista:

Para Capistrano, alienígenas exóticos são os europeus e africanos, e não o indígena e a terra do Brasil. Para vê-los assim, ele se coloca no ponto de vista do indígena e da terra do Brasil, que veem chegar novos e desconhecidos elementos. Ele olha da praia para o oceano cheio de caravelas, enquanto Varnhagem olhava da caravela de Cabral para a praia, e via uma terra exótica povoada por alienígenas (REIS, 1999, p.98).

Observa-se que ao falarem do ponto de vista do indígena, não é sobre sua autonomia, protagonismo ou vivência que o índio vai contar a história do Brasil, é ainda pela mão do branco que serão destacados os elementos indígenas importantes para esta narrativa. O índio ainda é olhado como parte da natureza, visto que ele é colocado ao lado da terra do Brasil – um elemento que remete a natureza e suas paisagens. Ressalva-se que houve somente uma troca de lugares das raças na construção histórica desses autores.

Em relação a chegada e a presença negra no período colonial, Capistrano descreve-a brevemente privilegiando o contato com o português através de suas crenças e danças sensuais que encantam e acompanham os senhores brancos, com uma índole resistente e afável. Como o autor prefere focar numa história da ocupação dos sertões, entendendo que a presença negra fica muito restrita as sociedades litorâneas, o seu interesse se centra nas relações entre brancos e índios e sua mistura: o mameluco sertanejo (REIS, 1999, p.99).

Diferença importante, pois o que Capistrano quer é justamente diferenciar o branco do litoral do branco presente nos sertões. Os primeiros seriam marcados culturalmente como portugueses e o segundo, os verdadeiros brasileiros, ou seja, “se os portugueses tinham conquistado o litoral, os novos brasileiros conquistarão o sertão. Os portugueses continuaram a viver no litoral e a controlar a vida ali; os brasileiros adentraram o território conquistando-o, ocupando-o, povoando-o (REIS, 1999, p.104).

Capistrano descreve os primeiros portugueses com um caráter independente, fragueiro, anti-disciplinar, não inclinado a eufemismo e de fala livre. Místico, religioso e violento. Estas e outras características o permitiram se misturar com outras etnias e culturas. Esse caráter

plástico de origem também está presente nas análises teóricas dos autores paulistas e nos intelectuais da geração de 30, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (REIS, 1999, p.99). O português ao se misturar com o índio formaria o mestiço mameluco que, na visão do historiador, é o real povo brasileiro, ao contrário do mestiço branco e negro que pertencem ao mundo português.

Elegendo o mameluco como o representante brasileiro, Capistrano se afasta do tempo histórico litorâneo e busca na ocupação do interior, que se inicia com as fundações das vilas de São Vicente e São Paulo de Piratininga que em consequência servirão de ponto de partida para as bandeiras, e estas ações “já seriam de gente brasileira, não é mais uma história portuguesa” (REIS, 1999, p.105). Desta forma, Capistrano dá um deslocamento geográfico, do litoral para o sertão, buscando uma interpretação que se distancia daquelas forjadas pela elite. Para ele, o povo brasileiro está dentro dos sertões, afastado do reino, em sua liberdade e vaidade:

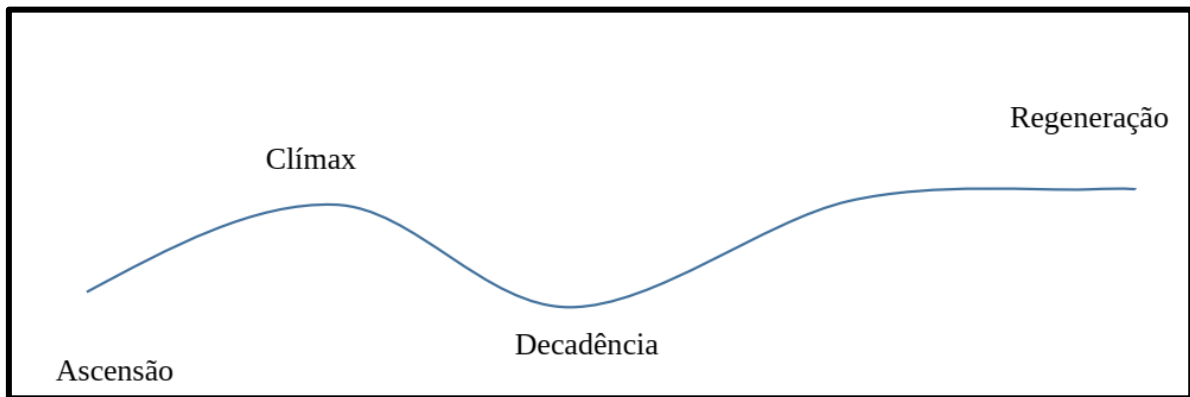
(...) não faz mais uma história oficial, ligada ao Estado; sua história não é só política administrativa, mas também social e cultural. E a diferença maior: não faz um elogio da conquista e colonização portuguesa, mas da conquista e colonização do Brasil pelo brasileiro mestiço; não relata a conquista do litoral, mas a ocupação do interior; o sujeito da história do Brasil não é mais o europeu branco, cristão e súdito do rei, mas o brasileiro mestiço, ainda cristão, mas sem uma expressão política clara; não faz uma história da constituição da identidade brasileira em moldes europeus, mas busca as identidades brasileiras no interior, no sertão e nas rebeliões (REIS, 1999, p.113).

Portanto, não é tarefa difícil de perceber, o quanto os Prados estariam satisfeitos com essa nova visão de interpretação do Brasil, que coloca São Paulo como estado protagonista na formação social brasileira e eles incumbidos de aprofundarem ou buscarem mais elementos para legitimar a presença paulista na construção da unidade territorial.

#### **4.3 As curvas isoladas do caminho do mar: o modelo de Capistrano de Abreu**

Capistrano de Abreu fornece um modelo explicativo sobre o desenvolvimento histórico da cidade de São Paulo desenhando uma linha com quatro pontos cardeais. Este esquema de análise se baseia num gráfico de curva senoide que percorre diferentes épocas marcadas pela grandeza, decadência e regeneração. Nas palavras do próprio autor: ascensão, clímax, decadência e regeneração.

Quadro 2: Modelo de Capistrano de Abreu



Fonte: PRADO, 2004, p.59

Esse método é apresentado para Prado numa troca de cartas em 22 de dezembro de 1922, entre as quais, Capistrano orienta “você tem que acompanhar a Paulicéia até seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu seu lugar, de outro modo fugirá do fenômeno” (RODRIGUES, 1954).

A orientação diz respeito ao texto *Caminho do Mar*, escrito para integrar uma série de vários artigos publicados em periódicos que compõem *Paulística*. O artigo, em questão, abre um programa metodológico e analítico interessado em interpretar os três séculos e meio da presença de São Paulo no cenário nacional, servindo ainda de direção para a organização da obra de 1925 e de todo o pensamento teórico e interpretativo presente em *Retrato do Brasil*.

“É nos estudos dos caminhos que melhor se aprende a história do Brasil” (PRADO, 2004, p.60). Nesta citação, presente no prefácio da primeira edição de *Paulística*, Prado traz o pensamento central de Capistrano, que defende como interpretação histórica, os caminhos e suas decorrências na vida da população colonial, para com isto se afastar das explicações que privilegiam o litoral.

Berriel (2013, p.166) lembra que essa escolha se fundamenta na obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de 1899, sendo um “divisor de águas” na historiografia nacional, que ao ser somada à obra de Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*, de 1881 formam uma base bibliográfica fundamental de Paulo Prado. A ideia de montar uma história por caminhos se situa bem para Prado e demais intelectuais, artistas, políticos, famílias ilustres que pretendiam dispor “as aventuras” dos bandeirantes paulistas e suas entradas e excursões como tese nuclear para uma história do Brasil.

Neste mesmo prefácio, Prado fornece para estes bandeirantes uma áurea quase mística e fatalmente determinista. A localização da população paulista no altiplano empurrava para o interior da terra numa lógica fatal em busca de expansão e riquezas: índio e ouro. O bandeirante se via atraído por mistérios, lendas e promessas, mas se sentia desafiado a se entregar e enfrentar as matas impenetráveis, correntezas indomáveis e índios violentos.

Em se tratando dos únicos dois livros que Prado escreveu, o argumento de Berriel (2013) de que estas não podem ser analisadas em separadas é válido no sentido de que *Retrato*, mesmo falando da história de um país, é o desenvolvimento das ideias presentes em *Paulística*: “a existência de duas realidades históricas no Brasil, ou de duas configurações históricas distintas – embora umbilicalmente ligadas” (BERRIEL, 2013, p.162). Esse pressuposto básico de Prado, leva Berriel a concluir que o autor paulista parte da ideia de que a história do Brasil depende da história de São Paulo, ou seja, a construção do nacionalismo depende de uma expressão regional, que estaria subordinada a realidade paulista.

Podemos pensar que Prado ao propor a história regional de um estado estaria próximo ao programa de Von Martius, no qual o historiador deveria conhecer cada particularidade das diferentes regiões do país para desenvolver seu ofício. Neste caso, torna-se nítido a escolha de partir de São Paulo, que além de ser uma motivação intelectual, também é política e afirmativa – despontar a intelectualidade paulista como regente de um novo discurso histórico e nacional.

Em *Retrato*, ele retorna a este método no capítulo *A Cobiça* com o intuito de defender uma história contada a partir de caminhos e entradas, como proposto por Capistrano. Prado apreende a proposta da divisão regional de Von Martius, baseado nas antigas capitânicas, reagrupando-as através do movimento dos bandeirantes pelos seus núcleos de influência e penetração, ligadas pelos rios, na exploração do interior do Brasil. Assim as divide em cinco regionalidades: as bandeiras paulistas, ligando o núcleo Piratininga em direção ao sul até atingir o Uruguai; direção ao norte até o Amazonas, atravessando o Centro-Oeste; em direção ao Piauí e Maranhão, e outra entrada em direção a Guanabara. As bandeiras baianas, em direção ao Maranhão pelos rios São Francisco e Itapicuru, em rota até o Tocantins também pelo São Francisco, e outra até atingir o Rio de Janeiro. As bandeiras pernambucanas entre o Capibaribe e a serra de Ibiapaba. As bandeiras maranhenses em direção ao Paraíba e São Francisco. E, por último, as bandeiras amazônicas que trafegam pelo Rio Madeira, ligando com os caminhos oriundos de São Paulo em direção a Guiana (PRADO, 1981, p.55-56). Importante divisão

geográfica para Prado, pois é a partir destes caminhos que ele traça os processos de miscigenação, que favorecem o surgimento de diversas outras raças.

Em *Paulística*, Prado (2004) pretende responder algumas questões sobre a ocupação do território de São Paulo, entre as quais: as origens da população no planalto e os seus cruzamentos; o surgimento e caldeamento de raças e sub-raças se relacionando entre si; e como estas populações se desenvolveram no meio geográfico que os cercava (PRADO, 2004, p.126). Ao responder estas questões, sintetiza a narrativa do povoamento de acordo com a proposta do gráfico de Capistrano de Abreu. A ascensão se deu no processo de isolamento da vila através do Caminho do Mar, que “[se] isolou em vez de ligar” (PRADO, 2004, p.60). Como o autor cita no prefácio de sua obra, é um caminho que tem uma função negativa, diferente de outros caminhos e rotas conhecidas da história (caminho da seda, caminho do sal, caminho das especiarias). Portanto, para a vila de São Paulo, esse isolamento foi importante na construção étnica e moral da população paulista emergente.

Nas predestinações históricas e étnicas paulistas essa função seletiva do Caminho do Mar é incontestável e providencial para a formação do seu caráter e tipo. A população do planalto conservou-se afastada dos contágios decadentes da raça descobridora. O litoral, ao contrário – sobretudo o do Norte, daquele que Teodoro Sampaio chamou por excelência o da “costa do pau-brasil” -, vivia como é natural em contato com a metrópole por intercâmbio marítimo muito frequente, apesar da demora nas viagens da época (PRADO, 2004, p.71-70).

Nas interpretações do autor, este isolamento colaborou na constituição de uma “raça paulista” com um caráter guerreiro, instinto por independência, uma altivez inquieta e resistente as determinações da metrópole. O clímax atinge quando o isolamento faz criar neste povo, o bandeirismo – o empurrando cada vez mais para dentro do território em busca de expansão e riqueza. São Paulo atinge seu auge, enquanto Portugal, no final do século XVI inicia seu processo de decadência “Portugal entrava, porém, rapidamente num período de decomposição e anarquia” (PRADO, 2004, p. 72). Com isso, o autor fecha a sua tese, mostrando que esta degeneração atingia o litoral brasileiro, por estar ligado à metrópole.

A decadência da vila de São Paulo se inicia com as descobertas de ouro no interior da Colônia, levando uma corrida em busca destes minerais e incitando a abertura de estradas que ligaria o território no escoamento de pessoas e riquezas. Neste processo, São Paulo se integraria, ao mesmo tempo, que se degeneraria. O contato com a Corte ávida por riqueza fácil e envolta por esbanjamentos desmedidos e sem compromisso com as coisas públicas aprofunda a sua decadência. Para Paulo Prado, a terra rica e o viver fácil, transforma o paulista aventureiro em um mameluco pálido, alcoólatra e desconfiado.



Nesse aspecto, a teoria da decadência paulista, conforme Berriel (2013, p.182-183), seria uma tentativa de igualar os destinos de Portugal com a da província. Desta forma, Prado poderia utilizar as ideias construídas pela Geração de 70 e aprimoraria sua ideia de que a regeneração de São Paulo foi produzida pela economia do café, expondo o sentimento de classe e família nos rumos da nação.

No entanto, percebe-se em *Caminho do Mar*, o sentimento de melancolia que atravessa o autor em relação ao futuro do país e o desaparecimento da aristocracia rural ancestral que se vê inerte perante a formação de uma nova raça:

A aristocracia rural, que era o último reduto do tipo ancestral degenera, se extingue e se transforma no industrialismo cosmopolita, e sem o laço íntimo e profunda que o liga ao solo – na sua vida social e na sua vida política-, estrangeira na própria terra, assiste inerte e desolada à formação de uma nova raça, que ainda não tem nome, e que será a do habitante do futuro São Paulo. A onda imigratória – imigrantes de outros países, imigrantes de outros países, imigrantes do próprio Brasil – inunda os campos e as colinas do planalto, que não mais protege a serra rude e hostil. A fartura e o bem-estar, chegados os tempos de hoje, imobilizaram o nomadismo do passado. Intoxicado pela própria riqueza, o paulista no ‘cadinho’ brasileiro representará apenas a contribuição histórica e racial de um epígono prestes a desaparecer (PRADO, 2004, p. 90-91).

Neste trecho, se materializa o embate entre Macunaíma e Venceslau Pietro Pietra, o herói melancólico miscigenado sexual, aventureiro, apegado as raízes contra o burguês da cidade grande, de sotaque estranho, espalhafatoso, numa casa cheia de quincalharias modernas. Imagem que remete ao embate entre grupos das mesmas classes dirigentes que têm projetos de nacionalidade distintas.

Assim, se São Paulo é o espelho do Brasil, cuja narrativa de *Paulística* ilumina e reflete no desenvolvimento de *Retrato*, as discussões giram-se em torno dos mesmos problemas, porém, com resoluções distintas.

Desse modo, para discussão mais aprofundada sobre *Retrato do Brasil*, o foco será em como Paulo Prado interpretou e construiu a ideia de Brasil, a partir da sua conceitualização de *luxúria e cobiça*, vícios presentes desde os primeiros séculos da conquista do território brasileiro, e como estes são importantes para o autor na sua interpretação sobre a nacionalidade e sociedade brasileira. Para tanto, alguns elementos novos para sua construção de uma história nacional serão apresentados para que, então, possa ser elucidado sobre sua visão de raça, cultura e sexualidade, de modo a retornar a análise de Robert Young (2005), com o qual, cada um destes temas estão interligados na sua própria matriz explicativa, sendo importantes para compreender a configuração histórica, principalmente de nações que passaram por processos de colonização.

#### 4.4 História e Interpretação

Já enumeramos os vários diálogos que Paulo Prado teve durante sua trajetória acadêmica, empresarial e de escritor. Neste tópico, o foco será em como as noções de história e cultura aparecem na obra. Uma das preocupações do autor é como seria o papel e a prática do historiador na composição de suas ideias. Podemos dizer que *Retrato* também apresenta um programa de interpretação da sociedade brasileira e mais ainda, para a disciplina História, alguns elementos que contribuem para o estudo de metodologias historiográficas. Portanto, é necessário identificar qual seria a posição do historiador e como deve ser contada a história do Brasil.

Para escrever esta obra, Prado adota uma posição de isolamento da vida cotidiana e da influência do bovarismo<sup>22</sup> paulista. Na sua concepção, o afastamento lhe permite se aproximar do metiê de um artista, adotando o processo goethiano na criação das obras de arte, a fim de alongar sua visão sobre os vários Brasis, para encontrar com sossego e liberdade “o segredo do passado e a decifração dos problemas de hoje” (PRADO 1981, p.131). Com esse gesto, Prado acredita que, como historiador, evitaria influências externas, escapando de generalizações ao tratar da tristeza e melancolia em relação a todo resto do Brasil, já que segundo ele, “nem todo o país sofre, como aqui, do mal soturno” (PRADO, 1981, p.132).

Diferente de *Paulística*, que é uma reunião de vários artigos sobre determinados pontos de vista da sociedade paulista, com análises políticas e históricas, das quais muitas delas alicerçadas numa base teórica e documental, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, esbanja de recursos estéticos e se aproxima das artes plásticas para contar a história do Brasil.

O título já nos remete a algo que lembra quadro e o subtítulo “tristeza” nos leva para um lugar de subjetivação. Na análise de Berriel (2013, p.204), o título é uma frase de efeito que indica “uma falta de sintonia entre a natureza brasileira e a estrutura espiritual dos seus habitantes”. Portanto, de início, com este título, Prado pretende analisar alguns aspectos psicológicos do brasileiro ou da sociedade brasileira, como se fosse um quadro, uma foto. Ao “batermos” o olho, vemos todas essas sensações e notas que Prado tem sobre o Brasil, entrelaçando fatos documentáveis e a subjetividade resplandecente.

---

<sup>22</sup> Condição de uma personalidade idealizada

Ao trazer um modelo de artes plásticas para o texto, no último capítulo *Post-Scriptum*, o autor confessa a adesão ao Impressionismo, convertendo-o a um método historiográfico. Ele faz uma analogia entre estes dois tipos de produção, em que as massas e volumes das cores e linhas de um quadro seriam compativelmente a composição cronológica histórica factual do livro. Na medida que esta composição vai desaparecendo na construção deste “quadro”, as emoções, aspectos e representações mentais dos acontecimentos se sobressaem, devendo através de um esforço investigativo atingir a essência das coisas (PRADO, 1981, p.132). Desta forma, Prado entende que:

Considerar a história não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã; mas como um conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade. É assim que o quadro – para continuar a imagem sugerida – insistem em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato (PRADO, 1981, p.132-133)

A sua busca é uma interpretação que deve mostrar as influências que os indivíduos e grupos tiveram nesta história de quatrocentos anos, para que o retrato seja mais fiel aos acontecimentos históricos. Com isso, ele se afasta dos modelos de história predominantemente científicos, permeados de fatos e documentos (Capistrano tinha uma predileção pelo modelo histórico alemão, portanto, é notável esta influência em Prado), bem como, dos modelos históricos ditados pelo Romantismo. Ao propor o Impressionismo como método, ele rompe com o Romantismo e tenta se aproximar do Clássico, pelo complementar do primeiro e antecedente e fonte do Modernismo. Esta aproximação de Prado, segundo Berriel (2013, p.194-195), atende a sua visão de que as literaturas do primeiro século e as pinturas de Memling e Nuno Gonçalves são referências representativas da vida ideológica brasileira.

Berriel (2013) explicita esse raciocínio intelectual de Prado em *Retrato* a partir das análises do historiador de arte Giulio Argan, que em *As fontes da arte moderna (1987)* discute as rupturas e conexões entre o Classicismo e o Modernismo. Em linhas gerais, para o teórico italiano, o ponto de ruptura na tradição artística do século XIX é representada pelo Impressionismo, a saber; o movimento moderno europeu se inicia quando percebe que o Impressionismo muda as formas e condições do trabalho artístico, se colocando como antítese entre as tendências clássicas e românticas, como eternas polaridades do espírito humano.

O Impressionismo faz com que o artista traduza na obra de arte a sensação visual imediata, afirmando este mesmo valor como fato absoluto e autônomo. Ao se realizar na sensação, o artista atinge a condição plena e autêntica do ser, podendo fornecer aquela que deve

ser a figura ideal do homem moderno, livre de preconceitos e pronto para a experiência direta do real. Este homem moderno é movido pela sensação e fenômeno, definido exclusivamente pela autenticidade das suas próprias experiências. Logo, a arte moderna não pretende pensar a arte como dotada de uma beleza universal, mas uma arte de uma sociedade histórica que busca superar as fronteiras da tradição e das nacionalidades, desta forma, a arte abarca não somente questões estéticas, mas intelectuais, morais, sociais, religiosas e políticas.

Para os impressionistas, significa isolar o modo de conhecimento imediato e espontâneo, criando um estado de consciência presente no momento ativo de seu encontro com o fenômeno. A sensação nesse caso tem uma estrutura que precisa ser revelada; demonstrada como as fases de uma experiência científica (BERRIEL, 2013, p.192-193). Desta forma, observa-se que o Impressionismo permite Prado fazer uma análise histórica afastada do Romantismo, que provoca, segundo ele, uma visão deformada da realidade, ao mesmo tempo que, não o impede de usar pressupostos teóricos de base científica nas suas interpretações.

Na análise de Berriel (2013, p.194-195), Prado ao aplicar recursos das ciências naturais nas suas teses sobre história e sociedade, também se utiliza da pintura como método “criando um retrato do Brasil composto de impressões e frases”, não no sentido pictórico, mas um quadro de interpretação histórica com uma proposta inclinada programática para a vida brasileira. Com isso *Retrato* apresenta um diálogo entre arte e história, eixo fundamental para a compreensão da interpretação da sociedade brasileira que Prado constrói.

Para compreender melhor os objetivos de Prado, Berriel (2013, p.197) ainda analisa a fronteira entre arte e história. Para ele, ambas são reflexos distintos da experiência humana, porém a arte antropomorfiza o mundo, capta a subjetividade do artista na construção deste mundo em um processo de criação subjetivante. Já o método historiográfico, é objetivo, contendo nele um processo de racionalização da vida humana. Contudo, Paulo Prado bagunça essas fronteiras, propondo uma reconstituição do passado histórico com uma ação subjetivadora, mas extraindo dela um julgamento objetivo, desejando que o retrato do Brasil assuma foros de verossimilhança objetiva, levando a origem de uma possível política concreta. Prado tem nitidez que os documentos são escassos e para cobrir a lacuna cronológica dos acontecimentos, cabe ao historiador recorrer a subjetividade.

A poetização dêse fatos, na ingenuidade dos cronistas e das lendas, é que dá à aridez dos arquivos o sangue e a vida necessários à compreensão da psicologia do passado, que não é somente a narração do que fizeram os homens de uma época, mas também do que pensavam no momento em que agiam (PRADO, 1981, p.13).

Diferente de um pintor impressionista que escolhe o objeto que vai impressionar e não altera previamente este mesmo objeto, Prado, como um historiador impressionista, age de maneira contrária, partindo de uma mescla que já viu, daquilo que leu e ouviu sobre o Brasil, incorporando documentações sobre o passado colonial, preparando-se para ter as impressões que queria ter (BERRIEL, 2013, p.197). Os quatro séculos que *Retrato do Brasil* narra é construído como se fosse uma obra impressionista numa estrutura de sensação e fenômeno, circunscrita nesse invólucro de modernidade.

Um dos pontos levantados por Argan (apud BERRIEL, 2013, p.195) sobre o Impressionismo, é que um dos elementos centrais deste estilo estético é a “sensação como condição da plena autenticidade do ser”, que parte necessariamente de uma individualidade para uma coletividade. Prado assume esse lugar da “plena autenticidade do ser”, ou seja, um representante das elites rurais. Se colocando neste lugar, o intérprete paulista direciona nosso olhar para o ponto central de *Retrato do Brasil*, “o discurso pleno da aristocracia do café em seu auge histórico, com suas características em estado máximo de exposição”. Esta aristocracia, ao se colocar em exposição, pretende com isto, mostrar sua formação histórica com suas possibilidades e movimentos.

Por fim, Berriel (2013, p.200) encerra sua análise mostrando que Prado age arbitrariamente em relação ao Impressionismo e o Romantismo, arranjando-os na vida literária e artística dentro do estado de São Paulo. Ao aceitar a arte moderna e rejeitar as ideias liberais, Prado converte esta aceitação em elogio à superioridade racial paulista, uma vez que, para ele, apenas os paulistas eram modernos, tornando, conseqüentemente, a arte moderna brasileira prerrogativa paulista.

#### **4.5 Raça e Cultura**

“O caminho cria a raça” (PRADO, 2004, p.60). Este excerto, que consta no 2º prefácio de *Paulística*, é objeto fundamental dos artigos e ensaios de Paulo Prado no que tange as raças e sub-raças que se formam nos caminhos do território brasileiro, sendo a narrativa sobre a superioridade racial paulista, fruto dessas veredas, a base da construção dos tipos raciais brasileiros e de sua psicologia racial apontadas em *Retrato*.

Para Berriel (2013, p.204), a relação entre raças e povos contida em *Retrato* é o ponto de partida ou estrutura teórica da obra, ou seja, as duas leis gerais de história presentes na obra estão alicerçadas “na psicologia racial aliada a ideias de ciclos evolutivos na história dos povos, somadas a noção de influência do meio natural sobre o homem”. E, portanto, para a pesquisa é fundamental a compreensão de como o autor paulista fundamenta suas análises sobre as raças, a partir da noção de história que ele mesmo constrói.

Desse modo, é relevante retornar ao pensamento racial proposto por Von Martius (1956), que sugere uma narrativa para história nacional a partir do contato das três raças no meio tropical brasileiro em detrimento de uma história calcada somente em atos políticos, administrativos e sedimentadas no interior de uma cronologia distanciada do desenvolvimento do povo brasileiro e suas intempéries dentro do processo de povoamento e colonização. A exemplo deste modelo, Paulo Prado obedece a sequência sugerida, partindo do processo de “descoberta”, ou seja, do contato do homem branco com os indígenas, a chegada dos povos negros e a formação das mesclas raciais, para por fim, verificar como estas foram se desenvolvendo no território e contribuindo para um projeto de nação brasileira.

Von Martius (1956) não se aprofunda em cada uma das raças, no quesito contribuição e permanência histórica, deixando isso para os futuros intérpretes. Todavia, sua recomendação mais relevante é colocada em forma de metáfora, o branco como um rio e as demais raças os seus afluentes. No caso de Prado, em um contexto geral da obra, estas três raças em solo brasileiro partilham igualmente do mesmo sentimento e psiquês permeadas pela tristeza ocasionada pela ambição do ouro e por uma sexualidade descontrolada e livre de limites morais.

Paulo Prado (1981), já no primeiro capítulo de *Retrato do Brasil*, intitulado Luxúria, apresenta a composição psicológica e moral dos primeiros europeus que desembarcaram aqui: “a espuma turva das velhas civilizações”, ou seja, gente das piores estirpes que a sociedade europeia repelia:

“Corsários, flibusteiros, caçulas das antigas famílias nobres, jogadores arruinados, padres revoltados ou remissos (...) vagabundos dos portos do Mediterrâneo, anarquistas, em suma, na expressão moderna, e insubmissos às peias sociais- toda espuma turva das velhas civilizações, foi deles o Novo Mundo, nesse alvorecer” (PRADO 1981, p.26)

Degredados ou náufragos, estes homens brancos traziam o espírito de aventura e o desejo de riquezas, seduzidos por uma vida infrene e lasciva, ao contrário daquela que se vivia na Europa, estreitada pela moral cristã. Inclusive neste ponto, Prado (1981) abre o livro fazendo

críticas ao movimento da Renascença que fez surgir um homem novo que cultivava a liberdade individual e o alargamento das ambições, algo que culminaria no retorno aos ideais do paganismo e no impulsionamento da “era dos descobrimentos”. Nas suas palavras, o Renascimento teve um efeito desastroso para a evolução artística e “estancava a fonte vida da imaginação criadora da Idade Média” (PRADO, 1981, p.17). Para o autor, este novo homem substituiu a Obediência pela Vontade Individualista, de modo que a ausência de obediência seja um dos fatores que levaram estes primeiros colonos aos instintos mais primitivos: “as mais baixas paixões, que só parece devam existir na decadência das civilizações” (PRADO, 1981, p.37).

Para ilustrar a importância da obediência, ele cita o processo de ocupação da América Norte, que como em outras partes do continente, também foi feita por indesejáveis, porém o êxito da colonização nesta região se deu através de uma forte disciplina religiosa, uma lei rígida e puritana baseada na moral de que tudo que se queira dar êxito deve ser obtido através de muito esforço, trabalho e unidade social. Na sua análise, a independência dos Estados Unidos foi fruto destes princípios embutidos desde o início nos colonos norte-americanos, tendo a religião um papel fundamental: “Nesse processo evolutivo, a religião estabelecida em condições favoráveis de higiene moral, preparou a atmosfera saudável em que pode prosperar a nação” (PRADO, 1981, p.85).

Prado (1981) desenha o processo de formação deste povo com tintas que permitem ver a saga heroica que enfrentaram para se formar como nação: peregrinos ingleses que atravessaram o frio intenso, tempestades de chuvas e ataques indígenas; o trabalho exausto na construção de suas casas e enquanto entoava cantos religiosos na execução destas tarefas como forma de afastar os perigos. Há nesta narrativa lendária algo próximo que Prado faz ao descrever sobre os primeiros anos de São Paulo, no texto *O Patriarca*<sup>23</sup>. Neste artigo o autor nos mostra as dificuldades que os primeiros colonos e jesuítas enfrentaram para ocupar o planalto de Piratininga, contra a agressividade da natureza, a dificuldade de dominar os indígenas insubmissos, de se alimentarem e os sentimentos de abandono e resistência diante da política de colonização de Portugal.

Porém, ao descrever sobre a formação racial do território brasileiro, Prado se afasta do tom épico presente acerca do pioneirismo paulista e interpreta um Brasil como se fosse o

---

<sup>23</sup>Artigo presente na coletânea *Paulística etc.*, no qual, Prado comenta sobre os primeiros povoadores da vila de Piratininga, no início do século XVI.

próprio lugar do purgatório, formado sobre o signo da decadência, infantilidade e carência em decorrência do seu clima e natureza tropical que proporcionam doenças, vícios e desejos sexuais incontroláveis e imorais. Com isso é notável a aproximação teórica de Prado com os naturalistas De Pauw e De Buffon, na qual ambos propõem o rompimento com o humanismo iluminista do século XVIII e a visão idílica do continente americano.

Sobre as demais raças, Prado não deixa de caracterizar sua psicologia. Para os indígenas, ele faz duas observações que podem soar nas primeiras leituras contraditórias, porém, mostram a complexidade do pensamento do autor sobre a participação destes povos primeiros. O primeiro ponto, que aparece já nos textos publicados sobre São Paulo, é o lugar do índio como “raça natural” da terra, em frente as outras raças que são chamadas de “alienígenas”, “estranhas” ou “que vem de fora”. Os indígenas são como parceiros na expansão das bandeiras por causa de sua sensibilidade, conhecimento sábio sobre a terra, e muitas vezes como protagonistas no processo de povoamento, principalmente na construção do que se denomina na visão de Prado, a “raça paulista”. O segundo ponto, destacado em *Retrato*, é a importância da sensualidade indígena e seus estímulos no homem branco como fundamental para a aproximação das duas raças, ou seja, para o processo de miscigenação.

Na visão de Prado, estes índios são dotados de uma pureza endêmica e uma inocência na exibição de seus corpos, que em consequência faz despertar nos olhos europeus uma sensação de perfeita harmonia que a sua civilização jamais conheceria. Esse mesmo sentimento estava presente no olhar do escrivão Pero Vaz de Caminha redesenhado na composição da sua *Carta* “graciosas figuras que animavam as paisagens”. E, mais ainda, os inúmeros relatos de colonos, viajantes e religiosos recolhidos por Prado que reforçam a interpretação idílica do Brasil nas primeiras décadas da conquista e povoamento português. Abaixo a impressão do Frei e naturalista Yvez d’Evreux sobre as índias maranhenses, presente em *Retrato*.

À admiração do bom capucho nem escapava a nudez escandalosa das índias do Maranhão. Os seus olhos confessa – não se cansavam das linhas harmoniosas dos corpos nus que a civilização não aviltara. Era esse certamente o paraíso bíblico, que já Colombo entrevira nas maravilhas do Orinoco. Ou não estaria longe, como afirmara Vespucci (PRADO, 1981, p.26)

No desenvolver do texto, Prado vai aos poucos mudando a concepção dos indígenas, de caráter idílio para libertino “o indígena, por seu turno, era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação dos seus desejos carnis” (PRADO, 1981, p.32). Prado considera uma condição natural a devassidão das mulheres indígenas, e para ilustrar suas conclusões, cita as observações do historiador quinhentista Gabriel Soares de Souza, sobre os



povos tupinambás, “não há pecado da luxúria que não cometam”; mulheres velhas que iniciam os meninos mais jovens da aldeia; ou “gentios” que dormem com suas mães, tias e primas pelos matos, e em nas inúmeras conversas “não sabem falar senão nestas sujidades, que cometem cada hora” ((PRADO, 1981, p.33). As mulheres indígenas que antes eram vistas como representantes do “Jardim do Éden”, são narradas como submissas e sensuais tendo por preferência o homem branco europeu.

Sobre o colono branco, Prado o caracteriza com uma lascividade despertada por uma série de estímulos em contato com as mulheres indígenas e o meio ambiente tropical, ou seja, em suas palavras são “os impulsos da raça, a molícia do ambiente, a contínua primavera, a ligeireza do vestuário, a cumplicidade do deserto” (PRADO, 1981, p.44-45) e a sensualidade fácil da mulher indígena que permitiram fazer com que o homem branco português se sentisse solto na frouxidão das regras morais que estava submetido na Europa. Portanto, estas duas raças se encontram abaixo da imoralidade e da perversidade sexual. Juntas em meio a um ambiente estimulante, foram capazes de um erotismo exacerbado que teve por desfecho uma melancolia sexual autômata. O autor ainda acrescenta que mesmo com a chegada das mulheres negras escravizadas, a superexcitação do conquistador não se encerrou, mas aprofundou-se por causa da “passividade infantil da negra africana” (PRADO, 1981, p.46).

Em relação a presença negra no povoamento brasileiro, Prado pretende responder a pergunta de Von Martius (1956) sobre qual seria a contribuição do negro africano na formação do país:

Conhecer, enfim, o negro africano, nos seus costumes, preconceitos e superstições, nos defeitos e virtudes, máquinas de trabalho e vício, criada para substituir o índio mais fraco e rebelde, e que se tornou companheiro inseparável do branco, ambicioso e sensual (PRADO, 1981, p.134)

A esta pergunta, ele responde no capítulo *Post-Scriptum*, através de dois aspectos importantes: o negro como fator étnico participando dos processos de miscigenação, e como escravo, determinante na organização social e mental do Brasil (PRADO, 1981, p.33). Como elemento étnico, Prado o diferencia do problema dos Estados Unidos, onde, os conflitos raciais contra os brancos eram difíceis de serem solucionados, a não ser pelo extermínio de uma das raças. No caso brasileiro, tal conflito era inexistente, já que o processo de mestiçagem, na intimidade com o branco, suavizou as relações entre as raças. Em relação ao processo de escravização, o historiador tem consciência que os negros vieram para substituir a mão de obra indígena, que era resistente à escravidão.

Prado condena o regime de escravidão, pois esta influenciou na formação nacional, na medida que ela submete o negro a não ter mais propriedade do seu corpo e da sua alma. A escravidão traz como consequência, a redução moral e sentimental do negro perante uma falsa superioridade do senhor de escravos. O caráter nacional da Nação nasceria falho por conta de um regime que degenera no mesmo grau, negros e brancos.

Na promiscuidade do convívio, verificava-se que a escravidão foi sempre a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo dos costumes, o desperdício, a imprevidência, a subserviência do chicote, o beija-mão do poderoso – todas as falhas que constituíram o que um publicista chamou de filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional (PRADO, 1981, p.139)

Se observamos o gráfico de Capistrano, a presença negra no Brasil se intensifica no momento que Brasil e Portugal atingem o ápice da sua decadência. O tráfico negreiro se desenvolve entre os séculos XVII e XIX, no momento que se inicia a corrida por ouro e pedras preciosas no interior brasileiro, e, por conseguinte, a perda de espaço da Metrópole no “jogo das nações”, devido a uma política de Estado à mercê das ostentações oriundas de toda riqueza produzida no Brasil.

Ao pensar sobre a psicologia racial do negro, Prado retoma as teorias biologizantes difundidas no século XIX, ao dizer que os africanos dentro dos seus “centro primitivos” é um povo dotado de iniciativa pessoal e poder de imaginação, de censo de organização, sadio e laborioso, que em contato com a “civilização”, não se sentem motivados no seu desenvolvimento cultural, ou seja, em um meio externo a sua cultura, os negros não conseguem revelar seus atributos superiores. Para o autor, o ambiente e os caracteres ancestrais determinam o comportamento destes indivíduos do que sua filiação racial (PRADO, 1981, p.137), ou seja, os elementos étnicos ou culturais da raça negra são biologizados na sua formação.

Desta forma, a raça negra, que está intrincada em clima tropical, deixa aflorar sua indolência luxuosa e se submete aos senhores brancos. E emergidos no sistema escravocrata, os negros percebem sua moralidade sendo afrouxada e moldada numa psiquê pautada em vícios. Portanto, para Prado, essas características da raça negra ocasionam um tipo de miscigenação degenerada e inferior diferente da mistura entre brancos e índios, considerada positiva, como por exemplo, o sertanejo mameluco. Estas duas formas de miscigenação são utilizadas em *Retrato do Brasil* como forma para demarcar as diferenças regionais entre as populações do interior e litoral na sua formação étnica e psicológica.

#### **4.6 Sexualidade e Miscigenação**

Depois de uma extensa apresentação em que foi possível conceituar minimamente o campo teórico e intelectual de Paulo Prado e os debates que estavam em circulação sobre os diversos projetos de história e interpretação da sociedade brasileira, pretende-se a partir daqui, caminhar pelo texto *Retrato*, concentrando-se na reflexão central desta pesquisa sobre a possibilidade de se pensar o Brasil a partir do conceito de sexualidade. Até o momento da investigação, pode-se concluir que a sexualidade proposta por Prado, pensa o brasileiro como um indivíduo tomado por uma ambição e superexcitação sexual que o leva a melancolia. Também constata que a construção racial brasileira se dá, segundo o autor, através de processos de miscigenação que têm o erotismo exacerbado na sua composição. Assim ele define:

No Brasil, a tristeza sucedeu a intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez, a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento, sem cura para os seus males (PRADO, 1981, p.92).

Neste trecho, é sintetizado a sua estrutura do pensamento: uma sexualidade intensa sem freios morais que se desdobra numa tristeza aliada a cobiça, se acentuando naturalmente no fundo psíquico destes primeiros brasileiros, interferindo no seu desenvolvimento. Desde o início da formação brasileira já se apresenta sem cura.

Na fase inicial de sua obra, Paulo Prado (1981) convida o leitor a compreender a “psicologia da descoberta” presente na “gente rude” que povoaram o território brasileiro nas primeiras décadas do século XVI. No primeiro capítulo *A Luxúria*, o autor dá atenção para dois eventos históricos deste século que moldaram os primeiros colonos que desembarcam no Brasil: as “descobertas marítimas” e o Renascimento, sendo o último responsável em impulsionar estes homens para as “descobertas” de novas terras e fornecer as suas primeiras características psicológicas.

O incômodo de Prado em relação à Renascença está no legado psicológico que este movimento transmitia aos primeiros brasileiros que mesmo vivendo numa terra radiosa, se encontravam num estado de melancolia. Essa soturnidade é consequência da ambição de ouro e da sensualidade livre, tensionadas pelo que Prado chama de “culto à liberdade” que a “psicologia da descoberta” impulsionou.

Prado(1981) não economiza palavras em defender que o brasileiro triste é fruto destes sentimentos e ímpetos que o Renascimento europeu formulou. Ele vai mais adiante com seu projeto de história brasileira, e faz através de um “espírito” sociológico, identificando relações

sociais entre os diferentes grupos em determinados fatos históricos que pudessem mostrar como esta melancolia da ambição e da sexualidade são decisivas nas atuações e escolhas do povo brasileiro. Portanto, ele elege como categoria social prioritária para sua análise, as raças. Com isso, Prado torna as três raças (negra, branca e indígena) grupos sociais com características próprias que se relacionam no interior delas e entre elas, que conseqüentemente originará raças mestiças, importantes para construção das teses de povoamento e identidade brasileira construída pelo historiador paulista

Em razão disso, Prado define a tese do brasileiro melancólico identificando o fundo de tristeza presente nas três raças. Não é somente a raça branca que carrega na sua psicologia os elementos da degeneração. Os negros e indígenas também. O contato entre as raças, o ambiente tropical, a organização política da Colônia, sem um endurecimento moral, estruturada no trabalho escravo e nas determinações da nação portuguesa, que também estava em processo de degradação, são elementos que estimulam uma excitação erótica elevada que resulta em melancolia. E dentro desta perspectiva racial e política, o Brasil vai se tornando uma nação desfibrada em que a compreensão deste processo se dá pelo entendimento das práticas sexuais entre as raças e a formação de novos grupos miscigenados.

A celebre frase “Ultra aequinoxialem non peccari”<sup>24</sup>, proferida pelo teólogo historiador Gaspar Barlaeus no século XVII, é a perfeita síntese do que se desenhava na imaginação dos europeus, que abaixo da linha do Equador, a virtude cede ao vício (HOLANDA, 2014, p.34). Com esta indicação, Prado (1981, p.34-35) profere que o Brasil é a “terra de todos os vícios e de todos os crimes”, justificando-se a partir dos testemunhos de escritores e jesuítas do período que relataram sobre os primeiros colonos, que viviam numa imoralidade espantosa, sendo apontado pelo padre Manoel da Nóbrega como costume da terra, os homens se amancebaram com várias mulheres. Diante destes relatos, Prado se aproxima da visão da Companhia de Jesus e da Inquisição que julgam o Brasil não mais como o lugar do Paraíso, mas como o do Inferno. Para Carlos Berriel (2013, p.211), tanto a visão jesuítica quanto a de *Retrato do Brasil* conclui que a formação do país pode ser contada através dos pecados capitais que conduzem ao Inferno “Cobiça e luxúria: a história nacional torna-se o caminho do Inferno, mesmo com suas visões de Paraíso”.

---

<sup>24</sup> “Não existe pecado debaixo da linha do Equador”.

Para fazer uma interpretação sobre a formação histórica nacional a partir dos excessos sexuais das suas populações, Prado (1981) expõe alguns relatos dos documentos inquisitórios da visitação do Santo Ofício, na Bahia, em 1591. A maioria das confissões proferidas neste Tribunal tematizavam em torno dos “vícios” sexuais dos habitantes daquela capitania, “45 em 120 referem-se ao pecado sexual”, que na sua visão, só podem ser acumulados numa sociedade decadente em perfeita anormalidade patológica dissolvida num ambiente climático propenso a essas práticas. São relatos que chegam em abundância nos tribunais da Inquisição. Nas suas palavras, uma civilização rendida “as mais baixas paixões”, na qual portugueses, franceses, gregos e mestiços estão imersos em vícios como a sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, pederastia, incestos e outros produtos de hiperestesia sexual.

Com esta narrativa é possível pensar que a formação nacional brasileira não se deu somente através das relações raciais e suas miscigenações dentro de uma sexualidade normativa, mas tem por detrás desta história, um desejo de esconder as demais práticas sexuais que não estão em consonância com os valores cristãos ou morais. Algumas destas práticas consideradas degeneradas, decadentes ou pecaminosas atualmente não são consideradas imorais. São escolhas sociais e individuais. Da mesma maneira era no período colonial. Estes primeiros povoadores optaram por essas práticas sexuais, pois acreditavam por estarem em outro continente não ficariam submetidos às regras morais impostas pelo Reino e pela Igreja, e portanto, em relações sociais que permitiriam o surgimento de “novos” valores e escolhas sexuais. Prado (1981) não desenvolve detalhadamente na obra cada uma destas práticas que ele nomeia “baixas paixões”, mas escolhe aprimorar uma narrativa da sexualidade em que as relações heteronormativas se destacam como preferíveis na e para a formação *ideal* do povo brasileiro. Prado escreve *Retratos* no século XX, mas as referências que ele utiliza sobre sexualidade e raça são em sua maioria construídas no século anterior. Os dois últimos capítulos do livro são justamente para criticar os caminhos políticos que a sociedade oitocentista escolheu e a atuação do Romantismo nas mentes da juventude. A vida amoral dos três primeiros séculos da formação brasileira leva o indivíduo à melancolia, cujo resultado final é um tipo de sociedade pessimista e sem energia.

Ao pensar sobre este século e sua relação com a sexualidade, é possível voltar às considerações de Michel Foucault trabalhadas nesta pesquisa, em classificar este período como o “século das degenerações”. Para o filósofo, o momento histórico do surgimento de uma ciência sexual é quando elegem a criança masturbadora, a mulher histérica, o casal malthusiano

e o adulto perverso como indivíduos patologizados passíveis de serem corrigidos. Estas quatro figuras estão em contraposição ao modelo de corpo pretendido pela burguesia, portanto, não seria um estranhamento que este tipo de pensamento estivesse presente nos escritos de Paulo Prado, mesmo que de forma sutil, percebida na sua concretude quando o historiador elege a “raça paulista” como modelo ideal para um “tipo brasileiro”. Nas interpretações do autor, os paulistas não são colocados a princípio sobre o signo da degeneração e os “vícios sexuais” que sempre são atenuados pelo seu vigor heroico na conquista do sertão.

Em *Retrato do Brasil*, Prado não aprofunda as diversas práticas sexuais dos habitantes da colônia. O destaque se dá para as formas de miscigenação que ocorreram durante os séculos de formação. A miscigenação brasileira acontece em primeiro com as mulheres indígenas e posteriormente com as mulheres negras, na sua maioria, na condição de escravas. Para o autor, os fatores que levam a misturas raciais são a busca de liberdade, sexualidade sem os freios morais do reino, o clima ardente e a ausência de mulheres brancas:

Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene, em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno, era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carniais (...) voltava-se à simples lei da natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros, moços e ardentes, em plena força, prestava-se o gentio (PRADO, 1981, p.32-33)

É possível observar a apropriação das teorias do determinismo geográfico e de teses antropogeográficas, das quais, em especial, Prado (1981), sem citar maiores referências, diz se basear nas visões de Moritz Wagner na aplicação de suas ideias. O meio ambiente tropical é propício para a liberdade sexual e cabe aos indígenas e aos portugueses se adaptarem aos estímulos que a Natureza proporciona. A plasticidade do português em se miscigenar e a promiscuidade indígena ajudam neste processo de adaptação. Desta forma, a concubinação ou o amancebo se tornam regras e práticas comuns nestas populações coloniais. Nas palavras de Prado são “uniões de pura animalidade” (PRADO, 1981, p.45). Com esta visão, pode-se afirmar que Prado constrói uma tese sobre o desejo colonial no Brasil, que pode se contrapor ao modelo defendido por Robert Young (2005).

Essa contraposição de modelo não está ancorada nas escolhas teóricas dos autores, pois isso não seria interessante fazer entre dois autores que estão preocupados com problemas distintos, mesmo que ambos estejam falando de sexualidade e desejo. Young (2005) analisa a sexualidade como parte de um discurso racial, forjado na construção de uma categoria científica denominada cultura, e também em como o desejo e a fantasia são constituintes de uma máquina

administrativa, indispensável para a dominação colonial. Prado se preocupa em como os contatos sexuais, lascivos ou não, foram fundamentais na constituição de uma população miscigenada autenticamente brasileira e como os excessos sexuais levam a um esgotamento melancólico do espírito desta mesma população, miscigenada ou não.

O autor paulista não se aprofunda na ideia de que o desejo e a prática da miscigenação são decisões políticas para um programa de dominação na colônia brasileira. Pelos relatos, influências teóricas e a linha argumentativa de Prado, percebe-se que a Metrópole portuguesa não tinha um plano elaborado de exploração utilizando este recurso, mesmo que tenha se beneficiado ou “fechado os olhos” para os estupros e excessos cometidos pelos colonos brancos em terras brasileiras. Tão pouco tinha uma política de povoamento por famílias europeias análoga a que se sucedeu na colonização inglesa, na América do Norte.

Esta, aliás, talvez, seja uma questão para Prado, a de que os primeiros núcleos familiares que se formaram nas primeiras décadas, antes da chegada das mulheres brancas, já estariam sobre os efeitos da miscigenação. Mesmo com proibições morais contrárias a este tipo de união vindo de Portugal ou da Igreja, em terra brasileira a miscigenação “corria solta”, e este seria um dos primeiros gestos de desobediência por parte dos colonos brasileiros em relação as determinações do Reino.

Nos séculos XVII e XVIII, a colônia brasileira inicia um processo de unidade nacional em seu território, em consequência da expulsão dos franceses e holandeses, a intensificação da economia da cana-de-açúcar e a exploração das minas de ouro e de pedras preciosas. Esses processos fizeram com que Portugal incrementasse uma política de dominação e povoamento elaborada, de um lado, protagonizando o tráfico negreiro, e, do outro, o incentivo a vinda de mulheres brancas e homens confiáveis do Reino que pudessem administrar os inúmeros negócios e legislar sobre a Colônia. Porém, são os negros e as mulheres brancas que se tornam a nova face da sociedade colonial brasileira, remodelando a psicologia social dos seus habitantes, e ambos estando sobre o jugo do senhor branco.

A esse modelo de miscigenação, Prado (1981, p.45) levanta uma outra reflexão sobre a constituição da sociedade brasileira, da qual se torna patriarcal: “De fato, só o macho contava. A mulher, acessório de valor relativo, era a besta de carga, sem direitos nem proveitos, ou o fator incidental na vida doméstica. Fenômeno androcêntrico, de origem portuguesa e indígena, que por tanto tempo perdurou na evolução étnica e social do país”.

Em *Retrato*, este homem branco colonizador trata as mulheres indígenas como “simples máquina de gozo e trabalho”. Esse mesmo tratamento será fornecido as mulheres negras escravizadas e para as mulheres brancas que se tornam como mero apêndice na vida doméstica e nas decisões proferidas deste homem branco. Pelas palavras do trecho acima, Prado considera este tipo de patriarcalismo de origem portuguesa e indígena como algo nefasto na sociedade brasileira. Ele não desenvolve este tema nos parágrafos seguintes, porém é perceptível o elogio ao regime patriarcal do início do povoamento da América do Norte, que mesmo com a chegada de negros escravizados, criminosos, desertores e outros tipos indesejáveis, este se sustenta pela disciplina religiosa e o espírito cooperativo em favor do trabalho e a sobrevivência.

Como analisado anteriormente, ao buscar se aproximar da história de ocupação da sociedade norte-americana, Prado a conecta com elementos aproximados da formação do povo paulista. Em relação as mulheres paulistas, por exemplo, Prado sempre as pontua com as mesmas qualidades dadas aos homens mamelucos ou bandeirantes. Fortes e responsáveis pela organização da economia doméstica e assuntos públicos, na ausência dos maridos que estão em procissão pelo sertão, que poderia levar anos ou até mesmo nunca retornarem, por motivos de mortes ou por formarem novas famílias pelos caminhos do interior. A exemplo, Prado, ao narrar a luta entre as famílias Pires e Camargo por poder e vingança, centraliza a narrativa na matriarca Dona Inês Monteiro de Alvarenga, como uma mulher forte, ativa, perspicaz e insubmissa nas determinações dos governantes coloniais e do Reino. Para defender os interesses da família Pires, Dona Inês ordenava assassinatos e executava infortúnios com objetivo de prejudicar a família inimiga<sup>25</sup>.

O segundo capítulo, *A Cobiça*, é dedicado em compreender como esse sentimento foi se tornando parte, assim como a luxúria, da formação da sociedade brasileira. A cobiça se intensifica a partir do ciclo de mineração no século XVIII, momento em que ocorre uma reorganização da sociedade em torno da exploração das minas recém-descobertas. Para Prado, esse processo foi antagônico para a população colonial. Impulsionado pela ânsia de ambição, o desejo de encontrar riquezas minerais, o interior brasileiro é vasculhado em busca de ouro. Descobertas nas últimas duas décadas do século XVII se revela ao mundo “as minas riquíssimas

---

<sup>25</sup>*Pires e Camargos* foi escrito em 1926, mas só foi incorporado à obra *Paulística*, em sua segunda edição. A fim de ilustrar o artigo *O Patriarca*, Paulo Prado mostra através da rivalidade entre duas famílias, constituintes da sociedade paulistana, como as disputas por decisões e cargos políticos geram as tensões, para além disso, permeia a narrativa com lendas, mistérios e fatos verídicos, enredado por uma história de amor e ódio.



das Gerais” (PRADO, 1981, p.70), colocando a colônia brasileira como centro de interesse da metrópole portuguesa.

Felicitações do papa e dos monarcas europeus à corte portuguesa pelas descobertas de minas gerou um momento de festas e esplendor para a Colônia e o Reino de Portugal. “As fortunas amontoavam-se repentinamente”, enriquecendo o minerador, o fiscal, as administrações, a corte e o rei de Portugal (PRADO, 1981, p.72). Pessoas de diversas partes da colônia, da metrópole e do mundo se dirigiam em direção as terras auríferas.

A fama das descobertas em 1698 já se espalhava por todo o Brasil; as transmigrações se avolumaram rapidamente: das cidades, vilas, recôncavos e sertões afluíam brancos, pardos, pretos e índios, conta uma testemunha da época. A mistura era de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e religiosos (...) forasteiros chegavam às cidades marítimas como tripulantes de navios, forjavam passaportes e fugiam em demanda para o sertão (PRADO, 1981, p.71).

Por outro lado, esse processo exuberante de riquezas foi o declínio material do Brasil e de Portugal e o esgarçamento físico e psicológico dos habitantes da colônia brasileira. Prado considera esse período em termos de formação social e política, o “século do martírio” para o Brasil e um “novo drama” que se inicia na sociedade brasileira. Com a frase “o ouro empobrecia o Brasil”, Prado traz o sentimento exclamativo de Marques de Pombal diante da decadência do Estado português “Que riqueza, santo Deus! É essa cuja posse conduz a ruína do Estado” (apud PRADO, 1981, p.73).

A exclamação é a representação de total miséria que as vilas se encontravam. A exploração mineradora fez com que a atividade agropastoril que se iniciava fosse abandonada. A produção de cana-de-açúcar diminuiu fazendo com que o mercado externo recorresse aos produtores ingleses e franceses, deixando a colônia brasileira na dianteira do comércio açucareiro. As cidades litorâneas se despovoavam e qualquer atividade pública em benefícios destes vilarejos era colocada em segundo plano. Abuso do clero em relação às exerceces que deveriam ser executadas pelos colonos. Corrupção dos fiscais na tributação do ouro extraído. Roubo inflacionários nos preços de gêneros alimentícios básicos. Epidemias de fome se alastravam e pessoas morriam de inanição ao lado de montantes de ouro, “a população vivia entre a mais abjeta indolência e frenesi de mineração desordenada” (PRADO, 1981, p.73).

Esse é o cenário que Prado retrata da condição social que a ambição mineradora ocasionou na Colônia, ou seja, que conhece o esplendor nos primeiros anos do século XVIII e quase cem anos depois, é um estado de sociedade em situação deplorável. O esgotamento das

minas e os poucos veios que restavam não davam para o sustento dos mineradores, formando assim uma classe de indigentes (PRADO, 1981, p.76).

Com este capítulo, Paulo Prado quer mostrar dois movimentos importantes para a história e sociedade brasileira no século XVIII. O primeiro, diz respeito sobre os motivos que levaram a decadência de um Reino, mesmo este diante de uma infinita quantia de riquezas, ocasionados, a princípio, pelo tipo de gente que se estabeleceu no território colonial: aventureiro e de individualidade infrene, isto é, descontrolado e imaginativo no sonho de encontrar ouro.

Individualismo infrene, anárquico pela ‘volatização dos instintos sociais’, cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei ou nenhum homem limitava, e entregue ao encanto da novidade e da surpresa. Como exclusiva preocupação, viver livre e dominar; como único alento, a miragem que então incendiava a imaginação do mundo inteiro de não estar longe, mas sempre inatingível, o maravilhoso Dorado (PRADO, 1981, p.50)

Portanto, luxúria e cobiça são elementos impulsionadores da imaginação deste tipo aventureiro, e no seu desejo de conquista. A possibilidade de se extravasar sexualmente sem limites e encontrar ouros e diamantes é uma tentação para uma classe de homens europeus que não tem mais nada a dever na Europa. Desta forma, para Prado esses desterrados possuem características atávicas fundamentais para o povo brasileiro que se forma.

Fora isso, outro motivo da decadência do Império português e da colônia brasileira está ligado diretamente ao anterior, pelo sujeito não compreender a sua missão histórica e econômica diante das demais nações, não estando imbuídos de um espírito público na administração das riquezas encontradas em suas colônias, ou seja, viviam sem trabalhar e se estabeleciam somente a base do que era extraído nas suas possessões, “nação e governo recebiam como uma esmola o ouro, as pedras preciosas e os produtos comerciáveis das colônias” (PRADO, 1981, p.77).

Prado tinha uma admiração pela administração pombalina (1750-1777), pois na sua visão, foi a que melhor compreendeu a missão pública de uma nação, porém, logo após sua saída, Portugal não se manteve soberano, e cada vez mais se rendia as disputas políticas entre as nações recém-industrializadas, Inglaterra e França, se tornando um mero coadjuvante neste enredo, e com isso, acentuando a degeneração da colônia brasileira. Para o autor paulista, a única obra que Portugal legou para o Brasil, foi a criação de um novo povo na qual puderam transmitir a língua natal e as suas especificidades raciais.

Por fim, o segundo movimento é sobre a participação das bandeiras paulistas nas descobertas das minas e a formação do seu caráter. Foram os principais reveladores das minas

de ouro e diamantes nos sertões. Essas descobertas foram impulsionadas pelo temperamento específico do povo paulista, herdados do espírito aventureiro do português, dos sentidos aguçados dos indígenas e o isolamento ocasionado pela serra e a distância do mar<sup>26</sup>. Durante o século XVIII, estes bandeirantes que foram perdendo aluviões e expulsos das terras que descobriram, não cessaram e continuaram a se embrenhar pelas outras partes do território.

Para Prado (1981, p.90), essa é a finalidade histórica das bandeiras na formação do país: desbravar, ocupar, multiplicar território adentro, como nos primeiros tempos, e manter os elementos característicos da sua formação: “Interesse, Dinamismo, Energia, Curiosidade, Ambição”. Paulo Prado encerra esse capítulo mostrando esta que seria a maior consequência de toda uma energia concentrada no sonho do enriquecimento fácil, a falta de estimulantes afetivos, morais e mentais, ou seja, a riqueza e seus excessos que não trazem cultura e moralidade. Estes bandeirantes sofrem de fome, sede e loucura, morrem enfraquecidos, porém alucinados, ao lado de suas descobertas (PRADO, 1981, p. 79-80).

No terceiro capítulo, *A Tristeza*, Paulo Prado dedica em discutir sobre a melancolia racial como consequência dos excessos da luxúria e da cobiça, e como este mal soturno vai se engendrando no aparelho psíquico do brasileiro. Um dos pontos favoráveis de *Retrato*, revelados nesse capítulo, ao falar de tristeza e melancolia, é a ausência de um enfoque baseado nas teorias da Psicologia ou nas questões meramente individuais. O feito desta obra é pensar a tristeza como elemento social fundamental na constituição da sociedade brasileira, que tem sua gênese na colônia e seus efeitos desdobrados no Brasil pós independência e republicano.

O capítulo apresenta três temas que já foram debatidos ao longo desta dissertação: as diferenças de povoamento do Brasil e Estados Unidos, as causas da decadência de Portugal e a formação da “raça paulista”. Todavia, cabe retomar alguns pontos essenciais deste último tema.

O autor tem a preocupação de distinguir a miscigenação que ocorreu em São Paulo de Piratininga com o restante do Brasil. Ele faz a partir da identificação de dois grupos de colonos europeus que chegaram nas primeiras décadas de povoamento, o primeiro grupo formado por homens aventureiros, individualistas e anárquicos atrás de prazeres e liberdade e o segundo

---

<sup>26</sup> Prado categoriza uma série de “vícios e virtudes” presente nestes bandeirantes, entre os quais, o desejo de independência, excessos de rudez, poucos escrúpulos morais, um tipo forte ativo apurado pela endogamia e seleção proporcionado pelo meio ambiente específico. Eram homens que detinham a ambição de mando e a ganância por riqueza rápida influenciada pelos cristãos novos, e por fim, ausência de elementos alienígenas, ou seja, oriundo de outras raças que não seja a indígena. Os cruzamentos se davam especificamente entre a mesma raça ou com os indígenas (PRADO, 1981, p. 63). Os mesmos vícios que seriam condenados pelos jesuítas se tornam virtudes, responsáveis pela conquista do sertão.

grupo ligado ao governo português. Este último grupo que se mantém umbilicalmente ao Reino de Portugal é infectado pela sua decadência. Já o primeiro grupo que conseguiu se manter isolado das determinações da Metrópole, adquiri características próprias na sua composição racial. Carlos Berriel (2013) propõe um esquema básico para que compreendemos esse processo de povoamento:

Eis o esquema básico aqui exposto: os portugueses que vêm para o Brasil escapam da decadência peninsular porque, *primeiro*, vieram antes da implantação dessa decadência e, *segundo*, porque se isolaram da metrópole e das regiões abertas ao contato contaminador com Portugal. Como está em *Paulística*, o primeiro desses fatores ocorreu em todo o Brasil, mas o segundo deu-se exclusivamente em São Paulo por causa da Serra do Mar (BERRIEL, 2013, p.227).

Para explicar a sua tese do isolamento geográfico no apuramento físico e estético do povo paulista, Prado recorre as teorias antropogeográficas de Moritz Wagner e Ratzel, que em linhas gerais defendem a ideia de que são as condições naturais que determinam o meio social e as características físicas e culturais dos indivíduos. Na visão de Prado, o meio ambiente é um formador de raça e etnias. Assim, o autor define o povo paulista como fruto da miscigenação entre o português de caráter independente, temperamento rijo e imaginação ardente com a do indígena de sentido apurado e intenso na sua relação com a natureza. Do cruzamento deste índio nômade e sensível com o branco aventureiro se origina a “raça paulista”, ou o mameluco (forte, rude e frondoso) - uma mestiçagem com características positivas.

Como conceituado anteriormente, há uma miscigenação com características negativas que seria aquela advinda do cruzamento da raça branca com a raça negra. Essa distinção com a miscigenação positiva se coloca em acordo com a separação que Prado faz entre as populações litorâneas e as populações isoladas de São Paulo na sua relação com o alcance que os elementos de degeneração poderiam atingir. As vilas e cidades situadas mais próximas do mar estariam ligadas diretamente com a Corte portuguesa, e, portanto, facilmente influenciáveis pelas suas decisões, inclusive pelas suas práticas degeneradas. Além desta associação, a escravidão e a ruína das cidades e das populações ocasionadas pela exploração desorganizada das minas também contribuía para o retrato da decadência colonial.

A preocupação de Prado em distinguir esses dois tipos de miscigenação desenvolve-se neste mesmo capítulo em que o autor apresenta o cenário que se encontra as condições do país próximo a sua independência política. Ponto importante, pois o século XIX seria para o autor o resultado de todo um processo de três séculos de colonização decadente.

Ao findar o século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte, já tínhamos chegado a um dos pontos culminantes do nosso desenvolvimento histórico. O país ia separar-se da mãe-pátria. Ainda não se formara a nação; apenas a sociedade, com simples aglomeração de moléculas humanas. Começava, no entanto, a se afirmar a consciência geográfica, que fixava e delimitava o território. Examinemos as condições em que se ia constituir o laço social determinando o crescimento, os movimentos e o agrupamento das populações (PRADO, 1981, p.97).

Ao fazer esse convite, Prado está preocupado em analisar as condições raciais do Brasil no início do século XIX que é decorrência da miscigenação e dos excessos da luxúria e da cobiça do período colonial. Formado por uma amálgama de todas as cores e diversos tipos étnicos, a leitura da composição sociorracial proposta pelo autor visa todas as cidades litorâneas, o interior do continente e a Região Norte.

(...) diversos tipos étnicos contribuíram para a formação contínua do Brasileiro que iria surgir, já em 1817, nas lutas da emancipação política. Havia os europeus, os brancos já nascidos no Brasil, os mulatos de todas as nuanças, os mamelucos cruzados do branco e do índio em todas as suas variedades, os índios domesticados que eram caboclos do Norte, os índios ainda selvagens que eram os tapuias, crioulos da colônia, os africanos forros ou escravos, e finalmente, os mestiços, classe inumerável dos que mediavam entre os índios e negros (PRADO, 1981, p.97).

De acordo com esse trecho é perceptível a constituição de uma nova formação social brasileira, que é a base de sua nacionalidade. O estabelecimento de três povos ou “três raças puras” com suas mesclas estarão presentes nas narrativas literárias, nas teorias sobre história nacional e nos programas políticos e de saúde higiênica do século oitocentista. Paulo Prado não fugirá deste modelo em interpretar a sua história do Brasil.

No desenvolver do texto, Prado identifica alguns atributos nestes tipos raciais que são fundamentais para entender o estado amorfo do Brasil libertado e a melancolia que abatia sobre sua população. Sobre os brancos, Prado os caracteriza com ridicularização ao sempre se afirmarem que pertencia alguma linhagem dos antigos donatários ou fundadores das províncias coloniais, “tinham grande orgulho dessa ascendência e pregavam com algum ridículo a própria importância” (PRADO, 1981, p.68). Como proprietários de engenhos, eram preguiçosos e inertes deixando a vida correr, sem preocupação na mudança de seu curso. Sua principal função é corrigir a bastardia que a escravidão desenvolvia em consequência de sua posição patriarcal e promiscuidade em relação aos corpos das mulheres das “raças inferiores”. Prado traz a figura da roda dos enjeitados como símbolo da classe aristocrática na correção dos seus “defeitos”.

Na descrição dos índios e negros, Prado faz de uma maneira para que se justifica a distinção que ele mesmo constrói entre a mestiçagem provinda destas duas raças: os mamelucos

e mulatos. Ele divide os indígenas em *ainda*<sup>27</sup> selvagens longe do litoral, nas proximidades do Maranhão; e os índios domesticados, um tipo clássico da caatinga nordestina e dotados de várias virtudes conhecidas por todos “o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro”<sup>28</sup>.

Para Paulo Prado, o problema da raça negra seria os mesmos decorrentes que o regime escravocrata outorgou na colonização brasileira que após a sua independência estendeu-se como base principal da economia do país. Este sistema carrega todos os elementos de degeneração que fundamenta a formação da nacionalidade brasileira.

O negro cativo era a base do nosso sistema econômico, agrícola e industrial e como em que represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanta pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de consequências ainda incalculáveis (PRADO, 1981, p. 99).

Portanto, para Prado, o mal da escravidão ocasionaria dois infortúnios, a primeira a mistura racial do elemento negro com as demais e um problema maior que seria a não consolidação de regras morais que pudessem solidificar qualquer caráter social na estrutura da sociedade brasileira, esta que “se fazia no abandono desleixado e corrompido que é a praga da escravidão” (PRADO, 1981, p.102). Diante desta análise, o historiador diferencia os mamelucos dos mulatos pela sua beleza e por terem as mulheres mais formosas dentro as raças mestiças. Possuem um caráter independente e não ficam em uma posição de adulação em relação aos brancos e sintetizam no mesmo tipo racial, a nobreza livre das raças brancas e indígenas.

Em relação aos mulatos, estes se achavam em superioridade aos mamelucos e se sentiam inferiores aos brancos. Se humilhavam aos brancos e outros mulatos, desde que estes estivessem em melhores condições sociais. Por fim, se utilizavam de estratégias para não serem confundidos com os negros e os mamelucos, principalmente na busca de documentos ou atestados que pudessem comprovar que tinham sangue limpo, não importando se o certificado dizia o contrário. Os casamentos com os brancos poderiam ocorrer desde que a aparência dos mulatos e mestiços não fosse visível (PRADO, 1981, p.98-99).

---

<sup>27</sup>Chama a atenção a utilização deste advérbio, transmitindo a ideia de que os indígenas brasileiros estão em processo de domesticação. Não foi possível desenvolver um estudo que permitisse mostrar se este seria um desejo de Paulo Prado, mas é sabido que essa era a vontade de vários círculos ilustrados do século XIX e XX. Neste trecho em questão o autor não qualifica os índios selvagens com nenhuma virtude, deixando esta tarefa somente para os índios domesticados.

<sup>28</sup>Destaco nesta frase em como Paulo Prado nas suas obras utiliza a categoria “sertanejo”, que aparece em alguns momentos como um tipo racial ou tipo de povo, ou como virtude para outra raça, no caso indígena. De forma implícita a um elogio ao modo de vida de ser sertanejo (PRADO, 1981, p. 99).

Desta maneira, ao responsabilizar à escravidão pelo desmantelo moral da sociedade, Paulo Prado faz de maneira direta contra os negros e sua mestiçagem, “estes com uma vida dissoluta invadiam a melhor sociedade” (PRADO, 1981, p.102). Com essa identificação, Prado mostra uma série de vícios e foca principalmente na possibilidade de libertinagem que estas raças e o regime escravocrata fazia imergir dentro das principais cidades daquele período, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

As cidades nordestinas contrastam com a presença numérica de negros e mestiços, na qual a cidade de Recife teve menos influência destas raças que a capital baiana que detinha dois terços da sua população de 80 mil habitantes de pessoas desta cor. Essa comparação é importante para interpretação de Paulo Prado, pois quanto maior a presença negra e mestiça ou mulata numa determinada cidade, maior será seu grau de desvirtuamento.

Prado retrata Recife como aristocrática e que lembra muito os aspectos metropolitanos das cidades europeias, em riqueza e civilização. Na sua visão, essa “paisagem de agradável impressão”, é quebrada com a chegada dos navios negreiros que exhibe “em plena rua o espetáculo asqueroso de venda de escravos”, homens e mulheres negras seminus em uma completa promiscuidade. O autor desenvolve sua narrativa evocando o elemento do clima e o relacionando com a aparência sombria e triste que esta cidade conhecia “ao desembocar, no calor do meio-dia, tinha a surpresa das ruas cheias de negros” e junto com o comércio de negros, Recife é tomada pelo cheiro acre “dessa multidão africana” coberta de pústulas repugnantes”, e só retornando o cenário agradável ao cair da noite quando as famílias saíam a passeio. Por fim, o autor conclui que a imoralidade atingia os ambientes internos das casas, pois por possuírem janelas baixas, qualquer passante poderia visualizar as mulheres nuas deitadas em suas esteiras (PRADO, 1981, p.100).

Por Salvador possuir um maior contingente de negros e mulatos, Prado é mais inflexível no olhar desta cidade, utilizando-se de relatos de cronistas da época, fundamenta o retrato de uma sociedade na qual o clima tropical e a presença maciça destas raças revelam um aspecto de “horível monturo” nas suas ruas e casas, com hábitos desregrados e luxúria desmedida. Com essas características, ele traz outro elemento como fator da não-moralização dos seus habitantes, o estado anti-higiênico de Salvador, ou seja, associando-o com a sua arquitetura e algum vício praticado pelos negros e negras.

A exemplo, ele aponta a cidade rodeada de pântanos, que no calor úmido agitava sapos e cães; negros que brigavam diariamente entre eles ou contra a polícia por motivos torpes, em torno de chafarizes de águas impuras; casas pequenas e sombrias que serviam de residências para as negras quitandeiras; comidas produzidas por essas negras que despertavam nos viajantes a vontade de vomitar, pela falta de asseio no seu preparo; escravos velhos e doentes na situação de mendigagem pelas ruas da cidade. Casas agaioladas de até cinco andares oriundas do século XVII, forradas com palhas e distribuídas por ruas estreitas que não passam uma pequena carruagem; e dentro das casas, as mulheres que se vestiam com as mais simples roupas de tecido transparente, cujo menor dos movimentos deixavam os seios expostos.

Sobre os costumes desbragados e a imoralidade, Prado traz para o primeiro exemplo, a maneira que as sinhás tumultuavam as vielas de Salvador com uma multidão de quinze ou vinte negras e mulatas escravizadas, ornamentadas com roupas finas e cobertas de joias, guizalhando e requebrando como um “cordão carnavalesco”. Na visão do autor, um gesto espalhafatoso que não é condizente com práticas civilizatórias. E, por fim, a luxúria sexual que corrompia a sociedade soteropolitana. Se ancorado na leitura das *Cartas de Vilhena*<sup>29</sup> de Luiz dos Santos Vilhena, conclui que a presença das negras e mulatas escravas, desde cedo, são elementos de corrupção para os senhores moços e meninas ao ensinar as primeiras lições de libertinagem. Vivendo na prática de todos os vícios, estas mulheres e os mulatinhos transformavam a casa de seus senhores em “antro de depravação”.

Tudo isso numa relação de desleixo e ociosidade dos patriarcais em manterem um número alto de escravos em suas residências. A promiscuidade entre estes e as escravas era comum, na qual ambos se amasiavam com a presença das esposas legítimas. Religiosos constituíam famílias com negras e mulatas deixando para seus filhos em forma de herança, imensas propriedades de terras (PRADO, 1981, p.102-103).

A escravidão, o clima tropical, a falta de asseio e arquitetura também são elementos que Paulo Prado evoca na dissolução dos costumes e na imoralidade sexual da cidade de Rio de Janeiro, então capital do Vice-Reino do Brasil. Acrescentando ainda a mudança da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, da qual, ele via como representante do sistema burocrático degenerado que Portugal replicou para a colônia brasileira. Ele caracteriza a monarquia como

---

<sup>29</sup> A obra *Cartas de Vilhena: notícias metropolitanas e brasílicas* foi escrita em 1802, pelo português Luiz dos Santos Vilhena, professor de grego, residente em Salvador. Estas cartas são de fundamental importância na descrição da capital baiana no final do século XVII.



um organismo “antiquado, pobre e desmazelado”, que estampa um tom caricatural em diferentes aspectos da sociedade fluminense (PRADO, 1981, p.104). São elementos que marcam a sociedade fluminense e a construção de uma nacionalidade brasileira.

Segundo os cronistas e historiadores referenciados por Paulo Prado<sup>30</sup>, a cidade do Rio de Janeiro “parecia uma cidade da África” e a primeira impressão “que era uma das mais imundas associações de homens debaixo do céu”. Pelas ruas estreitas se percebiam uma mescla de pessoas como os meirinhos com chapéus sujos e sebosos, cadeirinhas carregando senhoras e atrás uma multidão de mendigos e oficiais de milícias de mãos estendidas a pedirem caridades. As vezes à comitiva real do príncipe regente que “puxadas por duas mulas de arreios remendados” abrindo apressadamente e atrapalhadamente as ruas, formavam um rebuliço onde todos tinham que se ajoelhar. O calor intenso da cidade fazia exalar um cheiro penetrante e adocicado de gente negra, e ao meio dia, somente estes indivíduos poderiam ser vistos transitando, alguns carregando fardos e outros com máscaras de ferros, castigados por causa de seu vício de embriaguez (PRADO, 1981, p.104-105).

Por fim, há uma preocupação higiênica e de instrução moral de Paulo Prado sobre os costumes da cidade carioca. A cidade se limitava com morros e pântanos, possuía uma vegetação alta que abafava qualquer vista. Águas corriam em sarjetas de ruas poluídas. Todos esses fatores aliados com a falta de asseio peculiar da capital nacional, ocasionavam terríveis doenças de peles. As mulheres reclusas em seus dormitórios se empalideciam, aos dezoito anos atingiam uma maturidade e aos trinta anos, uma velhice enrugada. Na vida social era visível os traços duvidosos com predisposição para o mal.

Por qualquer desafeto e em troca de algum trocado miúdo abatia-se uma vida. A falta de qualquer estabelecimento de ensino impedia as crianças de terem alguma instrução moral e intelectual e havia pela cidade, algumas obras obsoletas de medicina e teologia. E sobre os vícios sexuais, Prado não tipifica exemplos, porém não precisaria, pois, a mesma composição social de Rio de Janeiro está presente nos demais centros urbanos. Com esse cenário desolador, o autor termina colocando a capital fluminense na linha da decadência pela sua falta de asseio

---

<sup>30</sup> John Luccock, Andrew Grant e Ludwing von Rango. É interessante ressaltar que uma das características das obras de Paulo Prado, é a presença de poucas referências bibliográficas, o que gera ao pesquisador algumas dificuldades para debater seu pensamento. Sobre os autores mencionados aqui, nesta nota de rodapé, em especial, é sabido que o primeiro era um comerciante inglês e escrevia inúmeros ensaios sobre os costumes brasileiros; O segundo também de nacionalidade inglesa publica *History of Brasil* em 1808 e o último de origem alemã e próximo a corte de Dom João VI, também se dedicava através de cartas a narrar o cotidiano da sociedade fluminense.

e moralidade, “não havia em toda a cidade uma só escova de dentes: limpavam-nos com os dedos. E tomava-se rapé em abundância, para não sentir o cheiro da cidade”.

Ao explorar a vila de São Paulo em relação à escravidão e as práticas libertinas, Paulo Prado coloca a cidade em uma situação de vantagem em relação ao resto do Brasil. Por não ter sido afetada pela presença negra quantitativamente e pelo contágio do homem europeu, o autor retorna as teses do Caminho do Mar, sendo o isolamento um fato positivo para os habitantes paulistas. Como mencionado, o afastamento ocasionado pelo clima e sua vegetação serrana criou um tipo racial que se diferencia das demais raças e populações do restante do país. Porém, a partir do contato com o período da mineração, São Paulo se declinava como as demais cidades, não suportando os mesmos vícios ocasionados pelo regime escravocrata e a administração portuguesa.

A mineração bandeirante tirara-lhe o melhor sangue com a emigração dos elementos sadios da Capitania; a estúpida administração portuguesa do século XVIII viera em seguida abafar e suprimir o que restava nas populações da antiga fortaleza e independência. Foi quando os Paulistas se barbarizavam de uma vez, informava um governador. Dispersos, escondidos pelas roças, procurando a solidão no seu amuo característico, viviam de canjica, pinhão e iça torrado (PRADO, 1981, p.107)

Com essas linhas, Prado conclui que foi o contágio com o restante da colônia que alimentou a derroca da vila de São Paulo. Processo que se inicia com as bandeiras em busca de ouro e finaliza com a intervenção de uma política portuguesa que na sua matriz já estava em decadência. Portanto, a dissolução dos costumes se generaliza por toda a colônia e assim como as demais cidades do Vice-reino, São Paulo se imerge em escândalos, em que se vê principalmente clérigos envolvidos na concubinação com mulatas e outros homens. Na visão do autor, o povo paulista por causa do contato com o restante da colônia é impregnado pelas piores imoralidades que aos poucos vai apagando as melhores características de um povo e o vai transformando-o em um aglomerado de pessoas barbaras, tristes e apáticas.

#### **4.7 As três raças tristes**

Ainda no capítulo *A Tristeza*, Paulo Prado dedica-se a conceitualizar sua teoria sobre a melancolia racial, que podemos também chamar de sexualidade melancólica. Como é na descrição do processo de dissolução da moralidade em algumas das cidades, o elemento do clima é importante para Prado no desenvolvimento de sua teoria. No processo de caracterização do brasileiro como um povo triste, o autor faz uma divisão entre povos tristes e povos alegres,

a partir da teoria da psicologia das populações defendida pelo historiador positivista inglês Thomas Buckle, na qual defendia as diferenças do clima como explicação para as várias modalidades de temperamento dos indivíduos (apud PRADO, 1981, p.93).

Na visão de Prado (1981), a alternância de luz e sombra formam dois estados de espírito em um mesmo país, e fundamenta seu olhar, trazendo exemplos contrastantes entre os traços felizes dos camponeses da Andaluzia e a personalidade dura e sombria dos habitantes das Astúrias. Os Provençais são vibrantes, enquanto os bretões são povos concentrados. Os habitantes da China do Norte são sérios e reflexivos e os da região Sul são alegres como crianças. Porém, ao classificar o Brasil, ele não parece seguir a divisão de Buckle, pois lhe impera uma insígnia de tristeza. O autor não descarta totalmente a explicação pelo clima e segue utilizando na diferenciação do temperamento das várias partes do Brasil, ou seja,

No Brasil, o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas as latitudes, apesar do esplendor da Natureza, desde o caboclo, tão mestiçado de índio da bacia amazônica e dos sertões calcinados do Nordeste, até a impassibilidade soturna e amuada do Paulista e do Mineiro. Destacam-se somente nesse fundo de grisalha melancolia o Gaúcho fronteiriço, mais espanholado, com um folclore cavalheiresco levemente nuançado de saudade que o acompanha nas correrias revolucionárias – e o Carioca já produto de cidade grande e marítima em contato com o estrangeiro e entregue ao lazaronismo do ambiente (PRADO, 1981, p.93-94).

Percebe-se que além do clima, a imensidão da Natureza se torna um elemento de definição da personalidade do brasileiro. No primeiro capítulo, Prado (1981, p.21-22) descreve a vegetação apontando suas características que tensionam entre o esplendor e o sufocamento: “compacta, sombria, silenciosa. Monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor que se perde no claro-escuro esverdeado de suas profundezas” ou uma natureza grandiosa que transforma o homem em pequeno e solitário, “na floresta tropical a enormidade, a falta de proporção em relação visível com a humanidade, que caracteriza essas solidões misteriosamente habitadas” e aquela vegetação desorganizada que nenhum homem consegue apanhar – “os sentidos imperfeitos do homem mal podem apanhar e fixar a desordem dos galhos, folhagens, frutos e flores que o envolvem e submergem”.

A partir das observações de Capistrano de Abreu, Prado analisa um outro aspecto constitutivo da melancolia brasileira: a família brasileira.

Desde os tempos primeiros, observa Capistrano, a família brasileira teve como sustentáculo uma tripeça imutável: pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Nesse ambiente se desenvolvia a tristeza do mameluco, do mazombo, do reinol, abafado na atmosfera pesada da colônia. O português transplantado só pensava na pátria d’além-mar: o Brasil era um degredo ou purgatório (PRADO, 1981, p.95).

A atmosfera abafada em razão do clima e enormidade da Natureza constrói esse tipo de família que está presente em todos os lugares do Brasil e em todas as raças. Neste trecho, o autor nos remete a imagem do *transoceanismo* que ele desenvolve no capítulo *A Cobiça*, que é o sentimento de desamor à terra que se concretiza no “desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar além-mar” (PRADO, 1981, p.43). Desta forma, Prado critica a maneira que se deu o povoamento do território no século seiscentista, apoiando nas queixas de Frei Vicente de Salvador sobre os colonos brasileiros, que estabelecem uma relação utilitária com a terra, desfrutando-a para depois deixá-la destruída.

Para Prado (1981, p. 44) é uma mentalidade de passagem que se desenvolve em razão do espírito aventureiro característico dos homens degredados europeus que no Brasil aportaram, responsáveis por também criarem a nossa estrutura básica racial. Enfim, estes homens num povoamento de passagem vão vivendo uma vida vazia e monótona. Acostumados com o clima e os perigos do sertão, se limitam e decaem à ganância do enriquecimento fácil e a prática da poligamia desenfreada, sem nenhum valor humano mais elevado (PRADO, 1981, p.95). Nas palavras do autor, “dominavam-no dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro” (PRADO, 1981, p.90).

O núcleo duro da interpretação de Paulo Prado está na predominância destes dois sentimentos, a sensualidade e a ganância como dispositivos que movem a personalidade do brasileiro, desde o período colonial, importantes para se contar a história do Brasil. Em suas palavras, “a história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas” (PRADO, 1981, p.90). Desta forma, o tipo de sexualidade que se desenvolve no Brasil é de um erotismo exagerado, orientado pelo espírito de aventureiro e desamor dos primeiros colonos, que encontram na terra, no clima e na dominação dos corpos das mulheres indígenas e negras, o culto ao vício sexual excessivo que deixam “traços indeléveis no caráter brasileiro” (PRADO, 1981, p.91).

Portanto, o excessivismo sexual e a fascinação pelo ouro produzem no organismo do brasileiro uma sensação de profunda fadiga, que atacam “às funções sensoriais e vegetativas” que se prolongam “até o domínio da inteligência e dos sentimentos” (PRADO, 1981, p.91). Com esse diagnóstico, Prado identifica as razões da tristeza brasileira e como ela vai se desenvolvendo na estrutura biológica do brasileiro e se reconectando com estruturas sociais. A identidade brasileira que é construída através das teses do determinismo geográfico e biológico.

Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a sequência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abolia e tristeza. Por sua vez, a tristeza como retardamento das funções vitais, traz o enfraquecimento e altera a oxidação das células, produzindo nova agravação do mal com seu cortejo de agitações, lamúrias e convulsões violentas. Influência do clima, dos hábitos de vida, da alimentação, ou do bom funcionamento das glândulas endócrinas, que a ciência começa a estudar? (PRADO, 1981, p.93).

Na visão de Prado (1981, p.92), as perturbações somáticas e psíquicas advindas da fadiga despertam aspectos patológicos no brasileiro, despertando-lhe sentimentos de ódio e nojo em uma nítida “ausência de sentimentos afetivos de ordem superior”. Com isso, o autor mostra sua preocupação na formação social das consequências deste esgotamento psicológico do brasileiro. A ausência de sentimentos afetivos e morais levam o brasileiro ao seu estado instintivo, onde predomina a sexualidade animalizada, o individualismo inerte e a baixa adesão à coletividade para o bem público.

Para ilustrar seu pensamento, Prado narra um acontecimento que ocorreu na bandeira de Sebastião Pinheiro Raposo, conhecido como o “rei do Ouro e da Volúpia”, que ao percorrer sertão adentro com sua comitiva de sertanistas e mucambas amasiadas, duas delas, exaustas por causa das longas caminhadas, caem desmaiadas. Diante disso, o bandeirante ordena que as joguem no precipício para que não sirvam sexualmente a outros homens (PRADO, 1981, p.91).

Uma sociedade não fundamentada em sentimentos afetivos de ordem superior, leva a uma depressão física e moral, eis a conclusão de Paulo Prado. Para o autor, uma das razões que levaram a sociedade brasileira a situação de melancolia é a de não ter nenhum ideal ou preocupação na construção de seus próprios valores e sentidos nas esferas religiosa, estética, política, intelectual e artística, ou seja, o enfraquecimento da energia física e a ausência ou diminuição da atividade mental, levaram os indivíduos e as coletividades uma propensão à misantropia (PRADO, 1981, p.92) resultando no decorrer dos séculos uma raça triste, que tem sua psiquê fundada nas paixões insaciáveis de uma melancolia de abusos venéreos e da ideia fixa de enriquecimento, que se convertem em decepção e desilusão ocasionadas pela inutilidade de todos os esforços.

Paulo Prado encerra *A tristeza*, retomando as principais ideias desenvolvidas neste capítulo e nos dois anteriores, como uma espécie de síntese cujo objetivo parece querer fixar esses conceitos no leitor, para que lhe seja compreensível a “situação lamentável” que a colônia se tornou no século XIX: “um corpo amorfo de mera vida vegetativa”(PRADO, 1981, p.108).

Em resumo, a sua visão da sociedade brasileira deste período: “uma população sem nome, exausta pela verminose, malária e sífilis”, com nenhum apego pelo “solo nutridor”. Um

país que se tornou pobre em decorrência da exploração “apressada, tumultuária e incompetente” das suas riquezas minerais, que não soube aproveitar as potencialidades da sua mata, águas, campos e praias. Possuidor de uma atividade agrícola e pastoril atrasadas e limitadas, bem como, as suas manifestações artísticas e intelectuais, consequência do atraso secular e da decadência de Portugal.

Uma sociedade de vida social nula, monótoma e submissa, com suas mulheres reclusas em suas casas e homens sóbrios e desinteressados, apagados em manifestações coletivas de ordem passageiras. A mestiçagem indígena desaparecendo diante do europeu, do negro e da tirania das sociedades litorâneas do mulato e da mulata. Um clima que amole as energias. Por fim, uma sociedade hipertrofiada por um “patriotismo indolente” envoltas somente na admiração das belezas naturais, como se fossem suas obras e emaranhados numa hipocrisia do “entusiasmo fácil, denegrimento desanimado e estéril”. Indivíduos que vivem numa oratória enrolada e decorada, simulando cultura (PRADO, 1981, p.108-109).

Frente a este panorama, Prado finaliza apontando saídas para este novo homem social que surge, ou ele vem para triunfar no seu destino ou para uma cumprir uma desilusão e um desastre “na realização de sua finalidade histórica e geográfica” (PRADO, 1981, p.110).

#### **4.8 Romantismo e seu erotismo alucinante**

No último capítulo, “*O Romantismo*”, Paulo Prado (1981) propõe uma discussão sobre como a tristeza brasileira produzida no período colonial brasileiro e as ideias do Romantismo europeu do século XIX, trazidas pelos intelectuais para o Brasil, constitui o nosso próprio romantismo de fundo melancólico. Com isso, Prado propõe uma estrutura interpretativa em que Romantismo e a melancolia brasileira se retroalimentam, sendo ambas oriundas dos movimentos da renascença, do período das “grandes descobertas marítimas”, no século XVI. A partir deste movimento de relação, o autor mostra que os problemas políticos e sociais da sociedade brasileira, que “beira” a decadência, são decorrentes do que ele chama “o mal romântico”. Dessa maneira, segundo ele, o romantismo é revestido por um caráter político sem perder de vista, a sua evocação literária. Este movimento e o regime da escravidão são para Prado os dois sistemas políticos que prejudicaram o desenvolvimento de vida moderna brasileira.

Diante das discussões dissolvidas ao longo da dissertação a respeito do Romantismo, cabe aqui, explorar de modo mais contundente alguns exemplos e consequências deste movimento estético e político e sua relação com a melancolia sexual em alguns setores da sociedade, principalmente aqueles da realidade paulista.

Ao discorrer sobre o Romantismo, Paulo Prado (1981) o relaciona com alguns eventos políticos próximos à independência brasileira e após a instauração do regime monárquico, que marcam a construção de uma identidade nacional no país recém-liberto. “O país nascia assim sob a invocação dos discursos e das belas palavras” (PRADO, 1981, p.118), ou seja, com a proclamação da Independência, Prado escancara uma nova realidade política, pautada num romantismo verborrágico e sentimental que se faz presente nos discursos e ações dos homens públicos.

Ele declara ironicamente que são românticos os jovens estudantes de Coimbra que se reuniram com o governo norte-americano para solicitar apoio na instauração da república no Brasil – os mesmos jovens que planejaram um movimento, que não se iniciou, mas que deveria resistir a cobrança de impostos das minas de ouro –; os revolucionários pernambucanos de 1817, imitando os exageros da Revolução Francesa; assim como Dom Pedro I, que sofria do vício de “palavras grandiloquentes”; além do Pacto Constitucional, que nas palavras de Sílvio Romero, estava assentado num misticismo delirante (PRADO, 1981, p.115-117).

Prado (1981) faz sucintos elogios para alguns homens que vieram na comitiva de Dom João VI, que são fundamentais na atuação dos negócios públicos, mas se tornam “presas fáceis” para o Romantismo. Nas palavras de Paulo Prado, são homens com iniciativas individuais cultas que conseguem se sobressair num ambiente marcado por sensualidade e ignorância e que tiveram sua formação nos cursos de Coimbra ou um desenvolvimento autodidata proveniente de uma inteligência espontânea da raça, desta forma,

núcleo de seleção em que se preparou e se realizou o movimento de independência, arrastando a indolência e o indiferentismo das massas. Formou-se assim, o grupo escolhido e de incontestável valor moral e intelectual, a quem coube a princípio a direção dos negócios públicos e em seguida os principais papéis na comédia parlamentar que veio a ser, em grande parte, a história política do Império. Presa fácil para o romantismo (PRADO, 1981, p.119-120)

Com esse trecho, percebe-se dois movimentos em Prado, o primeiro com características próximas ao darwinismo social, com a ideia de seleção dos mais aptos num determinado meio ambiente não muito propício a isso, em que tudo apodrece “nas delícias da mestiçagem, nas intrigas da carolice, num desleixo tropical, entre mulatas, lundus e festas

religiosas” (PRADO, 1981, p.119). E o segundo, a crença de que o romantismo fatalmente aniquilaria qualquer pretensão de racionalidade nas atividades públicas.

Por se tratar de um movimento de características intelectuais, Prado analisa o acolhimento do Romantismo nas duas principais escolas de Direito fundadas em 1827, a de Olinda e a de São Paulo, a fim de contrastá-las. Para ele, a escola de Pernambuco se dedicou a ocupação jurídica e política, formando homens notáveis como Tobias Barreto, Castro Alves, Joaquim Nabuco e entre outros. Já a faculdade paulista, por se situar em condições especiais de isolamento, tem uma influência de formação social e intelectual, caracterizada como um “grande centro romântico”, oferece, conseqüentemente, “um aspecto romanticamente melancólico” (PRADO, 1981, p.122) para os jovens estudantes de Direito.

O autor ainda cita os nomes de escritores e políticos que faziam parte desta geração de acadêmicos românticos paulistas, entre eles Álvares de Azevedo, Aureliano Lessa e Bernardo Guimarães. Neste ponto do capítulo é importante a descrição que Prado faz sobre a juventude acadêmica e suas envoltas com o romantismo e como estes são abatidos pela melancolia. A cidade de São Paulo retratada neste momento pelo autor é de um bucolismo e sossego provinciano que destoa dos demais centros litorâneos. A vida estudantil se agita após o toque dos sinos ao final da tarde, e os “excêntricos românticos descabelados” se juntam para cultivar os versos e as idealizações do poeta britânico Lord Byron, principal nome do romantismo do final do século XVIII.

Reunidos na beira de estradas, em tabernas, nos cemitérios, estes jovens se deixavam levar pela loucura romântica, organizam saraus, banquetes e orgias, violavam sepulturas e faziam procissões com os caixões pelas ruas da cidade, em completo estado de embriaguez. Prado conclui que esta foi uma geração de jovens que se perderam pelo sentimentalismo e pessimismo ocasionado pelo romantismo. Muitos morreram cedo, entregues ao alcoolismo e definhado pela sífilis contaminado pelas “cafuzas e sararás, que pululavam à noite nas ruas escuras da Paulicéia” (PRADO, 1981, p.123) - mulheres estas companheiras de suas aventuras.

Os excessos de romantismo e luxúria praticados nas academias de Direito são espalhados pelo por toda a nação. Paulo Prado marca a data de 1840 como início em que o mal romântico e seus vícios avassalaram as estruturas políticas, literárias e artísticas, o cotidiano, os afetos e os modos de sentir com as ilusões poéticas, o mal gosto artístico e literário e a divinização da Palavra.



Vinha a infecção das margens do Tietê e do Capibaribe e aos poucos contaminava o Brasil inteiro. Caracterizam-na dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade. Deformou insidiosamente o organismo social, muitas vezes sob o disfarce de inteligências brilhantes em que a facilidade de apreensão e de expressão substitui a solidez do pensamento e do estudo. Dá ao Brasil, neste momento de progresso material e de mentalidade prática e concisa, o aspecto anacrônico de gente viva falando uma língua morta (PRADO, 1981, p.124).

Portanto, o romantismo atua como uma patologia na organização social brasileiro, afastando qualquer atitude prática diante da política e na estruturação de um pensamento sólido sobre a sociedade brasileira. Em toda extensão territorial instaura um véu de pessimismo em todas as suas ações. Com esta visão, Prado faz uma comparação entre o romantismo europeu e o romantismo brasileiro para reforçar a sua tese de que este movimento ao encontrar e se desenvolver numa sociedade com características degeneradas como a brasileira, amputa qualquer forma de evolução para uma sociedade moderna. Desta forma, no caso europeu ao se desenvolver nas décadas de 1830 e 1850, influencia sensivelmente e decisivamente nos costumes e modos de vida da sociedade europeia, e passando “a moda” logra obras-primas que servem de inspiração para esta sociedade. Já o romantismo *tupiniquim* deixa para sociedade brasileira uma relação de desequilíbrio que separa o lirismo romântico “da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social” (PRADO, 1981, P.127).

Por fim, Paulo Prado caracteriza o romantismo como um criador de tristeza, absorvendo a miséria humana e a sempre estar a procura de felicidade em um mundo imaginário. Na sua visão, os adeptos deste movimento adoram a própria dor e desejam buscar a morte numa vontade desorganizada de uma “melancolia desiludida dos que sonham com o romanesco na vida de cada dia” (PRADO, 1981, p.128). Sem senso prático e fisicamente fracos “pelo gasto da máquina nervosa” buscam numa retórica lírica a sua sobrevivência num erotismo alucinante. Morte e amor são refrãos da poesia romântica brasileira, responsáveis por construir homens tristes que formam um povo melancólico.

O autor encerra o capítulo com duas sentenças que estão presentes em toda a sua obra, “a astenia da raça, o vício das nossas origens mestiças” e “viveram tristes, numa terra radiosa”, mostrando em seu retrato sobre o Brasil que estas visões seriam consequências e origens do romantismo brasileiro. Paulo Prado fecha um ciclo no seu esforço de categorizar o povo brasileiro como fruto de uma mestiçagem que é nada mais a junção de três raças eroticamente tristes vivendo em uma antítese: indivíduos fracos na sua psicologia habitando uma terra grandiosa e exuberante.

## 5. O “nosso” Post-Scriptum

Sempre tem alguns momentos da pesquisa que a gente se coloca à disposição para conversar com outras pessoas sobre os caminhos que ela está seguindo. Em uma destas conversas com um amigo mexicano, ele me questionava porque nós brasileiros sempre estamos envoltos com a questão racial. Suas indagações não eram somente sobre o preconceito racial que as populações negras e indígenas ainda sofrem no Brasil. Mas estavam num campo mais subjetivo naquilo que nos orienta em nossas escolhas e discursos. Algo que está enraizado no lugar mais profundo da nossa identidade brasileira.

Depois disso, sempre fiquei a refletir sobre esta conversa. Ao olhar a sociedade brasileira como um amálgama de todas as identidades dos povos que aqui povoaram, é impossível para mim não compreender a história da nossa sociedade como um encontro destas “três raças” tão mencionadas no escopo desta pesquisa. Entender que nesta junção pode estar a fonte das discriminações raciais que ainda se perpetuam no desenvolver da sociedade brasileira.

O que faz *Retrato do Brasil* ser uma obra referencial para o pensamento social brasileiro e poder ter um espaço na antropologia brasileira é a sua capacidade interpretativa sobre as visões de raça e sexualidade, bem como, a relação destes discursos em um projeto de sociedade que Paulo Prado (1981) defendeu para o Brasil. Um programa que passa por uma visão de identidade e cultura brasileira e que está em diálogo com as preocupações de vários intelectuais e políticos das décadas de 20 e 30 do século passado. Não indiferente a estas preocupações, Paulo Prado vai em busca de sua própria interpretação da identidade brasileira, em que privilegia os processos de miscigenação que ocorreram nestes poucos mais de quatrocentos anos de história, elegendo a luxúria e a cobiça como parte constituinte desta formação social, nas suas palavras “a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças”(PRADO, 1981, p.135-137). Essa aproximação das três raças acaba resultando na problemática da miscigenação brasileira, muito discutida no começo do século passado. Os debates do período se posicionavam a partir de vários argumentos, entre eles, se a mestiçagem seria um atravancador do progresso material da nação, se o cruzamento entre raças e sub-raças produziria doenças e/ou vícios, ou se é um dos itens mais valiosos na identidade cultural brasileira, perspectiva defendida por Gilberto Freyre. Carlos Berriel (2013, p.248) acredita que estas discussões não faziam sentido para Paulo Prado, pois para ele a miscigenação já estaria implantada, “se há mal, ele já está feito” (PRADO, 1981, p.139).

Paulo Prado chega nesta conclusão ao analisar o problema do negro no Brasil e nos Estados Unidos. No caso americano, há um complexo conflito racial entre brancos e negros que só tem solução com o extermínio de uma das raças. Na situação brasileira não ocorre essa situação “entre nós, a mescla se fez aos poucos” (PRADO, 1981, p.136). Para o intérprete paulista, o negro não seria um inimigo do branco, pois este nasce e vive em perfeita intimidade com os brancos e com os mestiços que se parecem com brancos.

Outro ponto levantado por Paulo Prado é a desigualdade das raças conforme desenvolvida pelos teóricos Conde de Gobineau e Madison Grant. Na visão de Prado, estes autores ao proclamarem a superioridade nórdica, a ciência resolveria no sentido negativo, o problema das raças inferiores (PRADO, 1981, p.136). Ao contrário desta tese, Prado pensa que as raças parecem iguais na sua capacidade cognitiva e se adaptam à civilização, e nos casos da raça negra, ao estarem no seu lugar de origem é um povo de inteligência e vigor físico elevado. A inferioridade negra se manifesta nos centros de civilização, e para o historiador, a escravidão é um dos motivos que coloca os negros em situação de desigualdade, ou seja, um elemento de fator social.

Em seguida, Paulo Prado afasta a questão da desigualdade das raças puras e procura uma explicação para o problema da mestiçagem pela biologia, pela etnologia e pela eugenia. Para as transformações biológicas dos elementos étnicos, Prado traz um pensamento comum para os norte-americanos e para a realidade brasileira, “Os americanos do Norte costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro e o diabo fez o mulato” (PRADO, 1981, p.137). Segundo Berriel (2013), para Prado, o Brasil seria um país de mestiços com várias composições e resultados, as raças puras poderiam ser iguais entre si, mas os mestiços não (BERRIEL, 2013, p.247).

Sobre o processo de arianização ou eugenia racial, esse é um caso de observação diária, pois segundo Paulo Prado, nos Estados Unidos e no Brasil, basta somente 1/8 de sangue negro que os traços africanos se apagam por completo, “no cruzamento contínuo da nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro” (PRADO, 1981, p.137). E por fim, numa observação etnológica, a miscigenação entre indígenas e negros podem apresentar diferenças significativas no desenvolvimento futuro da sociedade brasileira.

A distinção entre mulato e mameluco é bem explorada por Paulo Prado durante a obra e umas das suas contribuições importantes para o debate é a categorização de uma mestiçagem negativa e uma mestiçagem positiva, ou seja, a que origina o mameluco e o mulato. Para o autor “a mestiçagem entre brancos e africanos ainda não está definitivamente estudada” (PRADO, 1981, p.138), e para sustentar seu argumento, ele utiliza um exemplo do antropólogo Eugen Fischer que conclui que a hibridação entre os povos boers e os hotentotes criaram uma raça mista com características étnicas de cada um dos povos desenvolvidas das mais variadas formas, e que o maior defeito deste novo grupo que surge é uma “falta de energia, levada ao extremo de uma profunda indolência”.

No caso brasileiro, a arianização em curso eliminou as diferenças somáticas e psíquicas dos brancos e dos negros, não se sabendo mais quem é quem (PRADO, 1981, p.138). Em contraposição com a mestiçagem indígena, faz surgir uma nova raça ou sub-raça, com vigor híbrido perceptível desde as primeiras gerações. O mameluco seria o melhor representante de uma miscigenação que medrou as melhores características das raças branca e indígena.

De porte desta análise, Paulo Prado (1981) territorializa estas combinações raciais identificando a miscigenação negativa como brasileira e a miscigenação positiva como de origem paulista, pois esta última teria se beneficiado da segregação espacial da vila de São Paulo em relação ao restante do país. Essa separação é importante ideologicamente para Paulo Prado, pois ela se torna uma justificativa na afirmação do culto à “raça paulista” necessária inclusive para situar o intérprete como um representante de um grupo político e intelectual que desponta nas primeiras décadas do século XX: a elite paulista ávida por uma história de origem que seja sua, mas que deveria partir de fatores etnológicos e não somente cronológica. Ele se vê parte de um processo econômico e histórico, na qual o gráfico (modelo de Capistrano de Abreu) aponta para a regeneração de um povo que está saindo recentemente do lugar de decadência. Desta forma, Prado procura distinguir o Romantismo e o Modernismo, duas correntes de base literária e política como representante destes dois tipos de brasileiros mestiçados: o mulato e o mameluco.

Para Carlos Berriel (2013), a maneira usual e singular que Paulo Prado interpretou estas duas correntes literárias serve para reforçar ideologicamente, a tese da separação entre São Paulo e o Brasil. Desta forma, o Romantismo com suas características essenciais, a incapacidade de se relacionar com a realidade, a doença, o desalento, a astenia e o espírito de cópia servem para identificar as três raças tristes e a origem mestiça do brasileiro, em outras

palavras o Brasil. É a expressão espiritual do país. O Romantismo foi atuante na província de São Paulo, após o fim do seu isolamento, momento que se une com o restante do país e se contamina pelos brasileiros. O Modernismo surge em São Paulo e rompe com tudo aquilo que é produzido pelas raças mestiças. É o contrário do que representa o Romantismo (BERRIEL, 2013, p.242). Por fim, Berriel (2013) identifica que há uma dicotomia dentro da obra de Paulo Prado em relação a essas duas escolas literárias.

No Brasil prevalece o Romantismo, o liberalismo, a melancolia e as raças tristes. Em São Paulo é o Modernismo que atua, sendo uma superação do Romantismo sendo “necessariamente uma ruptura com o Brasil”, portanto sendo “intrinsecamente separatista”, concluindo que de “forma alguma há uma igualdade entre São Paulo e Brasil, que no fundo são duas nações, dois povos, duas raças” (BERRIEL, 2013, p.242-243).

Finalmente, *Retrato do Brasil*, nos leva para seu último ponto de análise: a questão da unidade nacional. Para Paulo Prado, o projeto de unidade nacional se concretizou pela “indolência e a passividade” das populações que “preservaram a unidade social e política neste vastíssimo território” (PRADO, 1981, p.141). Herdeiro de uma atrasada política portuguesa que se inicia na colonização na sua definição de limites, esta nação com seu “atraso, os próprios vícios e defeitos de burocracia central portuguesa foram os fatores preponderantes” (PRADO, 1981, p.141) no processo de unificação brasileira.

O quadro que Prado pinta sobre a questão é de um total pessimismo e descrença em relação ao Brasil que para ele persistiu como unidade nacional até os dias de hoje foi um fruto de um milagre. A sua visão é de um imenso território que não soube aproveitar suas riquezas e de todos as nações de importância média, o Brasil seria o mais atrasado. Desta forma, ele sentencia:

O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo desorganizado (...) Ao contrário, espalham-se pelo nosso território grupos humanos incertos, humildes, salvo um ou outro foco de expressão nativista, abafados e paralisados em geral por uma natureza estonteadora de pujança, ou terrivelmente implacável. Aí vivem à solta, numa terra comum (PRADO, 1981, p.143).

A partir dessa situação de atraso e miséria que Paulo Prado teceu o retrato brasileiro, diagnosticando os vários problemas nacional: o capital estrangeiro e alguns grupos financeiros que só atuam em seus próprios interesses absorvendo um pouco do progresso do país; o Estado que não acompanha o desenvolvimento do país se colocando como um empecilho para a pouca iniciativa privada que de fato desenvolveu a nação, como o movimento das bandeiras no

desbravamento da mata e outros empenhos particulares na fundação de cidades, abertura de estradas de ferro, fazendo assim o país existir; negócios públicos sem normas envoltos em incompetência e cobiça; políticos que tripudiam sobre o corpo paralisado da nação, na incapacidade de resolver e pensar os problemas do país; críticas a política dos governadores, vício orgânico que degenera o poder central do país; a Justiça em contato com a politicagem, não resistindo ao abuso de poder; a polícia que persegue inocentes e protege os criminosos e as Forças Armadas que se tornaram ineficientes repartições públicas; a lavoura com produtos que não tem condições de competitividade, que não se desenvolve por falta de imigrantes e exportamos o que não possuímos para pagar aquilo que não fabricamos; estradas de ferro oficiais com pedágios caros, com problemas diários de descarrilhamento e deixam apodrecer aquilo que não conseguem transportar; uma cultura intelectual inexistente pela falta de humanidades e ensino profissional e um vício de imitação no desejo de importar tudo que vem de fora, da moda de Paris ao cabo de vassoura; o fator higiene que vive de esmolas americanas; o analfabetismo que atinge por completo toda as classes mais baixas e a bacharelise romântica se advogando a intelectualidade do país; o Império e a nacionalidade são fundadas num ímpeto romântico, um período falso e estéril, que só deixou algo de interessante, a consolidação da unidade nacional e a abolição; e a República que nasce viciada, com uma questão militar mal resolvida, com partidos desorganizados, administração falha, herda o romantismo da abolição, ou seja, uma desordem geral dos espíritos (PRADO, 1981, p.249-252).

Diante desta situação catastrófica que Paulo Prado apresenta sobre a realidade política e cultural da sociedade brasileira, só resta partir para duas soluções: a guerra ou a revolução. O historiador paulista chega neste diagnóstico depois de perceber que nada pode ser feito diante de “tão grandes males”, portanto, deve se recorrer a uma “intervenção cirúrgica” que somente assim, “poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareção como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas” (PRADO, 1981, p.150). Em sua análise, a guerra não seria ideal, pois poderia revelar capacidades degenerativas que aqueles que mandam possuem: inveja e egoísmo, sem contar, que poderia ser prejudicial, se não fatal, uma guerra para os mais novos, para os pobres, os esquecidos e os oprimidos. Esta solução poderia fazer surgir heróis providenciais, vindos de qualquer parte para regenerar o país, com propostas inadequadas.

Portanto, a melhor solução seria a revolução. Na interpretação de Paulo Prado, não seria uma revolução feita por soldados ou uma desordem pública, mas uma “renovação que é a própria pulsação vital da História” (PRADO, 1981, p.151). Para o autor, este projeto de

revolução deverá surgir de mais longe, do mais fundo, na qual o indivíduo terá uma afirmação inflexível que o melhor que deve ser feito é o apagamento de tudo o que foi mal feito. Por esta perspectiva, a revolução se daria pelo progresso natural das faculdades do homem “numa melhoria em relação ao presente” (PRADO, 1981, p.153), que constrói uma nova ordem, ou seja, “a humanidade, acordando do falso sossego da antigueria, encaminha-se aos poucos para modificações radicais que lhe transformarão não só o aparelho político e financeiro como também o mental” (PRADO, 1981, p.151). *Retratos do Brasil* termina com uma mensagem de conforto de Paulo Prado “a confiança no futuro que não pode ser pior do que no passado” (PRADO, 1981, p.153).

Carlos Berriel (2013) sobre o término da obra faz um balanço sobre a interpretação ali apresentada, problematizando se o autor paulista foi incapaz de concluir seu próprio raciocínio sobre a questão racial brasileira,

Sabemos que os males do país são dados pela sua condição de origem racial: foi a mescla da espuma turva das civilizações europeias, com o índio lascivo acumpliciado pelo deserto, e com o negro envenenado pela escravidão, e ele próprio expressão acabada da corrupção dos costumes – essa mescla torpe, enfim, a caixa de Pandora de todos os males da vida nacional (BERRIEL, 2013, p.253).

Portanto, para Berriel (2013), a dificuldade Paulo Prado de ir a fundo nas problemáticas raciais é por estar em sua própria condição de classe na qual pertence, a elite burguesa, ou seja, “a própria incompletude da burguesia brasileira, da qual ele é mais completa tradução, mais reveladora e mais explícita”, ou seja, “incapacidade de ir ao fim de suas inclinações resolutivas” (BERRIEL, 2013, p.254). Ser inserido na elite burguesa cafeicultora e porém aristocrática, nos diz muito sobre o estilo de pensamento que ele faz sobre as questões raciais e sexualidade no Brasil. Ao tentar responder a questão central desta pesquisa em como a sexualidade interpretou o Brasil, tenho noção que ela foi perseguida através do ponto de vista de alguém pertencente a burguesia. Esse fato é importante pois revela um lado da interpretação através deste conceito. Outros precisam ser explorados.

Muitas são as contribuições que *Retrato Brasil* pode oferecer para o pensamento social brasileiro e disciplinas envolvidas nesta área. Ter uma teoria e uma estrutura narrativa que busca compreender uma ideia de identidade brasileira que se constrói a partir de fatores históricos e sociais que somados aos ambientes naturais produzirão sensações psicossomáticas nos indivíduos, fazendo com que estes atuem na sociedade movidos pelos sentimentos de luxúria e cobiça, é algo que desperta interesse para aqueles que desejam estudar e entender os processos

de construção cultural da sociedade brasileira ou os interpretes de várias gerações que se envolveram na busca de uma compreensão da identidade brasileira.

Paulo Prado e suas obras ainda são poucos explorados pela academia e as diversas disciplinas que confluem para os temas expostos na obra. Uma das razões que podemos supor é pelos poucos trabalhos que Paulo Prado elaborou como intelectual, alguns artigos, ensaios e notas em periódicos e o livro *Retrato do Brasil* com uma profundidade maior em rigor metodológico e diálogo com outras produções e teorias científicas produzidas no período de seu lançamento ou nas épocas utilizadas pelo autor.

Outro motivo seria por não ter lecionado em nenhuma faculdade nacional ou estrangeira, tendo se dedicado a outras funções como mecenas, empresário e político. O alcance de *Retrato* precisa ser estudado, porém, as questões que ela levanta se apresenta nas produções de outros autores como Mário de Andrade, Monteiro Lobato e Gilberto Freyre. Cada um na sua medida é refratário de alguns dos temas centrais de *Retrato*. Os modernistas em suas obras literárias apresentam algumas personagens que são facilmente identificados com as características do indivíduo melancólico pradiano: Jeca Tatu e Macunaíma só para citar os mais conhecidos. Aliás, este último foi dedicado a Paulo Prado.

Gilberto Freyre, na década de 30 apresenta *Casa Grande & Senzala*, na qual ele teve um cuidado de fazer uma interpretação que privilegiasse os elementos culturais de cada raça e revelar um universo cotidiano da sociedade colonial brasileira com um refinamento de detalhes ainda não visto no campo intelectual brasileiro. Os dois autores se mantinham contato, e em várias passagens de *Casa Grande* há referências para o autor paulista. Ambos os autores tinham uma preocupação com o período colonial, pois na visão dele é neste período que se forma as bases da sociedade brasileira.

Podemos ainda citar alguns temas que tangenciam as duas obras, entre elas a relação entre as três raças e seus condicionamentos em relação ao sistema monocultural latifundiário escravocrata e patriarcal do Brasil Colônia – e como este sistema estruturou socialmente e moralmente a sociedade brasileira legando marcas que serão fundamentais no forjamento da unidade nacional. Freyre, assim como Prado aprofunda as trocas culturais e sexuais entre as raças, portanto sexualidade e miscigenação são elementos essenciais para a interpretação sobre o Brasil defendida pelo intelectual de Apipucos.

Diferente do que se apresenta em *Retrato*, a miscigenação foi um fator positivo para toda a nação e não somente para uma determinada região, no caso em São Paulo. Por fim, em oposição a obra paulista, o ensaio de Freyre coloca o negro na posição do mais fraco



sexualmente, e o que se entendia com uma “raça” sexualmente afluada, esta é mais uma das consequências do sistema escravocrata e do patriarcado poligâmico do português na qual ambos estavam submetidos. Freyre tem um cuidado metodológico de separar o negro e escravo, em que o segundo não é condição natural do primeiro.

Indiscutível as questões e tensões que *Retrato do Brasil* nos apresenta para uma promissora agenda de debates e pesquisas, e alguns deles foram sendo revelados durante a pesquisa, nas quais, a possibilidade de se interpretar o Brasil através do gênero e do patriarcalismo, utilizando as obras de Prado ou outras; um aprofundamento da relação entre sexualidade brasileira e os movimentos do Romantismo ou do Modernismo, e se de fato em qual medida ela se constitui nestas escolas literárias e políticas; pesquisas que se atentam sobre os atos do Estado na sexualidade e miscigenação brasileira.

Sobre o tema da miscigenação há uma profusão de caminhos a serem trabalhados, entre eles, colocar em tensão a ideia de vícios e virtudes propostos por Prado na construção da miscigenação brasileira; novas perspectivas entre desejo, dominação e miscigenação; a contraposição entre os processos de misturas raciais ocasionados na América do Norte e na América Latina e como estes estão em diálogo com as que ocorreram no Brasil; e por fim, como ela é operada entre as teorias raciais, o racismo e movimento negro contemporâneo. Sobre os problemas que podem ser apresentados para o desenvolvimento da área do pensamento social brasileiro, é de pensar autores interpretes do Brasil com autores e correntes teóricas estrangeiras; o promissor campo da antropologia dentro das interpretações brasileiras, e como desafio pensar uma interpretação brasileira a partir das questões sexuais, raciais e miscigenação na ótica de autores e autores negras ou indígenas que de alguma maneira não tiveram o mesmo lugar de destaque dos intelectuais considerados “cânones”.

Esta pesquisa nos deixa uma reflexão, se *ainda* hoje o brasileiro é um tipo melancólico dentro das perspectivas apresentadas por Paulo Prado, *ainda* vivendo triste numa terra *ainda* radiosa?

## Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

\_\_\_\_\_. **Ensaio e Estudos: crítica e história. 4º série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro (obra em Domínio Público).

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura brasileira e história da cultura** (trad. Sérgio Paulo Rouanet). 7º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERRIEL, Carlos. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural: textos selecionados, apresentação e trad.** Celso de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BOCAYUVA, Helena. **Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta do descobrimento ao Rei dom Manuel** [edição e atualização] Maria Angela Villela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013 (Coleção Saraiva de Bolso).

CORRÊA, Mariza. **Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da “ordem social”**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dez-fev, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Selma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2008 (Obras completas de Monteiro Lobato)

PRADO, Paulo. **Paulística etc.** (org) Carlos Augusto Calil. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996 (24ª impressão)

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICUPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Correspondência de Capistrano de Abreu (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1954.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1894.

\_\_\_\_\_. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_; BOTELHO, André. **Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n.82, p. 11-16, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro**. Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista de História de América. Instituto Pan-Americano de Geografia e História: Cidade do México, n.42, p.433-458, 1956.

WALDMAN, Thaís Chang. "A selva escura da história do Brasil" e o seu "torrão paulista": Paulo Prado através da lupa de Capistrano de Abreu. **Rev. Inst. Estud. Bras.** São Paulo, n. 61, p. 183-202, Ago. 2015.

YOUNG, Robert. **Desejo Colonial: Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça**. Tradução: Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.